



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**Instituto de Geociências e Ciências Exatas**

**Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática**

**Área de Concentração em Ensino e Aprendizagem de Matemática e seus Fundamentos**  
**Filosófico-Científicos**

**Educação Matemática Inclusiva no Ensino Superior –  
aprendendo a partilhar experiências**

RENATO MARCONE

RIO CLARO  
2010

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP**

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

Renato Marcone

**Educação Matemática Inclusiva no Ensino Superior – aprendendo a  
partilhar experiências**

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Matemática – Área de Concentração em  
Ensino e Aprendizagem de Matemática e seus  
Fundamentos Filosófico-Científicos

Orientadora: Prof. Dra. Miriam Godoy Penteadó

Rio Claro  
2010

**Comissão EXAMINADORA**

---

Prof. Dra. Miriam Godoy Penteado (Orientadora)

Universidade Estadual Paulista – Unesp – Rio Claro

---

Profa. Dra. Siobhan Victoria (Lulu) Healy

Universidade Bandeirante de São Paulo – Uniban – São Paulo

---

Prof. Dr. Cesar Donizetti Pereira Leite

Universidade Estadual Paulista – Unesp – Rio Claro

Rio Claro, 22 de dezembro de 2010

Resultado: Aprovado

Dedico a Vilma e Valentina. ViVa.

## **Agradecimentos**

**A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” campus de Rio Claro e ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da mesma, pela oportunidade que me foi dada para realizar este trabalho.**

**A Universidade que me recebeu para a produção dos dados para esta pesquisa, e a todas as pessoas que me concederam entrevistas, pela atenção e disponibilidade.**

**Em especial agradeço a *Mara*, pelo carinho e pela amizade construída em nossa convivência.**

**Aos professores avaliadores deste trabalho, Cesar Leite e Lulu Healy, pelas valiosíssimas contribuições. Também a Solange Fernandes e Pedro Paulo Scandiuzzi, pelas conversas e por aceitarem ao convite para serem avaliadores suplentes.**

**Aos amigos que fiz em Rio Claro, pelas conversas, pelas bebidas e reuniões, sempre motivadoras.**

**Ao CNPQ, pelo apoio financeiro que me possibilitou dedicação exclusiva à pesquisa.**

**A Luana, por ser quem ela é.**

**A Miriam, minha orientadora, responsável por eu estar hoje na Educação Matemática, pelo carinho e atenção desconcertantes sempre oferecidos, e pela incansável garra e amor pela Educação Matemática, que sempre inspira a todos ao seu redor.**

**Aos meus irmãos, Josiane e Jordano, pelo apoio incondicional que, mesmo de longe, foi sempre importante.**

**A Valentina, por existir, e por despertar o melhor de mim.**

**Ao meu pai, Moacir, por seu amor silencioso.**

**E à minha mãe, Vilma, com saudades, por ter me ensinado que os espinhos, também são flores...**

Não vou falar, sem me esconder, prefiro  
antes ser, Eu, cínico, conivente  
Não vou calar, nem me esconder, prefiro  
antes ser, Nós, limpo, conveniente.

Não vou negar, nem me esconder, prefiro  
antes ser, Nós, amigo, penitente  
Não vou aceitar, sem me esconder, prefiro  
antes ser, Eu, duro, resiliente.

Os loquazes, aço e o fogo, enfrentam  
O silêncio, transparência e máscara  
assim se faz a massa em Nossa glória.

Os infantes, o aço e o fogo, aumentam  
A palavra, sua promessa escancara  
assim se faz a caça, Sua história.

(Renato Marccone)

## Carta ao leitor

Na polis grega, a democracia, essa ideia adotada pelo ocidente moderno, com adaptações culturais, naturalmente, era para uma minoria composta por homens gregos. Em números, talvez menos de 5% dos habitantes da Grécia gozassem das benesses democráticas. Os outros, os excluídos, dividiam-se em escravos, crianças, bárbaros, mulheres e também pessoas com deficiência.

A criança, sendo homem, fazia parte de um grupo de pessoas com potência, ou seja, tinha um latente *vir a ser*, poderia crescer e se tornar um cidadão, e com isso, teria voz e vez nas ágoras, participando das decisões políticas de sua pátria.

No entanto, mulheres, crianças ou adultas, pessoas com deficiência, e ainda escravos e bárbaros, compunham um grupo de indivíduos com a inefável carga de que nunca seriam. Uma visão determinística, que buscava respostas na natureza para justificar a condição de pessoas que nunca poderiam *vir a ser*, que eram desprovidas de qualquer potência que pudesse torná-la um ser *mais evoluído*, de acordo com as concepções gregas de evolução naquele momento histórico.

Nossas escolas, por serem frutos dessa sociedade grega antiga, ainda guardam resquícios de suas práticas, que viam na criança um ser potente, mas que tudo lhe faltava, e nas mulheres e pessoas com deficiência em particular, indivíduos sem potencial, e por isso eram excluídos de qualquer direito, de qualquer benefício que a cidadania pudesse lhes oferecer. As mulheres eram reféns de seus homens; primeiro o pai, depois o marido, depois os filhos. Eram *Mulheres de Atenas*, como na canção. E as pessoas com deficiência, reféns de seus corpos, muitas vezes eram aniquiladas, mortas, por representarem um perigo para o grupo, pela iminência de atrasarem o *desenvolvimento* desejado.

Minha narrativa é fruto de algo que eu vi, convivi, *experienciei* durante o tempo em que produzi meu corpus. E quis compartilhá-la, desejei contá-la. Para isso, iniciei minha escrita com personagens sem rosto, assexuados, sem nomes. Depois, cobicei nomeá-los, e o fiz para alguns. Ofereci rostos para outros. Mas o sexo, ah o sexo... Por isso me referi à polis grega, e uma analogia me fez tornar um personagem que antes era etéreo, sem nome, sem rosto e sem sexo, em *Mara*, representando aquelas *Mulheres de Atenas*, representando também as pessoas com deficiência, que são ainda vistas como pessoas impotentes, que precisam ser tuteladas. Pessoas que nunca serão.

## Resumo

Trata-se de uma história. Neste trabalho narro – baseado em entrevistas que me foram concedidas por personagens integrantes da teia construída a partir de uma primeira conversa com um aluno cujo caso é narrado – a experiência de um aluno, que passou por um curso de Graduação em Matemática vidente e cego. Como? Tal aluno perdeu a visão após já ter feito uma parte do curso, e então, após ficar cego, por problemas de saúde, finalizou sua graduação, cego. Narro os *comos* e *porquês* dos entrevistados; dentre professores, funcionários da Universidade, colegas e familiares desse aluno. As tentativas e anseios dessas personagens. Mas faço isso com desapego em encontrar respostas, verdades ou responsáveis. Desejo simplesmente contar impressões sobre a experiência que vivi nos meses de produção dos meus dados, e também partilhar as sensações que capturei dos entrevistados sobre suas experiências, visto que a experiência em si, é impossível de se compartilhar. Trata-se de fazer uma reflexão. Neste trabalho, faço uma reflexão sobre o que é contar, o que é narrar, o que é informar. Quem conta uma história, ou melhor, quem narra uma história, traz alguma informação? Ou apenas abre possibilidades de se conhecer perspectivas? Ambas as coisas, creio. O convite é para que se leia esta história impar sem buscar por respostas definitivas ou finais coerentes. Não é uma notícia, mas também não se priva de informar. É um convite para que se conheçam versões de um mesmo fenômeno, partindo de falas de pessoas com realidades distintas, e ainda, passando pelo meu crivo, pela minha lente, que observou tais cantos e os transformou em uma narrativa. Trata-se de incitar uma reflexão. Neste trabalho, construo também uma incitação à reflexão, um gatilho para uma reflexão, sobre a Educação Matemática Inclusiva, em específico no Ensino Superior, focado em alunos com deficiência visual. Passando pela questão da equidade, diversidade, justiça social, empowerment; o que são, pela perspectiva de educadores matemáticos, e suas contradições. Além da explanação de um já antigo, mas atual conceito de alteridade assumido por mim neste trabalho; um convite a pensar sobre.

**Palavras-chave:** Educação Matemática Inclusiva. Deficiência Visual. Ensino Superior. Narrativa. Empowerment.

## Abstract

It's about a story. I narrate this work - based on interviews granted to me by members of the web characters constructed from an initial conversation with the student whose case is reported - the experience of a student who went through a graduate course in mathematics and blind seer. How? This student lost his sight after he has already done a part of the course, and then, after going blind, due to health problems, finished his degree, blind. I narrate the *hows* and *whys* of the respondents, among teachers, university employees, colleagues and relatives of the student. The trials and aspirations of these characters. But do this with detachment on finding answers, truths or guardians. I simply tell what the experience I had in my months of production data, and also share the feelings that I capture those interviewed about their experiences, as the experience itself, it is impossible to share. It's about a thought. In this work, I think on what is to count, which is telling, which is to inform. Who tells a story, or rather, it tells a story, get some information? Or just opens opportunities to meet prospects? Both, I think. The invitation is so odd to read this story without searching for definitive answers or final coherent. There is news, but neither is deprived of information. It is an invitation to exploring versions of the same phenomenon, from the speeches of people with different realities together, and yet, through my sieve, for my lens, noted that such speeches and transformed them into a narrative. It's about an encouraging reflection. In this work, I construct also an incitement to reflection, or a trigger for a debate on the Comprehensive Mathematics Education, in particular in higher education, focused on students with visual impairments. Passing by the question of equity, diversity, social justice, empowerment, what are the perspective of mathematics educators, its contradictions. Besides the explanation of an already old, but the current concept of *otherness* made by me in this work: an invitation to think about.

**Keywords:** Inclusive Mathematics Education. Visual Impairment. Higher Education. Narrative. Empowerment.

# SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	10
1	14
2	17
3	19
4	23
5	26
6	30
7	33
8	39
9	45
10	49
11	54
12	61
13	63
14	67
15	68
16	71
17	76
18	82
19	85
20	87
21	91
22	93
23	95
24	96
25	101
26	107
27	111
28	115
29	122
<i>Referências</i>	124

## Apresentação

Só narro meus nascimentos

(Manuel de Barros)

Comecei pensando em oferecer um banquete de experiências nesta dissertação. Tudo através da narrativa. Até que me dei conta de que transmitir experiências vividas por personagens singulares, e ainda com um narrador intermediando, era tão provável quanto eu viver tais experiências sem passar por elas. Não há terceirização de experiências.

No entanto, as sensações produzidas no percurso pelas versões, pelas tentativas de contar, pelas narrativas, podem gerar outras experiências nos leitores, e outras ainda em mim, que entrevistei e escrevi. Isso é.

Então assim o fiz. Conversei com as pessoas que concordaram em colaborar com este trabalho, às quais sou muito grato, e gravei em vídeo, sem operar a câmera, tentando esquecer que ela estava ali, para poder *experienciar* o momento, para que depois, ao assistir novamente aos vídeos, ao transcrevê-los para iniciar a criação do corpo da dissertação, eu fosse arremetido às experiências que vivi naqueles momentos, durante aquelas treze entrevistas, e pudesse traduzir as sensações que experimentei em palavras, ou melhor, construir uma versão textual dessas sensações.

Algo com o que tive que lidar durante este trabalho, foi a delicada questão ética envolvendo os entrevistados e suas falas. Para tanto, elaborei um documento, um termo de esclarecimento sobre o que era e como seriam utilizadas as entrevistas, a ser assinado por todos. No termo deixei claro que cada entrevistado teria acesso ao seu depoimento, podendo alterá-lo como achasse melhor, e em seguida, poderia ler toda a narrativa onde sua fala foi inserida, de modo a dizer se estava de acordo com a contextualização. Apenas após este procedimento e a assinatura dos termos pelos entrevistados, a narrativa foi publicada.

Outro detalhe; a questão dos nomes. Cada entrevistado teve a opção de escolher o nome fictício que lhe seria atribuído na narrativa, visto que a preservação de todas as identidades é de suma importância devido à minha escolha política. Respeitei sempre as escolhas dos entrevistados, e alguns optaram por nomes do sexo oposto, enquanto outros deixaram a meu cargo tal decisão.

Em meio a este emaranhado de sensações, o tema Educação Matemática Inclusiva no Ensino Superior foi o centro, abordado de várias formas, o que acredito ser a riqueza deste trabalho. São impressões de pessoas que viveram a inclusão/exclusão, seu processo de construção/desconstrução, a dificuldade de se conseguir um ambiente tolerante, *includente*, em um mundo competitivo, onde o discurso da inclusão parece não passar de um discurso de compaixão, onde o indivíduo *mais forte* se vê como um ser do Bem, superior, que em sua magnitude, permite que o outro, que o diferente, que o *fraco* continue vivendo, e deseja ser amado por essa sua benevolência.

Mas a alteridade que assumo não se trata de compaixão. Trata-se de, no mínimo, reconhecer que não se pode valorar o outro através de classificações objetivas, tampouco julgar, simplesmente por não se ter o conhecimento necessário para tal. Deve-se tentar conhecê-lo, entendê-lo, tolerá-lo. Não existe o fraco absoluto, ou o forte. O fraco humano, e também o humano fraco, são construídos socialmente – assim como o forte – e não determinados. Diferentemente do fraco não humano, ou do não humano fraco, que são determinados pela natureza. Exemplos esclarecedores: uma pessoa com deficiência motora não pode ser considerada fraca apenas por uma única falta, pois ela possui outras habilidades, desenvolveu outras potencialidades que, em uma sociedade de hipermercados, são tão *empoderadoras* quanto se ter as faculdades sensoriais e motoras intactas. Ou seja, o fraco humano, ou o conceito humano de fraco, é construído socialmente, e não determinado por fatores naturalistas. Assim como o humano fraco, ou seja, o indivíduo fraco é construído pelo meio em que vive.

Sobre o não humano fraco, trata-se de todo ser vivo não humano, deterministicamente fraco quando lhe falta alguma habilidade necessária para a sobrevivência em seu habitat, visto que estes indivíduos, apesar de terem a capacidade de modificar o ambiente em que vivem – como as formigas, por exemplo, construindo seus formigueiros – não são capazes de modificar tal ambiente de acordo com novas necessidades. Eles modificam a natureza sempre baseados no que eu chamaria de indivíduos normais, que são aqueles dentro da curva normal de distribuição estatística, a maioria. Portanto, neste tipo de ambiente hostil, a falta de uma função motora, cognitiva ou sensorial, é fatal. E é desse tipo de ambiente que a humanidade vem se afastando gradativamente.

Ou seja, o que acredito que exista, são novas necessidades, e não necessidades especiais ou algo do gênero. Ao surgir uma nova necessidade de locomoção por parte de alguns seres humanos, detentores de uma gigantesca capacidade criativa e transformadora, basta que se busque suprir essa nova necessidade, e ao superar tal obstáculo temporário, o

indivíduo poderá então trabalhar no sentido de se *empoderar* baseado em suas capacidades. Diferentemente dos seres vivos não humanos, cujas necessidades se eternizam.

Sobre este assunto, uma observação crítica final, uma opinião: o maior obstáculo a ser superado pela humanidade, no que se refere à inclusão, é a quebra desse paradigma de eternização das necessidades, que tomam como obstáculos muitas vezes intransponíveis o fato de uma pessoa ter algum tipo de deficiência.

Para finalizar esta apresentação, gostaria de fazer uma elucidação sobre o que são estas seções, de 1 a 29, e porque escolhi escrever de maneira não convencional, por assim dizer.

Trata-se de pequenos capítulos, que podem ser lidos de várias formas. Esse tipo de texto me atraiu muito quando li o livro do escritor argentino Julio Cortázar, *Rayuela* (em português, *O Jogo da Amarelinha*), publicado em 1963, onde ele diz que este livro, na verdade, é muitos livros, mas, sobretudo dois, pois ele sugere duas sequências de leitura a serem seguidas pelo leitor, culminando em duas histórias diferentes, mas também deixa livre que cada um crie o seu caminho dentro do texto. Tentei fazer algo parecido. E faço aqui algumas sugestões de leitura.

Aos que desejam primeiramente, ou somente, conhecer a versão da história de Mara narrada nesta dissertação, recomendo que leiam, na sequência a seguir, apenas as seções: 1-2-4-5-7-8-10-11-13-14-16-17-19-20-21-23-24-26-28.

Agora, aos que gostariam de entender melhor o método escolhido para desenvolver a escritura da narrativa, a concepção de narrar adotada neste trabalho, seria aconselhável que lessem as seções 3-6-12-18-29. Se antes ou depois de ler a narrativa? Bom, esta é uma escolha do leitor.

E ainda, ao leitor que busca reflexões concernentes à Educação Matemática Inclusiva, leia as seções 9-15-22-25-27, podendo assim dialogar com algumas de minhas ideias, e conhecer as fontes que me inspiraram e inspiram a seguir essa linha de pesquisa.

Assim, em meio a essas vinte e nove seções indicadas, posso dizer que existem três capítulos diluídos: a narrativa; sobre o método; sobre a Educação Matemática Inclusiva. E o fato de não existir uma seção dedicada às considerações finais, ou algo equivalente, não é um esquecimento, é apenas um modo de dizer que este é um trabalho que não termina em sua última página. Começa.

E porque escrever o texto neste formato e não no tradicionalmente utilizado nas dissertações deste programa de pós-graduação? Acredito que quando uma atividade profissional torna-se também divertida, isso só contribui para a melhoria da qualidade dos resultados, além de possibilitar que a criatividade seja privilegiada. É um risco, mas o

pesquisador precisa se expor para evoluir, desde o início. Portanto, respeitadas as necessidades acadêmicas, existe uma excelente justificativa para que se brinque um pouco, para que se fuja um pouco do formato convencional: o prazer em fazer.

**1**

Mara nasceu em uma pequena cidade, e se mudou para outra maior, onde fica a Universidade, para trabalhar e para estudar. Com a pretensão, como ela diz, de se formar em alguma área, começou a estudar Matemática, a graduação em Matemática, e passou a frequentar bastante o campus universitário “Quando dizemos que o curso de Matemática é um curso bom, é principalmente no sentido de nos tornarmos pessoas dedicadas, decididas, e principalmente, ocupadas. Com bastantes estudos, e fazendo essa conexão de trabalho e estudo, trabalho no sentido de nos mantermos, nos sustentarmos. Acredito que o curso de Matemática, assim como qualquer outro curso, passa por dificuldades quanto ao espaço humano, e também – não sei qual dos dois é o principal – quanto ao espaço físico”.

Mara continuou dizendo que o campus onde ela estudou, onde fica o curso de Matemática, dispõe de muitas pessoas que se disponibilizam a ajudar no sentido de fornecer ajuda para melhorar a mobilidade, e que há trabalhos voluntários também, “mas por incrível que pareça, bem menos na área de exatas, especificamente na área da Matemática. Imagino que talvez haja uma ocupação, uma falta de tempo muito grande dos estudantes do curso de Matemática, dos professores. Então a disponibilidade de ajuda, de trabalho voluntário, ela acontece de uma forma mais, vamos dizer, menos difícil, nos outros cursos, pelos outros cursos, pelos estudantes dos outros cursos”.

Para ela, no curso de Matemática é muito comum essa coisa da pessoa se achar no poder da sabedoria, da capacidade, e ignora aquela humanidade necessária, aquela humildade, aquela simplicidade necessária, e as pessoas, a partir do dia-a-dia, vão se acostumando com isso “A minha batalha, ela é constante, ela é, ela não tem fim, porque, eu estou viva, eu estou aproveitando a minha vida exatamente para não ficar parada, para buscar sempre me ocupar com trabalho, com ocupações de alguma forma, que me mostrem o exemplo que eu tenho que mostrar aqui enquanto pessoa de bem, pessoa do bem. E eu me espelho sempre em minha mãe, que é uma guerreira, que todos os dias me ajuda, não pára, está sempre disposta a ajudar, e não somente à filha, mas a todas as pessoas, ao mundo, principalmente a mim, a filha, sempre me apoiando, e nunca nega essa ajuda, graças a Deus”.

Conversando com a mãe de Mara, D. Ângela, ouvi um pouco sobre como Mara perdeu a visão, o processo dessa perda “Olha, no início, foi muito difícil, porque ela foi perdendo a visão aos poucos, e eu tinha que acompanhar ela na odontologia, no médico mesmo. A diálise

começou lá na Medicina. E eu fiquei assim, um pouco cansada, mas, para tudo Deus dá um jeito. Surgiu essa mulher que veio da Argentina, pois a Bernadete, que com a tristeza dela, a Bernadete que é a irmã mais velha de Mara, minha filha mais velha, ficou também um pouco deprimida, porque a Mara ficava só no quarto, falando que não tinha mais jeito de viver, porque queria estudar e não podia, estava sem rumo na vida, então a Bernadete ficou um pouco deprimida, e lá na lavanderia, onde ela trabalha, tem uma mulher, viúva, a Simone, que percebeu a tristeza da Bernadete e foi conversar com ela, para saber o que estava acontecendo. Aí ela respondeu ‘olha, é a minha irmã que não está enxergando bem dizer nada, deprimida, no quarto, só falando que precisa morrer que, não tem mais jeito na vida, está deprimida’.”.

“Aí, a Simone, que é essa mulher, conversou com a minha filha e falou assim ‘olha Bernadete, fala para a sua mãe levar sua irmã, a Mara, lá em casa, que nós vamos ver a Angélica’, Angélica que é essa mulher que veio da Argentina, que cuida das pessoas doentes com um processo natural, um tratamento, uma terapia, e alimentação com coisas naturais. E eu peguei e levei a Mara lá na Simone, da Simone nós fomos para a casa da Angélica, que é lá perto, onde tem o santuário dessa outra religião, porque, é assim uma espécie de religião mesmo. E a Mara fez o curso, ela tem a medalha para aplicar o *Johrei*, e a Angélica é uma pessoa que tem um dom muito especial, essa senhora que veio da Argentina, então por causa dela, o astral da Mara levantou, com as terapias, com a alimentação, com a movimentação, ela participou muitas vezes das festividades deles lá em Mairinque, no interior de São Paulo, iam em lotação de ônibus, e foi muito bom. Eu não quis seguir, porque eu não mudo de religião, eu sou católica e assim eu vou morrer, eu não tenho essa intenção de seguir. Mas é uma coisa muito boa, porque, se nós não cuidarmos da nossa alimentação, o nosso organismo vai indo não resiste, não é mesmo? Ainda mais que a pressão dela começou a subir, atacou os rins, e foi assim.”.

Continuando minha conversa com a D. Ângela, ela retoma dizendo “É verdade que dá muito trabalho, diabetes é um incômodo muito terrível, mas felizmente, tem gente boa que entende as pessoas, o mundo, ele é cheio de pessoas de diversos tipos, não é mesmo? Têm os mais sãos, os mais doentes, têm os mais misericordiosos, os menos misericordiosos, então, a gente lá vai levando a vida assim, e eu fico feliz por ela, porque desde ela pequena, ela tem problema. Uma vez, o José, que é meu filho também, era novinho, e a Mara estava com um inflamado no dedo, e eu trocando o José, e eles brincando em cima da cama, e pisaram no dedo dela, e ela desmaiou, de tanta dor ela desmaiou. No que eu vi que ela ia morrer mesmo, eu chupei no nariz dela, e ela voltou e chorou, aí eu fui cuidar dela, até desprezei um pouco o nenezinho que era o José, que eu estava arrumando, e assim vem. Muitas vezes quando Mara

era pequena, ela caiu do berço, ficou desmaiada, foi preciso de tratamento médico muito sério, porque foi um tombo muito forte do berço, mesma coisa de jogar uma madeira assim no chão. De forma que a gente vem lutando pela vida, porque nós nesse mundo temos que lutar pela vida, e vamos ver, até quando Deus quiser.”

Mara, em outro momento em que nos falamos, tentou explicar alguns pontos onde sua mãe, segunda ela, teria se confundido “Ela também confunde uma coisa, sempre ela confunde, hipoglicemia e diabetes, ela não conhece, então ela fala diabetes, sabe? Porque as pessoas usam muito a palavra diabete, e ela se acostumou com o termo e fala na hora de falar de mim, mas não é isso, eu tenho é hipoglicemia.”

## 2

A relação de Mara com os alunos do curso de Matemática parece ter sido sempre muito controversa. Aparentemente, eram poucos os alunos que interagiam com a Mara na Faculdade de Matemática, poucos que discutiam com ela. Como ela me disse “as pessoas me veem e refletem muito pouco sobre o que é dito ou falado por mim”. A maioria entrava na sala, a via ali sentada em um canto, mas não se aproximava. Iam embora, passavam pelo corredor e não conversavam nem a cumprimentavam, era como se ela fosse invisível, como se seus discursos não tivessem trânsito “havia pessoas que conversavam com ela o estritamente necessário, e sempre que possível, utilizavam o fato dela ser cega para não serem percebidos por ela, ou seja, passavam por ela pelo corredor, e ficavam em silêncio, para que não precisassem falar com ela”.

Entretanto, a mesma pessoa que deu a declaração anterior, também afirmou que a relação de Mara com os outros alunos do curso era boa com alguns e com outros não, assim como qualquer outra pessoa, e que isso não tinha relação com a deficiência visual “Eu, por exemplo, quando passava perto de Mara e a cumprimentava, ela já sabia que era eu ali, mas com outras pessoas eu percebia que ela tinha restrições, não queria muita proximidade. Mas essas são coisas naturais de qualquer pessoa, não tem nenhuma ligação com o fato dela ser cega. Eu já tentava ajudá-la sempre que possível, falava com ela sempre que a via. Às vezes, chegando à Universidade, a via tentando atravessar a rua, que era muito movimentada, então eu parava e ia ajudá-la a atravessar, pois as pessoas ali no ponto de ônibus viam que ela estava tendo dificuldades, mas ninguém se prontificava a ajudá-la. E essa dificuldade de locomoção eu percebia dentro e fora do campus, tanto devido à estrutura física, como das relações sociais com os outros alunos da Universidade, em específico da Matemática.”.

Em geral, os entrevistados pareciam sempre muito preocupados com a Mara, como este professor, o Adailton “Eu vejo a Mara por aí, sou muito preocupado com a questão dela não estar comendo, porque ela tem hipoglicemia, então, se ela não comer, pode passar mal, e isso me preocupa.”. Essa preocupação com o bem estar físico de Mara era muito forte para ele, nossa conversa continuou no mesmo tom “Uma coisa que é importante falar, é que a Mara não tem apenas uma deficiência, ela tem várias, porque ela tem problemas de saúde também, não é só a cegueira. Se fosse apenas a cegueira é uma coisa, mas a Mara tem problemas como a hipoglicemia, que eu até já comentei, então ela precisa de muitos cuidados.

Quando você tem um aluno com uma deficiência é uma coisa, com duas, três, quatro deficiências, é outra coisa muito diferente.”. O mesmo professor comentou ainda sobre uma conversa que teve com uma psicóloga amiga, que explicou como um problema grave na vida de uma pessoa pode acabar levando ao desenvolvimento de outros, como debilitação da saúde, desequilíbrio emocional, o que fez com que ele refletisse ainda mais sobre sua aluna.

No entanto, um episódio fez com que o Professor Adailton repensasse isso, e percebesse que a Mara não era assim tão frágil como ele pensava “um dia eu vi a Mara, acho que há uns seis meses atrás mais ou menos, pois estamos em outubro de 2009 agora, eu vi a Mara, e ela estava bem, ela se sentou no sofá da sala dos professores, e depois de alguns minutos ela estava muito mal e chamaram a ambulância para atendê-la. Aí ocorreu um episódio que me chamou muito a atenção, mexeu muito comigo, foi que o Gustavo falou assim para mim ‘essa menina vai morrer aqui ainda’ e foi o Gustavo que chamou a ambulância. Ironia do destino, o Gustavo morreu dois meses depois, ele era funcionário da Faculdade de Matemática, e morreu de aneurisma cerebral, uma complicação por causa de sua pressão que estava alta. Então é uma coisa, a vida é um mistério, pois quando o Gustavo falou aquilo comigo, eu achei que ele tinha razão, eu fiquei preocupadíssimo com a fala dele, e eu deveria ter me preocupado com o Gustavo, e não com a Mara. Então a vida é um mistério, todos nós temos que cuidar de nós mesmo.”.

Depois desse episódio, o Professor Adailton continuou falando sobre a Mara, o quanto ele aprendeu com ela “ela não é uma pessoa, bom, deixe-me explicar melhor, a gente acha que toda pessoa com alguma deficiência é uma pessoa pacata, dócil, ingênua. A Mara mostrou que isso não é verdade para nós aqui da Faculdade de Matemática, mostrou que sabe se defender. A Mara sempre teve as táticas dela, não é uma pessoa passiva, é um ser humano com todas as condições e contradições. Mas ocorreu de muitas pessoas fantasiarem que ela fosse um caso ideal, muita gente tinha essa ideia, da romantização da pessoa com deficiência, e a Mara vem e quebra isso, ela nos ajuda a entender que era preciso tratá-la como qualquer outro aluno, cobrar dela igualmente, só que aí a forma de cobrar é que deve ser adaptada, foi aí que eu usei as gravações em fita cassete, vieram minhas estratégias, entendeu? Isso sempre foi claro para mim.”. Esta reflexão feita pelo Professor Adailton sobre a romantização da pessoa com deficiência parece tornar Mara mais humana para nós, que a estamos conhecendo de fora.

### 3

Há não muito tempo atrás, no auge do positivismo, doutrina fundada por Auguste Comte, cujo método científico não reconhecia investigações de fenômenos sociais – fenômenos no sentido literal de um fato passível de observação – seria estranho falar sobre narrativas, descrições e alegorias em um texto que se propõe a ser um divulgador de ciência tal uma dissertação de mestrado. No entanto, com a licença que adquiri dentro da amplitude de possibilidades da pesquisa qualitativa, e inspirado pelos estilos de Truman Capote e Ecléa Bosi principalmente, tenho legitimada pela academia o direito de conhecer e aplicar as diferenças e semelhanças entre narração e descrição para a produção de uma dissertação de mestrado.

Luckács, Benjamin, Capote e Bosi foram a ignição do processo que me levou a escolher o método de escrita em minha dissertação. Dos dois primeiros autores selecionei textos que falam da experiência, de literatura, de narrativas, descrições e suas diferenças. Truman Capote, com o seu romance “A Sangue Frio”, com a primeira publicação realizada em 1965, inaugurou um novo gênero literário – como ele costumava dizer – o romance de não ficção, e sua contribuição para o meu trabalho foi mostrar uma forma de substituir a objetividade do texto informativo, tão criticado por Benjamin, por algo a mais, algo que leve o leitor a enxergar as pessoas envolvidas antes das relações que as conectam, podendo assim refletir sobre os acontecimentos, ao invés de receberem um veredicto sobre o que e como aconteceu no campo de pesquisa, deixando assim explícito que tudo não passa de uma perspectiva do pesquisador, e que está aberto a outras interpretações.

Ecléa Bosi, em seu livro “Memória e Sociedade: lembranças de velhos”, cuja primeira edição data de 1979, divulga sua pesquisa histórico social em um estilo onde, nas palavras de seu prefaciador, João Alexandre Barbosa, pode ser aludido com certa fidedignidade “a passagem da fala para a escrita, onde o narrador (Ecléa Bosi), recusando a objetividade do romancista, integra os dados narrativos, confundindo as memórias de seus personagens com as suas próprias” (BOSI, 2009, p.14). É esta escrita que intento alcançar, com as ressalvas que minhas limitações acometem. Com isto, penso que conseguirei alcançar o objetivo da pesquisa, que é narrar o caso de um aluno cego em um curso de graduação em matemática, e com esta narrativa, levar o leitor a refletir sobre a Educação Matemática Inclusiva, em específico, no contexto do ensino superior.

Reunindo então as contribuições destes quatro escritores, dentre pensadores, jornalistas romancistas e pesquisadores, lembrando que eles representam uma classe, e não são os únicos a lançar mão dessas ideias em seus trabalhos, posso criar também, ou recriar, ou repetir, um gênero científico, ou apenas ainda não rotulado: a pesquisa semi-ficcional, onde um fato, por si só, já é uma interpretação; e foi com esta concepção nietzschiana (NIETZSCHE, 2008) que produzi os meus dados, minhas entrevistas, assim procurei ouvir os sujeitos, e é assim que peço que esta dissertação seja lida, levando sempre em conta a opacidade dos discursos, os enganos a que nos fraudamos ao acreditarmos que somos a origem do que falamos e pensamos, ao invés de apenas assujeitados, inseridos em uma corrente discursiva pré-existente (ORLANDI, 2001).

Com Luckács (1965), conheci suas concepções sobre o narrar e o descrever. Uma descrição, geralmente, se propõe a ser completa, ou o mais próximo possível disso segundo este autor. Intenta uma representação fiel da cena a ser exposta, dando assim, importância extrema aos detalhes e pormenores. Diz-nos Luckács, “A descrição é um sucedâneo literário destinado a encobrir a carência de significação épica. (LUCKÁCS, 1965, p. 61)”. Já em uma narração, o cenário não passa de um ambiente no qual as relações humanas ocorrem, e essas relações é que me interessavam durante a pesquisa, porquanto escolhi narrar, baseado nas perspectivas dos próprios envolvidos além das minhas implícitas no texto, e por isso sou privilegiado, pois não sou refém de minhas observações, e posso contar com outras versões, iludir-me que ao ouvi-las não se tornam também minhas, produzindo assim um texto que divulga uma pesquisa, mas que não deixa de ter elementos de ficção, inseridos pelos entrevistados ou por mim. Mas que ficção, ou melhor, que semi-ficção é essa? É algo entre a ficção e o documentário, é onde mora a narrativa que tentei criar. Não é inventada, tampouco uma narrativa factual da realidade, por isso semi-ficcional.

Não pretendo, então, descrever em minúcias os elementos constitutivos dos relatos dos entrevistados, como fazia Flaubert em seus romances, o que ora pareciam apenas cenários sem importância para os fatos, ora travestiam-se de importantes para o contexto irônico de alguns momentos. Antes, imitarei o cineasta Lars Von Trier em seu filme *Dogville* (2003), onde o cenário se esvazia de elementos materiais para que só os sentimentos prevaleçam, e a experiência sobressaia-se, tanto que o diretor substitui o cenário convencional por palavras, linhas divisórias de giz no chão, que separam a rua da casa. Sequer as portas existem fisicamente, apenas seus ruídos e batidas interferem no enredo, pois é um bater de portas que nos causa reações, e não uma porta passiva no cenário. Tais elementos do *set* de filmagem de Trier têm a mesma existência do cachimbo de Magritte (1928-1929), presente na ilustre

pintura surrealista desse artista, ou menos que isso. O que importa, repito, são as relações humanas que se configuram diante dos diferentes relatos transformados em narrativas não ficcionais, ou em um produto científico semi-ficcional, e as diferentes interpretações que os leitores poderão fazer dessas. Mas quando, nos relatos tratados, ocorrer de uma situação, cenário ou objeto, assumir, pelo meu crivo subjetivo, caráter de monumento social, ou seja, algo que mereça ser contemplado, refletido, neste momento lançarei mão da descrição, visto ser esta de importância justificada para o entendimento das relações humanas presentes no contexto, contribuindo assim com o processo da narração.

Feito por Luckács (1965) em seu texto, *Narrar ou Descrever*, conheci um interessante paralelo entre obras de, um lado, Zola e Flaubert, e noutro, Walter Scott, Balzac e Tolstoi, argumentando que as descrições feitas pelos dois primeiros eram de pequeno interesse para as personagens da trama, dando a ideia de um quadro, uma pintura onde acontecimentos e personagens eram apenas borrões de tinta, sem grandes relações. Já nos três últimos, os acontecimentos seriam importantes por si mesmos e para as relações inter-humanas, constituindo ambientes nos quais as personagens seriam ativas, o que faria com que os leitores vivessem tais acontecimentos. Já em Zola e Flaubert, o leitor, assim como as personagens, observa passivamente tais acontecimentos. O que, naturalmente, em uma infinitamente menor proporção pretendo fazer, é concentrar-me em fatos onde os relatores e envolvidos são ativos, em narrativas como as de Tolstoi e outros, segundo o exposto por Luckács.

Convido-os a analisar a citação abaixo, um depoimento de Zola trazido por Luckács (1965), sobre o método que aquele escritor utilizava para construir seus romances. É uma passagem longa de fato, mas penso ser importante para o decorrer da discussão.

Um romancista naturalista quer escrever um romance sobre o mundo do teatro. Ele parte dessa idéia geral sem dispor de um único fato, sequer de uma figura. Sua primeira preocupação será a de tomar apontamentos sobre tudo que possa vir acerca deste mundo que pretende descrever. Conheceu determinado ator, assistiu a determinada representação, etc. Depois, falará com os que dispuserem de maiores informações a respeito do assunto, colecionará frases, anedotas, flagrantes. Mas isso não basta. Lerá, também, os documentos escritos. Por fim, visitará os lugares indicados, e passará um dia qualquer em um teatro para conhecê-lo em seus pormenores. Permanecerá algumas noites no camarim de uma atriz e procurará identificar-se o mais possível com o ambiente. E, quando a documentação estiver completa, o seu romance se fará por si mesmo. O romancista deve se limitar a ordenar os fatos de modo lógico... O interesse não se concentra mais na originalidade da trama; assim, quanto mais esta é banal e genérica, tanto mais típica se torna. (LUCKÁCS, 1965, p. 54)

Isso é exatamente o que se faz nas atuais pesquisas qualitativas naturalista, inclusive na Educação Matemática. No entanto, se eu pensar que este predomínio da descrição não é um mero efeito, mas também uma causa que imprime uma distância ainda maior entre a literatura e o significado épico de suas histórias, que prolifera o despotismo da confabulação capitalista em detrimento da poesia que é a experiência humana, incentivando a crueldade da vida social, rebaixando o nível de humanidade, tudo isso enquanto fatos objetivos intrínsecos ao desenvolvimento do capitalismo, de onde provém, necessariamente, o método descritivo que, após ser constituído e utilizado por nomes célebres, ecoa sobre o reflexo literário da realidade, fazendo com que o nível poético da sociedade se esvaia, onde a literatura baseada em tal método ressalta e amplia tal decadência (LUCKÁCS, 1965), poderia afirmar que nossas pesquisas qualitativas naturalistas são também reflexos dessa decadência? Não sei. Naturalmente, Luckács, por ser comunista, tentava atingir o Capitalismo com as armas de que dispunha, e se concentrou em atacar a principal ferramenta de escrita do Capitalismo segundo ele, que culminou com o texto informativo que hoje somos pais e filhos, cujo estilo também é criticado por Benjamin, outro simpatizante do movimento comunista. Todavia, com eles compartilho o pensamento, e por isso me permito recorrer a eles em minhas justificações de escolha do método de escrita. Afinal, a língua é ideológica (ORLANDI, 2001).

## 4

Uma pessoa importante para Mara desde que perdeu a visão parece ter sido a Professora Rosana, uma das coordenadoras do Centro, que tem suas dúvidas sobre as supostas dificuldades dela com a Matemática como sendo provenientes de sua deficiência “Eu acho a Mara, bom, eu conheço muitos cegos, e eu acho ela uma cega muito hábil. Ela não tem muita habilidade ainda para andar, mas isso é um processo, e ela está sempre evoluindo. Entretanto, ela é uma pessoa esclarecida, uma pessoa que consegue fazer uma ótima articulação de pensamentos, tem uma boa memória. São coisas importantes para uma pessoa cega. Então você vai falar que ela é uma aluna que tem dificuldades em aprender por ser cega? Eu acho, eu não sei sabe, eu nunca dei aula para ela, quer dizer, eu acho que isso é uma questão para pensarmos.”.

Ainda sobre Mara, um dos entrevistados, o Professor Pedro, não sei como poderia dizer, fez uma especulação, um *achismo*, como ele mesmo classificou “Bom, o que eu soube a respeito da Mara é que ela chegou aqui no curso de Matemática sem problema nenhum de visão. Parece que ela tinha problema de diabetes e, pelo que me contaram, ela era alertada de que poderia ter problemas com a visão se não tomasse os devidos cuidados, e parece que ela não se importou muito com isso. Anterior a esse episódio Mara já tinha dificuldades com a Matemática, não tinha boas notas. Bom, parece que, talvez ela sentisse, mas isso é um *achismo* apenas, talvez ela sentisse que seria tratada melhor, se viesse, o que para mim é uma tremenda loucura, a abrir mão da visão, mas isso foi um sentimento meu, do qual outras pessoas compartilhavam, não tenho nenhuma confirmação sobre isso.”.

Um dos entrevistados comentou sobre essa observação feita pelo Professor Pedro “O caso da Mara chegou ao meu conhecimento, se não me engano, por volta de 2001 ou 2002. Uma professora substituta da Faculdade de Psicologia estava com uma aluna cega, ou melhor, que estava ficando cega, com muitas dificuldades, além de outros elementos envolvidos. A cegueira de Mara parece ter sido advinda de um quadro de glaucoma associado com diabetes, mas não tenho certeza disso agora. E Mara também tinha algumas questões emocionais importantes. E nessa instância discutiu-se muito o caso de Mara, inclusive essa moça, a professora substituta que não me lembro agora o nome, queria que a Mara fosse atendida dentro da Psicologia, recebendo orientações, porque ela estaria insistindo em não tomar os cuidados para postergar seu comprometimento visual. Era como se ela estivesse indiferente ao

processo, apenas esperando acontecer. No fundo acho que ela não acreditava que fosse acontecer, ou estava negando. Um pouco de cada coisa.”.

A Professora Jéssica, psicóloga, que participa também da coordenação do Centro, falou um pouco sobre seu relacionamento com a Mara “Faz algum tempo que a Mara não é motivo de discussão, de conversa, de demanda. Eu não sei dizer para você, eu não sei avaliar como está a evolução dela dentro do curso, eu não sei as dificuldades. Eu sei que ela frequenta muito o Centro, nosso trabalho continua. Houve uma época em que eu conversei muito com ela, como psicóloga, coloquei algumas coisas para ela. Não sei se ela gostou de nossa conversa, ela dizia que eu estava sendo muito dura. A gente tem acompanhado a Mara, é impressionante a resistência física dela, pois apesar de todos os problemas, ela continua, seguindo sempre em frente.”.

Algo que me chamou muito a atenção durante a produção das minhas entrevistas, foram essas divergências quanto à forma como Mara ficou cega. Esta aluna, a Sônia, apresentou outra versão, e falou um pouco sobre sua interação com Mara “Eu fiquei sabendo da história da Mara, que ela entrou na Universidade, que ela não era cega. Até ouvi dizer que ela gostava de curtir a vida, gostava de andar de moto, e então ela sofreu um acidente que agravou algum problema que ela já tinha, e então ficou cega. Mara ficou um pouco afastada da Faculdade depois disso, mas voltou. Eu cheguei a assistir várias aulas com ela, mas eu nunca havia puxado papo. Só que eu sempre fui curiosa para chegar e conversar com ela, eu tinha até comentado com a minha mãe que tinha uma aluna cega em minha sala. Aí um dia eu fui, cheguei e puxei papo com ela, nessa disciplina ainda, puxei papo com ela, comecei a conversar com ela. Até acho que hoje em dia ela ainda deve se lembrar de mim, depois pergunte a ela, ela deve se lembrar de mim porque às vezes eu chegava e conversava com ela, porque eu tinha dó. Eu tinha tanta dificuldade enxergando, agora sem enxergar eu achava um pouco assim, complicado. E eu também percebi o quanto o professor tratava ela bem nessa disciplina, eu me lembro até que a Mara, não sei se eu devo até falar agora aqui, me contou que o professor deu de presente para ela um tênis, e ela ficou super feliz. Foi esse meu primeiro contato.”.

“Pelo meu grupo de amizades ali, eu acho que eu fui a pessoa que mais se aproximou de Mara, eu falo pelas meninas do meu período, porque a Mara não conseguia fazer várias disciplinas no mesmo período, então ela ia caindo de período, aí ela entrava em uma turma onde não conhecia muitas pessoas, ou não conhecia ninguém, aí ela não fazia muitas amizades fácil, eu acho que ela ficava mais, é, era só mais uma pessoa ali. Eu não acho que ela tinha muitos colegas na Universidade não, acho que eram poucos. Não é a toa que, igual,

se ela tivesse muitos, você não a veria andando para cima e para baixo só com a muletinha dela lá sozinha, não é mesmo? E sempre que você chega e pergunta à Mara se ela quer ir a algum lugar, aí ela vai e fala ‘quero’, ou seja, ela não dispensa ajuda não, pelo menos a minha ela nunca dispensou. Já eu, por exemplo, conheço a Mara, tenho até uma amizade com ela, apesar de tanto tempo que não a encontro.”.

“Mas eu percebia que às vezes ela passava pelo corredor, cheio de pessoas, e ninguém parava para conversar. Ela passava, por exemplo, assim, entre o bloco da Matemática, para ir ao bloco vizinho, cheio de altos relevos, onde ela poderia tropeçar, e ninguém perguntava se ela queria ajuda, muito poucas pessoas perguntavam ‘onde você vai Mara, quer que eu te leve até algum lugar?’. Então essas coisas eu percebi, que as pessoas se sentiam um pouco incomodadas, ou até mesmo, as pessoas não têm, não é nem a palavra coragem, não têm abertura o suficiente para chegar, e mesmo querendo, ‘ah, eu quero conhecer aquela moça’ mas ela não tem aquela abertura de chegar e conhecer, entende? Igual uma amiga minha uma vez, eu sempre conversava com a Mara quando eu a via, já essa minha outra amiga não tinha tanta coragem, não tinha essa abertura de ir lá e conversar. Ah, e uma coisa que eu também gostaria de falar, é que a Mara reconhecia as pessoas pela voz, você chegava do lado assim e falava ‘oi Mara, você sabe quem é?’ eu sempre perguntava, e ela sempre acertava.”.

## 5

Bom, vou deixar agora que a própria Mara fale mais sobre a Mara “Nos mudamos para cá, com o objetivo da vida, na vida, que foi passado pelos, pela nossa mãe, pelo nosso pai, pelos nossos pais, de estudar e trabalhar, e não trabalhar e estudar, sempre na ordem estudar trabalhar, porque sem estudo não se consegue um trabalho bom, um trabalho digno. Só que a experiência, ou seja, na prática não é bem naquela ordem, acaba sendo na ordem inversa, que é trabalhar e estudar. Então a gente vai levando. A vida é trabalha aqui, trabalha ali, não tem um trabalho fixo, mas, buscando sempre estudar para que a gente consiga manter aquele objetivo, de um dia se formar, para ter uma profissão, para ter uma ocupação garantida na vida urbana.”.

“Então quando dizemos que a gente tem uma missão no sentido, vamos dizer assim, no sentido acadêmico, isso nos remete a uma obrigação, uma obrigação no sentido que eu não posso deixar de terminar aquilo, eu não posso parar, eu não posso interromper, daí a gente não pára sabe, de estudar, porque o estudo ele é diário, e todo dia que a gente estuda, a gente está aprendendo de alguma forma, seja em relacionamentos, seja na prática de estudos mesmo, de uma forma ou de outra a gente está aprendendo a viver, e a gente está aumentando a nossa atividade enquanto ser vivo, a gente está compreendendo o porquê da nossa existência.”.

“Se a gente ganhou a vida, precisamos parar de querer ganhar sempre, porque se a gente ganhou a vida, a gente tem que parar de ganhar um pouco e ocupar o nosso corpo com coisas do bem, ou seja, parar de pensar em ganhar, e buscar fazer a doação de si próprio, a doação do, sabe, da nossa, fazer a nossa forma inversa de busca, porque a gente tem que buscar é doar, e não ganhar, ficar recebendo, ficar usando Deus para ‘Ah meu Deus, eu preciso disso’ ‘Ah meu Deus eu preciso de um carro’ ‘Ah meu Deus eu preciso de uma moto’ ‘Ah meu Deus eu preciso de uma bicicleta’. Não. Precisa é falar assim, ‘Ah meu Deus, hoje eu quero trabalhar para a sociedade, eu quero descobrir alguma coisa nova que vai diminuir a violência, vou utilizar meu conhecimento para diminuir o sofrimento, eu vou utilizar a minha capacidade de doação para ensinar as pessoas que estão sofrendo com desestruturação familiar, ensinar essas pessoas a serem um pouquinho mais felizes, e como serem um pouquinho mais felizes’.”.

“Então a gente precisa ter primeiro consciência de que o bom tem que ser bom para todos, não só bom para mim. Se aquilo é bom apenas para mim, aquilo não é bom, porque o

mundo, ele, o mundo precisa de mim, então eu tenho que lembrar sempre que eu preciso do mundo também, para que eu exista, então eu busco não ficar nessa coisa do egoísmo, ‘ah por que eu quero isso, quero aquilo, quero melhorar de vida’ não, eu busco agradecer o que eu ganho e eu sempre me expresso da forma ‘graças a Deus’, ‘muito obrigada’, porque parece que cada vez que dizemos obrigado, muito obrigado, de uma forma natural, de uma forma sem interesse próprio, parece que as coisas aparecem, acaba que as coisas aparecem de uma forma sempre gratuita: amizades, produtos diários dos quais precisamos. Ou seja, parece um milagre, as pessoas vão se relacionando com a gente, sempre no sentido mais positivo, as coisas ruins não acontecem com a gente, a gente busca sempre e diariamente superar os momentos melhores, ou seja, cada vez mais estamos melhorando, enfrentando um lugar que é bastante frequentado por pessoas que precisam abrir mão do interesse próprio, então estamos em contato diário com essas pessoas e precisamos doar sempre esse nosso comportamento de doação, dar exemplos de que devemos um pouco, pelo menos, estar sempre agradecendo, pois se estamos vivos, isso é o mais importante.”.

“Agora, sobre o que a minha mãe disse sabe, que eu ficava muito em casa, no quarto, deprimida, falando em morrer. Não, isso não foi bem assim, é porque a pessoa que perde a visão, que passa a ser não mais, passa a ser não vidente, tem certo jargão, não sei se é jargão a palavra, tem aquela ideia de que a pessoa fica deprimida, isolada, fica sozinha, não quer sair, não quer andar, não quer fazer nada. Então minha mãe tem um pouco dessa coisa que falam em mente, e ela pensa às vezes de uma forma inconsciente em associar aquilo a mim, só que, graças a Deus, comigo não foi muito assim. Eu fiquei um pouquinho triste, claro, quando eu estava perdendo a visão, quando minha pressão intraocular estava muito forte, então eu estava tendo um pouco de trabalho para tentar controlar a pressão do olho, e não conseguia. Por isso, eu estava meio que esperando as coisas acontecerem, eu não estava fazendo as coisas acontecerem. Então eu fiquei assim um pouquinho mais calada, eu não conversava muito com a família, não saía muito, então ela associou sabe, essa ideia de depressão, essa ideia de morte, mas não aconteceu isso, porque graças a Deus eu tinha aquilo que eu tenho até hoje, que é vontade de viver, e minha mãe associou a palavra, a expressão, que eu queria morrer, que eu falava em morrer, mas não foi assim, eu sempre tive muita vontade de viver.”.

“Eu penso muito sobre essa postura do ser humano em não fazer uma, uma forma maior de contato entre as coisas trabalhosas e as não trabalhosas. Parece que as pessoas vão se distanciando das coisas difíceis, exatamente pela oferta de facilidades. Por exemplo, a máquina calculadora, o computador; tudo isso facilita por um lado, e destrói a capacidade humana de pensar e buscar sempre a forma menos agressiva à natureza por outro, então isso

leva as pessoas a sempre quererem facilitar as coisas, e isso reflete no nosso dia-a-dia. Todos os dias temos um progresso cada vez mais facilitador das coisas, então podemos sentir isso na própria pele, que as pessoas buscam, a cada dia que passa, por coisas mais fáceis, ou seja, ninguém quer por a mão na massa, ninguém quer suar a camisa, ninguém quer trabalhar, trabalhar mesmo, as pessoas querem as coisas já prontas, mastigadas.”.

“Então essa coisa da facilitação ela vem, ela está em choque com aquilo que realmente a humanidade precisa para ter de forma mais natural as coisas. Se a pessoa precisa ir para um contato direto com a terra, e furar um buraco com a mão, ela já vai usar algum instrumento, aí, daquele instrumento ela já passa para alguma máquina para fazer aquele trabalho. Não, ela não busca mais aquele contato com a terra, que é a mãe de tudo, a mãe da natureza, a nossa mãe. Nós viemos, do mar ou da terra, não sei, mas aquele contato original de tudo, natural, que é o bom para a continuidade das próximas gerações, está se perdendo por causa dessa facilitação de tudo, está deixando sem futuro as próximas gerações, principalmente no caso da poluição.”.

“Todo mundo descarta, ninguém pensa em trabalho árduo, pensa só em trabalho com a cabeça, não quer pôr a mão na terra, quer é pensar nas melhores formas para não pôr a mão na terra. Bom, e isso leva aos grandes, às grandes concentrações urbanas, fazendo acontecer aquela fuga do campo para a cidade, aí as pessoas vão perdendo esse contato que é muito energético e positivo com a terra, as pessoas vão perdendo essa noção de plantar, de ajudar o próximo, ‘ah, eu vou plantar agora, para, não importa se eu não vou colher agora, eu tenho que plantar para outros colherem, eu não tenho que colher aquilo que plantaram para mim sempre, eu tenho que plantar também’ ou seja, entrar a ideia da doação. Se nós estamos pensando em doação e não apenas em recepção, e não apenas em receber, é a forma mais verdadeira de gratidão, essa coisa de fazermos para o próximo, fazermos em forma de agradecimento por estarmos vivos, mas as pessoas buscam facilidade apenas, para não terem que trabalhar, e isso lá vai ficando cada vez mais comum nas grandes cidades, por isso aumenta tanto a violência, porque ninguém quer fazer, todo mundo quer ganhar, quer ganhar mais dinheiro para ter mais riquezas e trabalhar menos.”.

“Pessoas com deficiência que não gostam muito de sair de casa, se tiverem um computador adaptado para ela utilizar, aí fica pior, aí que ela não vai querer sair de casa mesmo. E parece que a nossa vida prática em contato com o meio externo é o que nos impulsiona mais à vida, então parece que sentimos mais vontade de viver é quando estamos em contato com outras pessoas, em contato, tipo ensinando o mundo a se relacionar com a pessoa que apresenta uma deficiência, esse contato direto. Se a gente for ficar pensando: ‘ah,

mas o fulano não vai me ajudar na hora que eu sair na rua' eu é que não estou me ajudando ao pensar assim, porque eu estou sendo negativo, então se eu pensar de forma positiva 'não, eu vou lá porque, se uma pessoa não me ajudar outra pessoa me ajuda, se outra pessoa não me ajudar, um conhecido meu passa na rua e me ajuda' ou seja, se eu não for lá para a rua, se eu não sair de casa, se eu não buscar o relacionamento com a sociedade, se eu não enfrentar o mundo lá fora, eu vou ficar sempre pensando negativo sobre os elementos do mundo, e o certo é eu pensar de forma positiva, pois eu sou um elemento do mundo, então eu tenho que fazer a minha parte em relação ao mundo, fazer a minha parte de forma responsável. Eu não devo trabalhar com o pensamento negativo, energia negativa, tenho que pensar de forma otimista, eu tenho que atrair coisas positivas, coisas boas, para que eu seja útil para a evolução do mundo, e não para a sua involução.”.

## 6

Ao final da minha graduação, conheci, por intermédio de alguns amigos, a Educação Matemática, em particular, a pesquisadora Miriam, orientadora deste trabalho. Fiquei empolgado e interessado em entrar nessa área de pesquisa, digamos assim, e de imediato pensei que seria uma excelente oportunidade de conseguir ajuda para falar sobre essa história que, como me disse uma vez um professor, era extremamente pele em mim, e eu queria torná-la partilhável.

Logo em meu primeiro semestre neste Programa de Pós-Graduação, ainda como aluno especial, conheci o Larrosa (2002), e sua ideia de experiência, onde aquilo que nos passa, nos toca, isso seria uma experiência, e não aquilo que se passa, que acontece. Podem acontecer muitas coisas, podemos ouvir muitas histórias, e nada disso pode nos tocar, nada disso pode se transformar em uma experiência. Larrosa se lembra de Walter Benjamin, que no decurso de minha pesquisa tornou-se um dos principais edificadores dessa minha proposta narrativa, dizendo que ele há muito já observara que a pobreza de experiências estaria se alastrando pelo mundo. Também diz Larrosa que a experiência tem uma dimensão de incerteza indissolúvel, sempre imprevisível. É um caminho, mas sem um destino que possa ser antecipado, é antes um se jogar ao desconhecido, para o que não se pode prever, nem predizer. Informação não é experiência, aliás, esta suprimiria a possibilidade de se ter experiências para Larrosa. O sujeito moderno *ultra informado* não tem tempo para *experienciar*.

Conheci Walter Benjamin através de Larrosa, e com ele concentrei-me em meu objetivo; *narrar, comunicar uma experiência sobre um aluno cego em um curso de graduação em Matemática, com o intuito de gerar reflexões sobre a Educação Matemática Inclusiva, em específico, no ensino superior*. Benjamin (1987), sobre narrar experiências, diz que tais narrativas têm sempre um potencial utilitário, com ensinamentos morais, sugestões práticas, e até mesmo com normas da vida, e sempre, independentemente da forma, o narrador é um homem que sabe dar conselhos. Quando Benjamin fez tais reflexões, já era, naquele momento, algo antiquado esse “dar conselhos”, e isto hoje se potencializou, e para este autor, isso se deve ao fato de que as experiências estão deixando de ser comunicáveis. Não podemos aconselhar, nem ouvir conselhos, de ninguém.

Então, a narrativa enquanto meio de comunicar experiências está morrendo já há muitos anos, se concordarmos com Benjamin e Larrosa, como de fato concordo “*Quem*

*encontra ainda pessoas que saibam contar histórias como elas devem ser contadas? [...] Quem é ajudado hoje, por um provérbio oportuno? Quem tentará, sequer, lidar com a juventude, invocando sua experiência?”* (BENJAMIN, 2008, p. 114). No entanto, eu ainda acredito que essa comunicação seja possível, e pretendo engendrará-la de forma a trazer, embutido em minha narrativa, as experiências dos entrevistados, pois o que conto não é apenas minha experiência, é também, e talvez mais, um *re-narrar*, um narrar do outro que tornei meu, e que agora, é nosso. Talvez eu não conte uma experiência, mas de alguma forma espero conseguir partilhá-la, travestida em uma dissertação de mestrado.

Sobre o “dar conselhos” de que Benjamin fala, eu não tenho essa pretensão, mas o que acredito é que ao comunicar uma experiência única como essa, ao contar uma história por vários vieses, a própria história, ao ganhar vida, ao terminar, terminar no sentido de que começa – como sempre me lembra o Professor Cesar Leite – se ocupará em “dar” esses conselhos.

O conselho só pode ser, portanto, dado se uma história conseguir ser dita, colocada em palavras, e isso não de maneira definitiva ou exaustiva, mas, pelo contrário, com as hesitações, as tentativas, e até as angústias de uma história "que se desenvolve agora", que admite, portanto, vários desenvolvimentos possíveis, várias sequências diferentes, várias conclusões desconhecidas que ele pode ajudar não só a escolher, mas mesmo a inventar, na retomada e na transformação por muitos de uma narrativa à primeira vista encerrada em sua solidão (GAGNEBIN, 2009, p.63)

O homem ocidental então teria perdido sua capacidade de contar, e para Benjamin (1996), isso se consagra na Primeira Guerra Mundial, quando os soldados voltam mudos, sem conseguirem narrar o que viram nas trincheiras. Gagnebin (2009) comenta que a Primeira Guerra exprime, de fato, o condicionamento do indivíduo às forças impessoais e todopoderosas da técnica, cujo crescimento desenfreado transforma nossas vidas tão total e rapidamente, que não conseguimos identificar essas mudanças pela palavra. E quanto a isso, continua a analisar Gagnebin (2009), não há nada de destoante dos pensamentos da época, entretanto, a surpresa para ele advém das conclusões que Benjamin tirou acerca do processo de interiorização que dominou as sociedades burguesas, a saber, essa burguesia do século XIX, por ter perdido suas referências coletivas, tenta compensar tal frieza e anonimato criados pela organização capitalista do trabalho passando por um duplo processo de interiorização, e tenta resgatar um pouco do *Gemütlichkeit*, ou seja, a sensação de pertencimento e aceitação social, conotados em suas casas bem mobiliadas, aconchegantes e isoladas do mundo externo. Este é o primeiro aspecto de interiorização. O segundo, psíquico, ocorre dos valores coletivos

serem cada vez mais substituídos por valores individuais. O homem se torna cada vez mais egocêntrico. Segundo Gagnebin (2009), são os inícios da Psicanálise. Por isso a arquitetura de interiores ganha um prestígio sem precedentes na sociedade burguesa que, sem um sentido para sua vida, incorre em tentativas desesperadas de demarcar suas posses com iniciais bordadas em lenços e outros que tais, e tantas outras tentativas de reproduzir no mundo dos objetos o ideal de moradia.

O burguês cria em sua casa um refúgio que o "protege" de um mundo externo totalmente desconhecido e hostil, fato este que podemos confirmar hoje como uma prática em franca ascensão, com nossos muros, cercas eletrificadas e sistemas de segurança. Tento aqui argumentar esta como sendo uma das razões pelas quais o homem não ouve mais histórias, não aconselha nem recebe nada que não esteja dentro dos seus limites egocêntricos.

## 7

Em março de 2005, Bento conheceu o Centro<sup>1</sup> de pesquisa e extensão em educação especial da Universidade, que havia sido fundado recentemente, em 2004. Bento era aluno do curso de Matemática, e começou a trabalhar lá como leitor para Mara, além de dar aulas em um cursinho pré-vestibular para alunos surdos que o Centro promovia, onde foi o professor de matemática até 2008. Ambas as atividades como voluntário, e eventualmente ganhava alguma pequena bolsa em projetos de extensão. Apesar das intermitências do cursinho, ele ainda existe, ao menos até este ano, 2010. Mas o cursinho é outra história, que não será contada aqui. Para esclarecer, leitor é uma pessoa que lê para outra, no caso do Centro, uma pessoa que enxerga, lendo para pessoas cegas, e estes leitores, voluntários, são alunos da própria Universidade na maioria das vezes.

Bento sempre via Mara pela Faculdade de Matemática, havia sido colega de sala dela, e olhava para aquela aluna cega na sala de aula, e sempre se perguntava; “como?”. Mas ainda não havia se aproximado dela, até aquele momento. Tornaram-se também bons amigos, e ele foi às vezes parte às vezes espectador da história. Espectador assim, com s mesmo.

Um dia Bento conversou com a secretária do Centro, a Laís, sobre o momento em que Mara havia voltado para o curso de Matemática, e descobriu que ela havia entrado primeiramente em 1996, quando ainda era vidente, enxergava normalmente, mas devido a alguns problemas de saúde acabou ficando cega, em 1998, e ainda naquele ano saiu do curso, ficando um tempo fora, e em 2001, ou 2002 – Laís não sabia ao certo, segundo Bento – Mara voltou, e se matriculou novamente. A Mara teve a experiência de passar por um curso de graduação em Matemática vidente e cega, algo impar. Tentei confirmar tais datas com a Universidade, mas não consegui acesso à pasta de documentos de Mara. E mesmo a própria Mara, a meu pedido, não conseguiu esse acesso para confirmar alguns dados.

Quando Mara retornou, não havia nenhum outro aluno cego na Universidade, nem em outro curso. Ninguém sabia como fazer, e todos com quem conversei disseram que na Matemática o desafio é ainda maior do que em um curso de Humanas por exemplo. Laís completa dizendo “Existia na Universidade alunos com baixa visão, mas com perda total igual à Mara, não. Então, a adaptação foi muito difícil, continua difícil, porque o pessoal do curso

---

<sup>1</sup> Chamarei apenas de “Centro” durante o texto

de Matemática nunca havia tido contato: nem coordenador, nem secretário, nem professores. Ninguém. Foram muitas conversas, muitas reuniões para eles poderem se orientar, entendendo um pouco como era a situação da pessoa cega, até que a Faculdade de Matemática começou a se adaptar, e fez progressos muito positivos, que não podem ser esquecidos, e podem ser de grande ajuda um dia para casos semelhantes.”.

Entrevistando mais algumas pessoas – sendo mais específico, entrevistei cinco professores da Faculdade de Matemática; as duas coordenadoras e a secretária do Centro; três colegas de Faculdade de Mara; D. Ângela, mãe de Mara; e naturalmente, a própria Mara, que concordaram em conceder-me entrevistas, as quais foram filmadas, transcritas e textualizadas, para então fazerem parte desta narrativa – para falar sobre o caso de Mara, percebi que todos compartilhavam uma opinião: a tentativa de adaptação da Faculdade de Matemática foi realmente muito complicada, e ainda tem sido.

Essa volta de Mara ao curso de Matemática certamente mexeu muito com todos. O Professor Adailton me disse que nessa época sempre via a Mara pela Faculdade de Matemática, mas não sabia ainda quem ela era, aquela aluna cega, andando pelos corredores da Faculdade. Então ele perguntou para algumas pessoas a história de Mara, e descobriu que era uma aluna do curso que depois de um problema de saúde ficou cega, saiu, mas que havia voltado. Conheceu assim um pouco da biografia dela, da história dela antes de ser aluna em suas disciplinas.

Outro professor, o Professor Marcos, um homem de ótima memória, deu maiores detalhes sobre a volta de Mara, e sobre como ele a conheceu “Há um bom tempo atrás, aliás, eu vou começar pela minha entrada aqui na Universidade. Eu entrei aqui em 2002, e logo de cara eu fiquei sabendo que havia uma aluna no curso de Matemática, que é a Mara, que não era cega quando entrou no curso, mas por problemas de saúde, até onde eu sei parece que foi glaucoma, ela ficou cega, se não me falha a memória, em 1998. Foi nesse período em que ela acabou ficando com esse problema visual, perdeu a visão. Em 2002 Mara estava tentando regressar, retomar o curso. A matrícula dela é de 1996 segundo semestre, então ela entrou na Universidade em 1996 no segundo semestre, e em 2002 estava tentando retornar, depois desse problema de saúde, e aí eu me lembro que foi meio turbulento, pois, como fazer, não é mesmo? Nós professores ficamos sem saber como lidar com isso, porque ninguém na verdade tem formação para lidar com esse tipo de situação, com esse tipo de aluno especial. Como dar aulas de matemática para alguém que não enxerga, e que também não lê e não escreve em braille? Mara não tinha leitura em braille, e se não me engano não tem até agora. Então o pessoal ficou, o pessoal que eu digo são os professores, eles ficaram sem saber o que fazer

‘teremos uma aluna cega na turma’ pois até então ela tinha aula como todo mundo, normalmente, na classe regular. E como proceder com as avaliações? Como proceder com a própria aula? Isso foi uma, uma dúvida geral.”.

A mãe de Mara parece não ter tido muito conhecimento sobre o que se passava dentro da Universidade, sobre essas versões que estão sendo contadas aqui. Um dos temas da conversa que tive com ela foi sobre a iniciativa de Mara em procurar voltar ao curso, uma parte desse processo. Melhor deixar ela mesma contar: “É que a minha filha, a Mara, ela estava muito deprimida antes de voltar ao curso de Matemática, e então o Lúcio teve a ideia, bom, não sei se foi ele, que é muito inteligente também, que foi junto com a Mara na Universidade, pois a Mara havia trancado a matrícula, na Universidade, e então o Lúcio foi com ela, conversou com os professores, e os professores não querendo aceitar, por causa da deficiência visual dela, o Lúcio falou não, ela quer, é um direito dela, deixa ela estudar. E lá vai indo assim, com a graça de Deus, devagar, mas lá vai rompendo, e eu fico assim, feliz...”.

Mas logo em seguida conversei com Mara, que tentou esclarecer como ocorreu esse processo. Sua mãe, segundo Mara, parece ter se confundido um pouco quanto ao que contou, em particular sobre o Lúcio, esse seu sobrinho, primo de Mara “Houve na verdade, um mal entendido”, completa Mara. D. Ângela teve uma vida de experiências muito carregadas, na verdade, sobrecarregadas, aparentemente. Experiências muito sofridas, algumas ela dividiu comigo. E ela falou de seu sobrinho, o Lúcio, pois na época em que Mara voltou para o curso de Matemática, esse sobrinho estava na graduação em Química, e o que aconteceu é que o contato dele era bem pouco com a família, ou seja, ele pouco visitava D. Ângela, e ela sentia bastante essa falta, porque, ausente, o pai dele faleceu, e ele é um sobrinho que ela sente um pouco a necessidade de estar mais próxima.

Mas Mara contou que este seu primo, ele tem a vida dele, tem a esposa dele agora, se casou, tem filhos, tem a família, e com o tempo ele foi se distanciando “Minha mãe é irmã do pai de Lúcio, então ela sente aquela falta, aí de vez em quando ela se confunde”. Mara disse que, quando voltou para a Universidade “eu mesma liguei lá, falei com o Fernando, o Fernando que é do setor de matrículas, que era do setor ou é ainda, não sei, conversei com o Fernando e me propus a voltar. Logo ele disse para que eu me matriculasse às pressas porque estava prestes a perder a matrícula, a perder a vaga na Universidade. Então eu saí de casa e fui ao setor de matrículas, agilizei as coisas, e voltei a estudar. Com alguns dias passados, me encontrei com o Lúcio, que ficou assim satisfeito por eu ter voltado a estudar, não ter abandonado o curso, não ter desistido, e o fato de tê-lo encontrado na Universidade e comentado com minha mãe, fez com que ela pensasse que ele foi e me ajudou, e não foi. Eu

liguei para o Fernando e falei ‘olha, eu quero voltar a estudar’.”. Lúcio então não teria tido participação nenhuma na volta de Mara à Universidade, mas achei o evento interessante, por isso resolvi contar aqui.

O Professor Marcos fala um pouco mais sobre como foi essa volta de Mara para o curso de Matemática, após ter perdido a visão “Como eu disse, em 2002, quando ela retornou, se não me engano acho que foi no segundo semestre de 2002, ninguém sabia como lidar, ninguém sabia mesmo. Os outros professores e eu ficamos assim ‘como que a gente faz? ’. Ninguém tinha uma ideia melhor, nós não temos formação para isso, não temos mesmo. Em uma graduação em Matemática, não há uma disciplina que discuta como lidar com situações como essa, a gente não tem isso aqui pelo menos. Quando você vai para uma pós-graduação então, principalmente Matemática Pura ou Aplicada, muito menos ainda você verá esse outro lado, do ensino, você começa a estudar teorias, coisas mais avançadas do ponto de vista da Matemática, então você não tem discussões sobre Educação, e um dia, se depara com uma sala de aula, com situações como essa. Então você passa toda a sua formação sem aprender a lidar com esse tipo de situação, e foi o que aconteceu em 2002 aqui. Conforme vão passando os erros e acertos, a gente vai aprendendo. Eu acredito que hoje a gente está no melhor caminho para ela, mas isso não surgiu assim, do nada, isso foi um processo, erramos aqui, acertamos ali, até as coisas irem se ajustando, não foi de uma hora para outra não.”.

Agora, sobre as impressões da própria Mara quando voltou para a Universidade, bom, não conseguiria contar melhor do que ela “Sabe, não foi muito festiva não, não foi muito festiva não, não foi nada festiva. Foi uma coisa corriqueira sabe, do dia-a-dia, uma coisa normal ‘ah, você, você não, ué, você não enxerga, ah, espere aí, você é a Mara que fazia Matemática aqui? ’. Entendeu? Só de surpresa. Não foi aquela coisa ‘nossa Mara, que bom que você voltou’, foi só assim ‘nossa, você perdeu a visão, que coisa’ sabe? Foi aquela coisa costumeira de acontecer algo. As pessoas se assustaram com aquilo. Mas elas não agiram para ajudar, elas eram mais de se espantarem e ficar ó, abrir a boca. E ficavam admiradas, por eu ter voltado, mas não, não davam um abraço, não falavam nossa, que bom que você voltou, a gente sentiu sua falta, nada disso! Por quê? Talvez seja por causa dos compromissos do dia-a-dia, do lugar também, da Instituição, por eles trabalharem, os colegas também, estarem em uma Instituição que nos mostra a coisa comum que é o egoísmo, esse egoísmo das pessoas, de não terem esse relacionamento humano. Têm mais esse relacionamento de mercado, expressado nas aparências, e não aquela coisa fraterna, não aquela coisa humana, aquela coisa carinhosa, de recepção, não é mais, não é mais aquilo, é sempre mais aquela coisa de normalidade, da faculdade, de escola convencional. Então eles, as pessoas aqui da

Universidade agiram normalmente, como se não tivesse acontecido nada de diferente. A indiferença estava sendo praticada desde o começo.”.

Quando perguntada sobre a extensão dessas supostas práticas de indiferença, Mara continuou dizendo: “Senti que essa indiferença foi de todos, até dos funcionários, técnicos administrativos da Universidade. Eu não gosto nem de falar, porque não é algo que ajude, mas, foi de, quase um descaso. As pessoas não estão acostumadas com casos de deficiência dentro da Instituição, então na hora em que chega uma pessoa com aquela atitude diferenciada, com aquela diferença enquanto aparência, enquanto física, as pessoas ignoram um pouco, elas fingem que a pessoa está enxergando, elas agem como... ficam esperando a pessoa buscar ajuda, ir até elas. Não oferecem ajuda, elas não oferecem. Elas não agem de acordo com o que a pessoa precisa, mas continuam agindo com o que elas precisam para não ter aquela deficiência, é como se fosse um medo, alguma coisa assim que leva as pessoas a agirem com insegurança.”.

“Elas, elas não têm segurança quanto ao curso que queriam também acho, então parece que aquela insegurança aumenta mais quando veem uma pessoa com certa deficiência, mas por quê? Parece que elas pensam ‘eu vou, eu vou me aproximar de uma pessoa? Mas espere, eu tenho que levar a sério o meu curso, eu não posso me envolver com uma pessoa que tem uma deficiência, porque eu estaria abrindo mão do meu curso para ajudar aquela pessoa, me envolver com ela’. Então a pessoa não quer se envolver, isso acontece bastante até hoje, até hoje, dia 6 de julho de 2009.”.

Nas falas de colegas de Mara, essa questão mostrou-se mais complexa. Sempre diziam realmente não saber como ocorreu tal recepção, se foi ou não com indiferença, e que nunca haviam visto ninguém tratá-la mal. Como colegas de sala dela que foram várias vezes, um problema que mencionaram ter havido era que o professor nem sempre tinha tempo de atender Mara fora do horário de aula. “Ela ia à sala dos professores, e estes não a atendiam na maioria das vezes. Mas isso foi o que a Mara nos contou, não tivemos nenhuma confirmação, e nunca vimos um professor tratando ela mal, ou de forma indevida”. O que afirmaram ter percebido foi que certos professores têm medo de trabalhar com Mara, por conta da dificuldade de se trabalhar com um aluno com deficiência em sala de aula regular, e desses professores, alguns lhes relataram que teriam muita dificuldade, e que talvez não a aceitariam em sala.

Por parte dos professores, foi dito que Mara, em sua primeira fase no curso, quando era vidente, entre 1996 e 1998, teve um rendimento muito baixo “Pois não foi assim, ela sendo cega procurou fazer Matemática, não. Ela entrou na Faculdade de Matemática

enxergando, não foi uma boa aluna, e depois é que ficou cega, saiu do curso, e então resolveu voltar um tempo depois. A maioria das disciplinas que ela fez naquele período, ela foi reprovada”. Não sei bem os motivos de Mara para que isso tenha ocorrido, e este foi um argumento bastante recorrente para justificar certas ações, certas posturas da Universidade “A Instituição, todos, eles tentaram”. No começo, quando Mara voltou para o curso, cega, alguns professores falaram com ela, oferecendo conselhos para que ela pensasse. Disse um entrevistado “mas ela sempre bateu o pé falando que a Universidade queria resolver o próprio caso, que não estava se importando com ela”.

A Instituição, em suas falas, mostrou-se sempre muito preocupada, uma delas foi bastante marcante “eu tenho muita preocupação, nós vamos dar um diploma para um profissional que não sabemos se está apto a exercer a profissão. E inclusive, tem o nome da Universidade envolvido, a Instituição precisa pensar nisso, não tem como. E penso ainda que não seja só isso, não é só você inserir a pessoa com deficiência, ela tem que entender que existem limites, não é só por ela ser cega que precisa ter as coisas facilitadas.”.

## 8

Após Mara perder a visão, sair da Faculdade, e posteriormente voltar para o curso, o primeiro impasse surgiu quando a Universidade trouxe uma proposta para ela. Mostrarei tal proposta através de relatos dos entrevistados sobre suas impressões. São falas de diferentes lugares, respostas a uma mesma indagação, que fazia parte do roteiro para as entrevistas semi-estruturadas que eu havia preparado “Poderia falar sobre a proposta feita por parte da Universidade à aluna Mara quando ela voltou ao curso de Matemática, após ter ficado cega?”.

“Nós tentamos. No começo, quando ela ficou cega, o pessoal ainda tentou falar com ela, dando conselhos para ela pensar ‘Mara, pára e analisa o que você espera do seu futuro, você pretende seguir uma carreira? O que você pretende? Pára e pensa no grau que você já tem de conhecimento em matemática, de repente seria mais tranquilo para você fazer outra graduação, por que não fazer Pedagogia? Conhecimento você já tem de matemática, você pode vir a ser uma pesquisadora do Ensino da Matemática para pessoas cegas, por exemplo’ porque a gente sabia da dificuldade dela com a matemática, pois existem pessoas que têm facilidade, que são ases na matemática, e a gente sabe que com a Mara não é assim. Não é só pela deficiência, a dificuldade dela não é só pela deficiência, é com a matemática.”.

“Foi oferecido para a Mara, em alguns momentos, a oportunidade dela mudar de curso, por quê? Porque chega uma hora, mesmo que a gente respeite a inclusão, chega uma hora que há uma limitação. É a mesma coisa que uma pessoa cega querer fazer cirurgia, querer fazer Medicina. Não dá. Por quê? Porque aquela ciência demanda uma capacidade sensorial específica. Como é que eu vou fazer uma cirurgia, ou ser um médico cirurgião cego? Há sempre a recorrência ao caso de Beethoven, que era surdo e compunha músicas, mas ele não foi surdo a vida inteira. Eu conheço uma banda formada apenas por surdos, mas este é um nível de apropriação da música que é diferente do músico que escuta.”.

“Enfim, nós oferecemos muito para a Mara, e insistimos, essa oportunidade dela mudar de curso. Por quê? Porque um professor do Ensino Fundamental das Séries Iniciais de Matemática teria muito mais uma linguagem, digamos, verbal do que matemática, poderia aproveitar muito mais. Outra coisa, qual é o motivo da gente ter tentado mudar, ou melhor, contar para a Mara sobre essa possibilidade? Nessas séries iniciais nós temos muitos alunos cegos, nas escolas, e não há professores qualificados. Tem professor de braille, tem professor de Libras. Mas já pensou que ótimo seria ter uma professora de matemática ali, cega? Então a

gente tentou muito mostrar para Mara como ela poderia, inclusive, aproveitar melhor essa experiência. Mas isso passou para ela como se fosse uma tentativa de exclusão. Às vezes acho que ela usa um pouco essa condição, acho que usa bastante, a deficiência como um fator de questionamento, para conseguir uma atenção. Eu sempre falei que se a Mara não fosse cega, ela não conseguiria concluir o curso de Matemática. Eu acho que não. Eu acho que ela tem dificuldades importantes que não têm a ver com a cegueira. Matemática, Física, você sabe como é. Então eu tenho cá minhas dúvidas se ela concluiria esse curso sendo vidente. Eu acho que não.”.

Uma aluna relatou ter percebido repentinamente que Mara havia parado de assistir as aulas com os outros alunos, e ficou sabendo através da própria Mara que alguns professores estavam ministrando aulas para ela em horários separados “Melhorou muito para a Mara, quer dizer, acho que melhorou, só de ter um professor só para ela, e também um monitor, que recebe bolsa, e ainda abrir uma disciplina só para ela. Melhorou. Mas pensando no fato de que ela perderia as discussões da aula, os trabalhos em grupo, viver um momento de Universidade mesmo, pode ter piorado, porque ela não vive a Universidade, ela só está lá fazendo as disciplinas, aquele momento de ir para uma sala de aula, ter discussões, isso ela perdeu. Talvez pudesse unir; ter aula normal com os outros alunos, e depois um momento só para ela com o professor, onde ela tiraria suas dúvidas. Até porque, acho que ela não deve se sentir muito a vontade. Aluno já não se sente muito a vontade em tirar dúvidas, parar uma aula para perguntar, imagine se você for o único aluno dessa sala? Então uma possibilidade acaba tirando tudo que tem de bom da outra.”.

“Isso foi quando aconteceu dela perder a visão, quando Mara voltou para a Universidade. Por que foi feita essa sugestão para ela, mudar de curso? Justamente porque a primeira coisa que fizeram, foi analisar seu currículo. Uma aluna estudou quatro anos na Instituição, teve aprovação em pouquíssimas matérias, o que você pensa? Que ela não gosta do curso.”.

“Ah, mas não é mudar de curso, acho que ela tem o direito de fazer um curso de Matemática, não é porque ela é cega que não vai fazer Matemática. E acho que um dos problemas é esse mito que já existia e que se consolidou dentre a maioria dos matemáticos, que há conteúdos da Matemática que não são possíveis de ser ensinados para pessoas cegas. Aí eu pergunto: não são possíveis de se ensinar para pessoas cegas por quê? Porque a gente não sabe ensinar. O que este conhecimento demanda para que uma pessoa cega não possa compreendê-lo? Por isso fico pensando que talvez seja mais difícil se ensinar matemática para uma pessoa cega de nascença do que para uma pessoa que já foi vidente durante tantos anos.

Mas não sei, são apenas pensamentos. Porque é muito diferente você lidar com uma pessoa cega de nascença e uma pessoa que foi vidente durante muitos anos. Eu acho que a gente perdeu muito sabe, e agora, a Mara termina o curso, vai embora, e o curso continua como antes? A Mara não fez nem cócegas no curso.”.

“Porque uma coisa que foi feita com a Mara nas discussões, foi proposto para ela mudar para o curso de Pedagogia, como se fosse mais fácil, fugindo do curso de Matemática, supostamente mais difícil, entendeu? Por que lá ela se formaria, aqui não, e é mérito da Mara nunca ter aceitado isso, e ela tem um desafio, as pessoas têm que tentar aprender com ela sobre isso. É lógico que o curso de Matemática tem muito mais evasão, muito mais reprovações que o curso de Pedagogia, ele é difícil para um aluno dito normal tanto quanto para um aluno cego. No curso de Matemática nós estamos formando pouquíssimos alunos, chego a dar aula para turmas com dois alunos, alunos ditos normais, que não têm deficiência nenhuma. Então é dessa cultura do curso de Matemática que vem a dificuldade. Mas é difícil também, se você quiser fazer um trabalho bem feito, é difícil também para quem trabalha com Educação.”.

“Eu não fiquei sabendo de nada. E o interessante é que eles não me, não leram para mim o que estava escrito na pauta da reunião que eu participei, eles não leram, não tinham hábito com pessoas não videntes, então eles simplesmente me levaram para lá e começaram a conversar comigo, começaram a me pressionar. A iniciativa para se realizar a reunião foi do Centro. Basicamente, foi discutida uma proposta apresentada: que eu mudasse de curso. O objetivo deles era apresentar essa proposta e tomarem a decisão que eles queriam: tirar-me do curso e me mandar para outra área. Isso porque a área de ciências exatas não seria, isso segundo eles, da Matemática, lugar para uma pessoa com deficiência, muito menos visual, e que um curso de humanas, como o de Geografia ou de História, seria mais adequado. Eu escolheria um curso, e eles dariam um jeito, foi isso que eu entendi.”.

“E parece que o principal para eles era não, o que continua sendo até o momento, era não pesquisar, não buscar, não terem trabalho com a inclusão, porque a palavra inclusão ela exige muito trabalho, principalmente trabalhos adaptativos, no sentido físico, vamos dizer assim. Então eles não queriam e continuam não querendo até hoje, tanto é que me ignoram bastante lá no curso para que eu desista, até hoje, tem gente lá que fica de boca aberta, falando, ‘nossa, mas ela não saiu até hoje, como é que ela insiste em continuar no curso de Matemática?’. A gente percebe isso no ar sabe, não é simplesmente a pessoa achar que eu esteja fazendo, que eu estou fazendo um julgamento, não, a gente não é boba sabe, a gente percebe isso no dia-a-dia ali na Faculdade de Matemática, que eles acham que eu não fui feita

para fazer Matemática, então, por isso que a primeira proposta deles foi para eu mudar de curso, me tirar do curso. Se eles tivessem poder para isso, acho que teriam me mudado de curso com as próprias mãos.”.

“Tivemos uma reunião na Faculdade de Matemática, com vários professores, psicólogos e com a Mara também presente. Ela estava decidida a terminar o curso. Sugerimos outras possibilidades, se ela não gostaria de ir para a área de Educação, onde seria mais leitura mesmo, não teria que se preocupar em, sei lá, em entender esses conceitos matemáticos, fórmulas matemáticas, porque nós não tínhamos materiais aqui para ela desenvolver um bom trabalho, tampouco para fazer uma prova por exemplo. Como ela iria escrever, se expressar matematicamente? Isso foi e ainda é difícil para ela, e para nós também, pois temos que pensar em como desenvolver esse material. Entretanto, até hoje, os professores que deram aula para Mara, ao menos os que eu sei, não usaram material diferente, mas o ideal seria que tivesse alguma leitura em braille, e também para ela se expressar, escrever matematicamente, se expressar matematicamente com o braille. Isso não foi feito.”.

“Nessa reunião, foi sugerido à Mara que fizesse outro curso, mas ela não aceitou. Bem, a motivação dela, a explicação dela foi por gostar muito de matemática, então nesse sentido a gente até entende, muito embora parecesse que não era bem essa a motivação real. Pois se ela fosse para outro curso teria que começar do zero, e na Matemática, faltavam apenas algumas disciplinas. Mas você sabe, faltavam ‘aquelas’ disciplinas, as mais pesadas, e não é só pela deficiência dela, todo mundo, todo mundo demora mais, tem mais dificuldade nessa etapa do curso. Então o argumento dela era ‘não, mas aqui só falta isso para eu terminar’ ou seja, não era o amor pela Matemática. Pode até ser isso, mas talvez, se ela fosse para outra área, teria mais chances de uma colocação profissional inclusive.”.

“Sim, eu estava nessa reunião, participei dessa discussão. É que foi perguntado assim para ela: por que você (eu não me lembro exatamente qual foi a pergunta) quer fazer Matemática? E penso que ela não soube explicar muito bem esse porquê, qual a razão de querer fazer Matemática ou Licenciatura em Matemática. Por que queria especificamente Matemática? E nós entendemos que Mara não tinha uma razão justificável para valer esse esforço todo que foi feito, criar essa estrutura apenas para dar aulas para ela, então foi por isso que foi mencionado, sugerido, melhor dizendo, à ela fazer Pedagogia, pois ela dizia que gostaria de ensinar crianças, e nesse caso, o melhor seria fazer Pedagogia. E qual seria o problema de se mudar para a área de Educação? Na Pedagogia, onde você vai ver uma matemática mais elementar? Mara não soube explicar porque tinha que ser Matemática.”.

“Bom, talvez ela tenha se sentido desafiada, mas não, não era isso, nós da Faculdade de Matemática não estávamos querendo evitar complicações, só queríamos o melhor para ela. Naturalmente sabíamos que dependendo da disciplina não teríamos ideia de como um aluno com deficiência visual estudaria. Cálculo 3, onde é preciso analisar superfícies, superfície cruzando com outra e gerando uma curva, como Mara iria enxergar, não ia dar, não é mesmo? Sabíamos das dificuldades. Então, por isso nós questionamos se não seria melhor ela fazer Pedagogia, porque então ela iria para a área da Educação, onde há mais essa parte didática e a matemática é mais elementar. Seria mais simples. Mas Mara insistiu que queria terminar o curso de Matemática. Dessa reunião participaram um psicólogo, o então diretor da Faculdade de Matemática, os professores que já haviam dado aula para ela, se não me engano estava também um representante do Centro, e estavam todos assim, com medo da situação, ninguém sabia o que fazer.”.

As opiniões sobre o assunto são sempre bastante divergentes. Uma mesma pessoa às vezes tinha posições contrárias sobre um mesmo tema que eu propunha conversar, isso talvez mostre que há realmente muitos lados a serem considerados, e também, a complexidade da situação. Como já disse e repito, não seria correto fazer qualquer julgamento de ações das pessoas envolvidas. É sempre bom lembrar que todos estavam tendo uma primeira experiência desse tipo em suas vidas, suas carreiras, e isso demandou muitas discussões, muita reflexão sobre a própria prática, o que por si só já foi um ganho, acredito. É como disse um colega de Mara “Já tentaram trocá-la de curso, mas esta é uma questão onde os professores têm os seus motivos, mas a Mara também tem os dela para querer continuar no curso de Matemática. Não é possível julgar ninguém.”.

Essa relação, Mara com a Universidade, teve momentos de muita tensão, o que talvez seja natural, pois o novo causa muitas inquietações “Ela causou tantos problemas na coordenação, falando mal dos professores pela Universidade, porque eu penso que hoje, as organizações estudantis estão a fim de criar burburinho, na maioria das vezes não conferem a veracidade das coisas. Estávamos nesse processo de discussão, sobre a Mara, antes de nos sentarmos para conversar. Então, depois que tivemos a primeira reunião, onde foi proposta a mudança de curso como sendo uma das possibilidades apenas para ela pensar, ocorreu o seguinte episódio: acho que a Mara se deixou levar pela emoção, eu não sei se ela pediu, mas houve um dia em que Mara foi à reunião do Conselho Universitário, sem estar na pauta, sem avisar, por intermédio do então representante discente no Conselho, que a levou até lá, e no meio da reunião pediu licença para chamar uma aluna que queria falar, e chamou a Mara. Ela começou a falar coisas muito fortes, muito graves; que ninguém estava pensando nela, que as

peessoas só queriam prejudicá-la, que estava vencendo o prazo dela para se formar, que ela seria jubilada, que ninguém estava preocupado com isso, que ela iria perder tudo o que havia estudado. Falou barbaridades. O representante da Faculdade de Matemática me disse que ficou extremamente constrangido, que pediu a voz ao presidente do Conselho, e falou que não, que aquilo ali não deveria estar acontecendo, porque o caso de Mara estava sendo estudado, que a coordenação estava sim preocupada com ela, tanto que já estavam fazendo reuniões, já haviam levado isso ao reitor para ver o que poderia ser feito por ela, enfim. Muitas coisas foram faladas naquela reunião pela Mara, o representante da Faculdade de Matemática no Conselho me disse ter se sentido naquele dia a pior das pessoas, como ser humano mesmo, nem como profissional.”.

Outro professor também comentou o episódio “Houve um momento de tremenda injustiça com o então diretor da Faculdade de Matemática, com tudo o que se vinha fazendo pela Mara. Ela foi a uma reunião do Conselho Universitário e pediu a palavra, com o intermédio do representante discente no Conselho, e disse que não tinha uma atenção especial em face da sua deficiência. Isso foi uma tremenda injustiça, e em razão disso a Faculdade de Matemática se posicionou da seguinte forma ‘nós vamos fazer de tudo para que essa aluna se forme, nós vamos dar todas as condições de que ela necessitar’.”. Outra professora confirma essa colocação “A Mara foi a uma reunião do Conselho Universitário, junto com os alunos do mesmo, e fez uma denúncia de que estava sendo, se sentindo excluída, mal atendida, o que para mim não era verdade, mas pensei bastante sobre o que ela falou.”.

## 9

A Educação Matemática Inclusiva foi um destino bastante natural para mim, visto meu histórico, meu envolvimento com práticas nessa direção. Eu já vinha me preparando para este trabalho desde 2005, mesmo sem saber. Trabalhei com alunos com deficiência mental, física, visual e auditiva. Logo de início conheci ótimas pessoas, pesquisadoras em Educação Especial. E especificamente na Educação Matemática Inclusiva, Lulu Healy e Solange Fernandes foram muito importantes neste trabalho, seja em conversas informais ou lendo suas produções, que me ajudaram a conhecer a evolução dentro dessa tendência da Educação Matemática, o que tem sido feito, além de outros trabalhos que pude ter acesso. Além, claro, do trabalho iniciado e já defendido sob orientação da pesquisadora Miriam Godoy Penteado, que marcou sua entrada nessa corrente de pesquisa, que foi a dissertação da Simone Lírio, defendida em 2006 neste mesmo programa de pós-graduação, que discute sobre as possibilidades e limitações que o uso do computador pode trazer ao ensino da matemática para deficientes visuais, especificamente na geometria. Para tanto, ela utilizou o desenhador vox, parte integrante do sistema DOSVOX, sistema computacional criado na UFRJ, de distribuição gratuita, utilizado para tornar possível o acesso de pessoas com deficiência visual a computadores, utilizando o processo de entrada de dados pelo teclado, e um *feedback* auditivo. Assim, as estudantes cegas que participaram da pesquisa, conseguiram, através deste software, construir diversas figuras geométricas através de coordenadas cartesianas. Deste modo, a autora acredita que tal recurso seria uma poderosa ferramenta que contribuiria com a melhoria do ensino de conceitos geométricos a deficientes visuais.

A produção em Educação Matemática Inclusiva pelo mundo ainda é modesta, e foi uma dificuldade encontrar pesquisadores que se dedicam a essa linha de pesquisa. Trago, em seguida, pequenas sinopses de alguns trabalhos que encontrei, para ilustrar minhas busca. Fernandes & Healy (2007) discutem em seu texto sobre a contínua busca de significado para os termos integração e inclusão, e mostra como o número de estudantes com necessidades educacionais especiais vem crescendo na escola regular no Brasil, indagando sobre a qualidade da proposta educativa para tal, e não mais sobre a quantidade. As autoras concluem em suas reflexões, que o termo utilizado não é importante, e que um não exclui o outro, e propõem outro que seria, segundo elas, mais adequado, qual seja: *inclusão integradora*. Ainda em seu artigo, há uma proposta de discutir atividades, que envolvem os conceitos geométricos

de perímetro e área de figuras planas, realizadas por quatro portadores de cegueira congênita matriculados em classes inclusivas de uma Escola Estadual de São Paulo.

Conheci a dissertação de Mariella Tanti, de Malta, onde ela apresenta um estudo de caso sobre sua abordagem ao ensinar matemática a um aluno cego maltês. Tanti (2007) apresenta o contexto educacional de Malta no qual estava inserida, uma escola de ensino fundamental vinculada a uma igreja, onde ela trabalhava há 5 anos no momento da produção de seus dados, em 2006. A educação em Malta é obrigatória para crianças de 5 a 16 anos, informação esta que Mariella faz questão de ressaltar em vários momentos. O Estado tem seis escolas especiais, para onde vão os alunos cujas necessidades são, segundo Tanti (2007), mais severas. E estas escolas oferecem um ensino que a autora afirma ser de qualidade. E ainda, o *National Minimum Curriculum* (NMC) garante em Malta acesso a ensino de qualidade a todos os que queiram independente de raça, deficiência ou qualquer outra diferença (TANTI, 2007). Mariella, para realizar seu trabalho, gravou e observou as aulas que ela mesma ministrava para a turma onde o aluno participante da pesquisa se encontrava, e também o entrevistou. Sua análise foi no sentido de perceber como ocorreu sua própria prática. Ela diz ter se concentrado na fala para melhorar suas aulas, tentando sempre ser o mais clara possível, e sempre repetia conceitos que ela considerava conceitos chave. A autora também apresentou diversos materiais adaptados que utilizou durante as aulas ministradas.

No artigo de Melinda Browne, ela fala sobre dois estudos de caso explorados por ela, onde foram observados dois alunos, nos Estados Unidos, candidatos a receber uma instrução curricular especificamente criada para eles, inclusive na matemática, e este é um dos principais pontos observados pela pesquisadora. Contextualizando, trata-se de uma política estadunidense, o IDEA (The Individual with Disabilities Act, 1975), o qual exige que estudantes com alguma deficiência, diagnosticada por uma equipe multidisciplinar formada por pais, funcionários da escola, e professores do sistema regular e do sistema especial de ensino, estudem em escolas públicas, e o processo termina quando, em consenso entre todas as partes, cria-se um plano individual de ensino para o aluno, chamado de Individual Educational Plan (IEP). Este plano descreve os serviços que o aluno receberá na escola, e ainda projeta resultados, metas a serem alcançadas com estes atendimentos.

Rodrigues (2008), em sua Dissertação de Mestrado, faz uma pesquisa de caráter etnográfico buscando observar, descrever e analisar como professores de uma escola inclusiva lidam com os alunos, na disciplina de Matemática, com o intuito de efetivar o processo de inclusão. Foram observados quatro professores em tal escola, que atendia a 1308 alunos na modalidade supletivo, sendo três dos professores de matemática e um de pedagogia. De

acordo com o pesquisador, o processo de inclusão, pela perspectiva da etnomatemática, está ligado a uma postura ética e a um ambiente propício a tal, onde as diferenças são valorizadas. Constatou também, que não há uma “fórmula” definitiva para a inclusão, e sim uma passagem de um processo de integração para a inclusão, e que existem práticas exclusivas mesmo em um ambiente com proposta inclusiva.

Outro trabalho de cunho etnográfico é o de Calore (2007), que intenta detectar uma cultura específica inerente ao grupo pesquisado (IRCT (Instituto Riopretense dos Cegos Trabalhadores) e Escola Estadual Cardeal Leme) de acordo com conceitos de cultura e pressupostos da Etnomatemática. A intenção da autora é a justaposição entre estas duas realidades, um instituto especializado e uma escola regular – entende-se por escola regular neste texto, aquelas que recebem alunos normais e/ou com qualquer tipo de diferença – evidenciando as diferenças entre ambas.

Uma questão importante abordada por Vieira & Silva (2007) é o despreparo da maioria dos professores em lidar com situações que requerem habilidades específicas de comunicação do conteúdo, como a presença de um aluno cego em uma classe regular. Os autores colocam que em grande parte dos casos, os professores deixam de lado o conteúdo que não conseguiram mostrar ao aluno, deixando assim uma enorme lacuna na formação deste, e colocam que é indispensável uma postura crítica e reflexões constantes sobre a própria prática por parte dos docentes, a fim de buscar sanar tal problema que é de todos os envolvidos com a escola, não somente do professor.

Pelos textos que tive acesso, me pareceu grande e legítima a preocupação dos pesquisadores principalmente com o ensino de geometria para alunos com deficiência visual. Vianna *et al* (2007) transcorrem sobre o ensino de simetria para deficientes visuais, visto que um dos grandes atrativos neste conteúdo é a estética, visto ser possível construir inúmeras figuras a partir de outras mais simples, além de observar belas representações simétricas na natureza e em obras de arte. Mas como compartilhar tais ideias com estes alunos? Esta é uma das questões abordadas no artigo destes autores.

Souza (2007) discorre sobre a utilização do soroban (instrumento antigo utilizado para realizar cálculos, também conhecido como de ábaco) nas séries iniciais, não só por deficientes visuais, antes por todos os alunos. Isso contribuiu muito, segundo o autor, para incrementar o cálculo mental naqueles, além de mostrar, inclusive ao próprio aluno com deficiência visual, as potencialidades deste quando diante de situações adequadas de aprendizado.

Já em Rio Claro, pude fazer parte da fundação, acho que posso dizer isso, em 2008, do grupo Épura, que naquela época ainda encontrava-se sem nome, cujo mote é a Educação

Matemática Inclusiva, liderado pela pesquisadora Miriam Godoy Penteado. Uma educação de qualidade e para todos. Para todos que queiram. Independente da cor da pele, da orientação sexual, de deficiências ou qualquer outra diferença. Este é um dos temas que o grupo vem discutindo. Tentamos buscar em cada indivíduo suas potencialidades, e nelas investir, ao invés de analisar e apontar pontos fracos, como por exemplo, pessoas cegas, que, é claro, não podem ter acesso a uma enorme quantidade de informações visuais, entretanto, têm possibilidades importantes em seus outros sentidos, também potentes interpretadores de informações para a construção dos saberes do indivíduo. No entanto, não temos o pensamento ingênuo de que todos são iguais e podem aprender as mesmas coisas. Viver a diferença sem parametrizações poderia ser um caminho.

**10**

A princípio, minha chegada à Universidade com a câmera de vídeo e a proposta de fazer este trabalho causou certo desconforto. Alguns não quiseram participar, e outros foram resistentes, mas aceitaram colaborar, e a estes sou muito grato. Com certeza, episódios como alguns relatados anteriormente são pivôs desse tipo de preocupação. Perguntei a um professor qual o porquê deste, digamos, receio, e isso foi o que eu ouvi “Ficam com medo de dar entrevista porque não querem falar a verdade, com medo de serem incompreendidos. Têm medo de que saiam por aí dizendo que os professores são ruins, que o trabalho não foi feito adequadamente. Mas nós sempre trabalhamos, fizemos tudo que nossa formação permitia, demos nosso máximo. E aprendemos muito, muito mesmo nesse trajeto.”.

Já outro professor foi incisivo, quando indagado sobre tais impasses entre Mara e a Universidade “Não, eu sou muito reservado na parte, digamos, de detalhar o contra, a parte negativa, não quero entrar nesse mérito, principalmente porque eu quero o melhor para a Mara, como professor dela que fui, sinceramente quero vê-la vencer, então eu não vou entrar na parte política, talvez algum outro professor possa entrar com mais detalhes na parte negativa, mas eu prefiro ficar com meu relato mais na parte positiva.”.

Em seguida, esse mesmo professor traz o seguinte depoimento, com o intuito de esclarecer alguns pontos relativos ao relacionamento entre Mara e a Universidade “Pelo fato dela não ter nascido cega, ter se tornado depois, e bem depois, ela carrega certa revolta, o que é natural, é difícil. Se tentamos nos colocar no lugar dela, fica difícil. Imagine, você enxerga e, de repente, deixa de enxergar. Quer dizer, um mundo totalmente ruim perto do que você já tinha. Para quem já nasce cego é mais tranquilo eu imagino, porque nunca viu, não sabe como é, então não há o sentimento de perda. Agora a Mara sente essa perda, e é muito forte. Ela enxergava e depois não enxergou mais, então ela tem esse sentimento de perda e junto com isso a revolta, e junto com a revolta ela acaba falando coisas que não são legais. Eu já escutei várias vezes críticas infundadas sobre professores da parte dela.”.

“Um fato interessante que fiquei sabendo, é que ali na Faculdade de Letras, tem uma aluna deficiente visual, a Isabelle. Essa moça foi aluna de uma colega minha, que é professora na Faculdade de Letras. Certa vez a Isabelle falou para essa professora que não achava justo a Mara ter um professor particular enquanto ela tinha que fazer aula junto com os outros. Detalhe; ela, como nasceu cega, tem certas habilidades que Mara ainda não tem, como a

escrita em braille. Ela tem muita habilidade, ela tem fluência em ler braille, ela é bastante independente. Além do mais ela está em um curso de ciências humanas, Letras, então, ela se sai em pé de igualdade com qualquer outro aluno, não há limitações para ela. Mas, ela comentou com essa minha colega, “poxa, Mara tem deficiência visual, eu tenho deficiência visual, só que a Mara tem professor particular e eu não, isso é justo professora?”, a professora então respondeu que em um certo sentido não.”.

“Então esse tipo de tratamento que Mara teve às vezes, e ela mesma critica isso, é ruim, isso é ruim, eu já escutei isso dela, já falei que isso não está certo, mas compreendo a revolta, afinal de contas, ela perdeu algo e isso causa revolta, e acaba falando às vezes, sem pensar. Mas eu gostaria de deixar registrado isso, a Faculdade de Matemática, embora alguns colegas sejam contra esse tratamento, explicitamente contra esse tratamento especial para a Mara, a Faculdade de Matemática não a deixou ao “Deus dará”, não a abandonou não, conforme alguns podem dizer. Eu gostaria de deixar claro, sou testemunha – fui professor da Mara em duas disciplinas, uma antes e uma depois desse novo sistema de aulas individuais, ou seja, fui professor dela tanto na classe regular quanto individualmente – de que, dizer que a Faculdade de Matemática não fez nada é uma injustiça, isso eu gostaria de deixar bem registrado.”.

Ainda concernente à complicada relação entre Mara e a Universidade, a Professora Rosana, uma das coordenadoras do Centro, diz “É porque já se criou uma imagem estereotipada dela ‘Ah, a Mara, que desânimo que me dá essa menina’, eu acho que isso também é parte do processo, e não podemos ficar desanimados, porque se coloque no lugar dela, não é fácil, não mesmo.”. A Professora Rosana continua, mas agora sobre outro aspecto; ela faz uma reflexão sobre essa tentativa de se colocar no lugar do outro, tentar entender a dificuldade do outro “Eu estive em Belo Horizonte recentemente, e no aeroporto fui comprar uma lembrancinha para uma amiga, então a atendente me disse ‘ah, hoje estamos finalizando uma preparação aqui no aeroporto para termos práticas mais inclusivas’, em seguida falei ‘então por isso que hoje de manhã havia uma apresentação daquele grupo de balé famoso em cadeiras de roda aqui?’, eles estavam se apresentando, e os passageiros ali no aeroporto batiam palmas, e foi aquele alvoroço. Então ela falou para mim ‘eu fiquei uma hora cega, fiquei uma hora com venda nos olhos e vivenciei o que é ser cego’, então eu disse ‘não, você vivenciou o que é ficar uma hora sem enxergar, porque você sabia que daqui uma hora você iria tirar a venda e voltaria a enxergar, você teve outra experiência, ajuda a gente a se colocar um pouco no lugar do outro, mas, o fato de você colocar uma venda nos olhos e achar que a experiência de ser cego é isso, não é verdade, é muito mais do que isso’.”.

Então muitas vezes a gente acha que é isso; colocar uma venda nos olhos e já perceber como é a cegueira em todas as suas dimensões. Só que não se tem a experiência de ser cego, quem é cego consegue ver coisas assim, que a gente não consegue, porque o tato dele é mais utilizado, por isso acaba ficando mais sensível, a capacidade de percepção fica mais aguçada. Com a audição também isso ocorre, não é o ouvido que melhora, é que com o uso, a pessoa passa a ter mais sensibilidade com os outros sentidos. É incrível, as pessoas cegas de nascença conseguem saber se um móvel que está em sua frente é baixo, é alto, é grande, é pequeno, apenas pela corrente de ar, agora a gente que é vidente não sente corrente de ar dessa forma, porque isso não nos traz informações importantes, mas para a pessoa cega sim. Agora, a Mara não tem essas habilidades muito desenvolvidas ainda, ela ficou cega há poucos anos, ela não sabe bem ainda o braille para a matemática, por exemplo, que é muito difícil. Como ela não era cega, ela ainda está em processo de adaptação.”.

Ainda essa mesma professora falou sobre o ensino de matemática para pessoas cegas, especificamente sobre a situação de Mara ao sair da Universidade, formada “Mas ela vai ser licenciada, e qual o conhecimento que o licenciado precisa aprender? Qual é o conteúdo destinado ao licenciado? Eu não acredito que dentre os conteúdos de matemática que são destinados e que são ensinados na Licenciatura em Matemática, haja algum que seja impossível de ensinar à Mara ou a qualquer pessoa cega. Eu não sou da área, é complicado eu falar isso porque eu não sou da área, mas eu não consigo vislumbrar isso.”.

“Eu acho que sim, a gente não sabe é o como ensinar, precisaria conhecer melhor a Mara, conhecer melhor como lidar com uma pessoa cega, tentar entender como transpor esse conteúdo, porque uma adaptação é necessária, entretanto, é preciso ter pré-disposição para isso, e não pensar que por ser apenas um aluno eu não vou me envolver, eu não vou buscar. Agora, é diferente dizer que com as ferramentas que a gente tem não é possível ensinar um aluno cego os conteúdos da Licenciatura em Matemática, pois estas são “mais ou menos” adaptadas para os alunos videntes, com todos os problemas que a gente tem nas áreas de exatas. Refiro-me ao ensino na área de exatas. Agora falar que não é possível ensinar? Eu acho que não se trata de ser a favor ou contra. Eu não sou contra os professores da Matemática, o que eu acho é que se perdeu uma oportunidade enquanto Universidade, uma oportunidade de avanço nas pesquisas sobre o ensino de matemática para pessoas cegas, isso eu acho.”.

Nessa linha de pensamento, o Professor Adailton diz também “A minha pergunta é a seguinte ‘Quando a Mara for embora da Faculdade de Matemática, a discussão vai acabar?’, esse é o grande problema para mim. E quando entrar outro aluno cego, ou outros? O problema

é muito grande nessa Universidade, quanto à formação de profissionais. Da educação básica conseguir trazer esse aluno cego para a Universidade, é uma questão que precisa ser discutida durante a formação do professor, isso é imprescindível. Outro tipo de problema é o vestibular, ele é igual tanto para o aluno cego quanto para os outros hoje? Há todas essas questões que a Universidade não está preparada, e não é a Universidade apenas, somos todos nós produzindo conhecimento, toda a rede, mas eu acho que falta uma política para a implementação disso. A pesquisa é um caminho, o caminho que você está fazendo é esse, e eu sou mais sabido – eu queria terminar assim – sou mais sabido nisso hoje, melhor dizendo, o pouco que eu sei é porque tive Mara como aluna.”.

A Professora Jéssica disse que fazia já um tempo que o caso de Mara havia sossegado, pois o que foi conseguido? Segundo ela, coisas inéditas dentro da Universidade. Primeiro essa possibilidade dela se transferir para outro curso sem vestibular “A então Diretora de Ensino abriu essa possibilidade, tranquilamente” diz Jéssica “Mas Mara não quis”. Então o que foi sugerido após essa negativa por parte de Mara? O que foi negociado com a Matemática? A possibilidade de Mara fazer duas disciplinas por ano, uma de cada vez, em regime semestral, e teria, portanto, mais cinco anos para concluir o curso, já que faltavam ainda dez disciplinas para completar os créditos necessários. Isso foi proposto, pois todos os prazos de dilação e prorrogação estavam estourados, ela não funcionava mais com isso “Se não me engano, esse acordo foi feito em 2006, quando o prazo de dilação dela estouraria dentro de seis meses, ou um ano, algo assim. E, além disso, ficou acordado que Mara teria aulas individualmente, na sala do professor. Seria criada uma turma especificamente para ela, onde apenas ela poderia se matricular. Tudo isso implicou para o sistema educacional público da Universidade uma reorganização importante. Porque se há um aluno, se um aluno vai fazer uma disciplina nesse formato, eu tenho que deixar um professor por conta dele. É um professor para um aluno. O professor, na carga horária dele, tanto faz dar aula para um ou para vinte. É a mesma carga horária que ele está ocupando. Em contrapartida, você tira esse professor de outras atividades do curso. Hoje a regra da Universidade é que você precisa de, no mínimo, sete alunos para oferecer uma disciplina. Então foi uma enorme exceção. Nós conseguimos esse professor para Mara, a Faculdade de Matemática abriu essa possibilidade, colocamos o Centro à disposição, e a Laís foi em busca de material adaptado, e ajudou no que pôde.”.

Uma das professoras responsáveis pelo Centro, que não é da Faculdade de Matemática, fez o seguinte comentário sobre a discussão que estou trazendo no momento, referente ao novo formato de curso oferecido à Mara, com aulas individuais “Não se trata de um lugar isolado. Ainda mais para a Universidade, pois temos a obrigação de produzir

conhecimento na área, então, isso é uma coisa que me preocupa muito, porque se a gente começasse a pensar em como ensinar matemática para as pessoas cegas, discutir melhor isso, levar isso para a Licenciatura, seria muito rico. Porque os alunos cegos estão na rede pública de ensino, então isso é uma discussão interessante, inclusive para formar o professor, Licenciado em Matemática, que vai dar aulas na escola pública, e essa oportunidade foi perdida, pois os outros alunos do curso de Matemática não conviveram com a Mara em sala de aula, até mesmo para ficarem mais sensíveis com a questão. Mara foi retirada da convivência, ela é uma aluna separada. Isso é exclusão? Não sei, mas é muito sério.”.

**11**

Ocorreram também muitas ações didáticas neste ínterim, e penso ser importante registrá-las, analisando-as no momento oportuno, se não por mim, outros pesquisadores futuramente poderão fazê-lo. Essa narrativa é composta por muitas perspectivas, opostas em alguns casos, então, contradições no texto são previstas, e ricas, pois podem contribuir com a reflexão sobre a dificuldade de se trabalhar com o novo. Trago agora algumas versões do mesmo ponto da história, ações e tensões dentro do campo pedagógico. Um antigo colega de Faculdade de Mara, Artur, disse não se lembrar de muitas coisas sobre ela, pois havia perdido o contato já há algum tempo. Mas lembrou-se de algumas coisas que passou com ela na Faculdade de Matemática, como algumas aulas que assistiu, de alguns professores “Eu via que ela tinha bastante dificuldade no acompanhamento da aula, pois o professor não dava tanta atenção, ele dava sua aula no quadro e lia o que ali estava, explicava, mas nunca dava atenção à Mara, pois a turma era muito grande às vezes, e o professor nem tinha tempo de dar a atenção devida a ela.”.

O mesmo ex-aluno e antigo colega de Mara continua falando sobre as aulas regulares, onde conta que Mara ficava na maior parte do tempo quieta, calada, pois poucos professores lhe davam liberdade para perguntar “Às vezes a Mara nem sabia o que estava ocorrendo na aula. O professor ministrando sua aula, e ela simplesmente não conseguia acompanhar, pois seu ritmo não era o mesmo, e também pelo fato do professor utilizar bastante a parte visual, o quadro negro. Às vezes o professor apontava o quadro e dizia algo do tipo ‘isso aqui que vocês estão vendo...’. Não havia como a Mara acompanhar as aulas desse modo, o professor teria que falar mais claramente, explicar como estava sendo feito. Às vezes tinha um gráfico, e isso não teria como ela ver, o que complicava sua situação, e por isso, na maioria das aulas Mara não falava nada.”.

Ele afirma ainda que não se lembra de ter assistido nenhuma aula onde houvesse ocorrido alguma tentativa por parte de algum professor com o intuito de adaptar tais aulas para Mara, mas que ouviu dizer, por parte de colegas e da própria Mara, que o professor de estágio foi um dos que tentaram de alguma forma mudar isso “mas este professor não usava muito o quadro negro, pois ele era o professor de prática de ensino e de estágio, mas parece que nas disciplinas ele tentou incluir melhor Mara nas aulas”. Entretanto, continua Artur, “os professores de matemática mesmo, não tinham essa sensibilidade ao lidar com a Mara.”.

“O que eu nunca pensei sobre” termina Artur, “foi com relação à minha futura prática docente, o que eu faria se um dia eu tivesse um aluno com alguma necessidade educacional especial, muito diferente do que eu estou habituado. Mas o que eu acho que faria, ou tentaria fazer, seria procurar experiências que deram certo e que não deram certo também, em dissertações, teses, materiais como livros, ou algo do tipo, e ler a respeito, para procurar saber como essas pessoas lidaram com tal situação, como enfrentaram tais problemas, tentando assim melhorar a minha prática, de modo a atingir esse aluno também, conseguindo assim suprir as necessidades dele. Eu não posso dizer que conseguiria necessariamente fazer tudo isso, pois é muito relativo, e é só na prática que sabemos se funciona ou não, pois cada caso é muito particular, não teria como eu dizer se eu conseguiria ou não apenas por suposições.”.

Conversei ainda com outro ex-aluno, uma antiga colega de Mara, a Sônia, sobre suas lembranças de sala de aula. Sônia me disse acreditar que é possível sim criar um ambiente onde um aluno cego possa acompanhar de forma satisfatória aulas de matemática, mas afirma que os professores que ela viu não queriam fazer isso, não queriam ter mais trabalho preparando essas aulas e esses ambientes inclusivos “O fato de ter sido apenas um aluno cego em toda a história da Faculdade de Matemática, dificulta em relação à mudança nas práticas docentes, pois os professores certamente imaginavam que quando Mara saísse do curso, se formasse, eles estariam livres de problemas do tipo, não teriam mais que lidar com essa situação, pois eu acho que eles a viam como um problema a ser resolvido.”.

E de fato, para os professores isso era um grande desafio – mas um problema eu não posso afirmar – pois precisavam dar aulas para uma aluna cega, e nunca haviam feito isso ou sequer pensado sobre em suas carreiras. “Ou seja, como há o sentimento de que Mara foi a primeira, e será a única e última aluna cega do curso, eles a deixavam passar pelo curso de qualquer jeito, sem dar a devida atenção, em alguns casos se omitindo até, aprovando-a sem que ela tivesse condições, esperando ela se formar para acabar com o problema, esperando que o tempo resolvesse o problema por eles. Acho que se fosse no curso de Pedagogia, ou algum outro curso de humanas onde vemos mais alunos com deficiência, imagino que eles teriam alguma prática que previsse esse tipo de dificuldade e tentariam adaptar o ambiente, pois vemos lá muito mais alunos com deficiência do que na Matemática. Acho que lá, eles fazem para um aluno pensando em abranger todos, já na Matemática, trabalha-se para resolver o problema especificamente para Mara, então acho que seria este o maior erro.”.

Sônia pensa também que Mara perdeu muito não participando das aulas regulares, pois muitas questões discutidas em sala ficam somente na sala, e ela passou a perder essa parte da interação social entre os professores e os outros alunos em sala quando começou a ter aulas

individualmente “Acho que isso fará muita falta para a formação dela, pois só um aluno, estudar sozinho em uma sala com um professor, traz muitas dificuldades, pois dúvidas podem passar despercebidas por ambos, o que talvez não ocorresse em uma sala regular, visto que a pergunta de um aluno, respondida pelo professor, normalmente ajuda a todos na classe.”. Entretanto Sônia lembra que na classe, quando Mara a frequentava, o que ela via era Mara sempre calada, e o professor dando aula para o restante da turma, deixando-a excluída, e ela quase sempre não conseguindo acompanhar as aulas “já perguntei isso a ela em alguns momentos, logo após as aulas, e ela quase sempre dizia que não havia aproveitado nada. E os professores em geral, não se moviam, não alteravam sua prática, tampouco discutiam com a Mara meios alternativos de aula e avaliação, então eu não via nenhum movimento nesse sentido por parte dos professores.”.

Finalizando sua fala, Sônia diz acreditar que o mais adequado para a Mara seria acompanhar em classe regular as aulas, com adaptações por parte do professor, e depois ter algum tipo de atendimento especial e individual, e não ser atendida exclusivamente de forma individual na sala do professor. Ou ainda, estudar com os colegas, e procurar o professor apenas para sanar dúvidas que surgissem em seus estudos, como ocorre com qualquer estudante “E acho que ela deveria sim assistir às aulas regulares, mesmo sem qualquer adaptação, pois ali ela teria a oportunidade de interagir com a sala, ainda que não em iguais condições devido à sua restrição visual.”. O que seria difícil, completa Sônia, seria o fator tempo, pois a Mara levaria muito mais tempo para estudar o mesmo conteúdo, pois precisaria assistir praticamente a mesma aula duas vezes, uma na classe, e outra na sala do professor. E o fato de Mara ter que cursar poucas disciplinas por semestre dificultava sua interação social, pois ela não tinha uma turma, e essa limitação veio por parte da Faculdade mesmo, pelo que relata Sônia, “ela não podia se matricular no mesmo número de disciplinas que os outros alunos, que não tinham nenhuma deficiência sensorial.”.

Trago, em seguida, falas de pessoas da Universidade, que não foram professores ou colegas de Mara, conhecendo a história por outro viés, falando sobre o que sabiam, concernente a práticas pedagógicas, a didáticas, a ligação do Centro à Faculdade de Matemática, enfim, ações relativas ao ensino e à aprendizagem da matemática pela Mara.

“Ela fazia três ou quatro disciplinas, não tenho certeza. Ela ia para a sala de aula, chegava junto com os outros alunos, reclamava que os colegas não lhe davam atenção, que ninguém compreendia, que o professor muitas vezes enquanto explicava esquecia que ela estava ali, então ficava falando ‘olha no quadro, veja isso aqui’. Então o professor, os professores, eles não estão preparados muitas vezes para atender um aluno com essa

necessidade especial, ele fica preocupado com a sua maioria, e quando se dá conta, ele já fez. E a Mara também por sua vez, sempre foi teimosa, sempre falavam com ela assim ‘Mara, você tem sempre que lembrar as pessoas que você está ali, pedir ao professor que, por favor, leia para você, porque você não enxerga’. Só que ela sempre achou que a obrigação era do outro, nunca dela, a ação tem sempre que partir do outro, nunca dela, é uma questão complicada, e a gente sabe que a inclusão não acontece desse jeito, são dois lados.”.

“Ela passou por muitas dificuldades, e muitos professores passaram por dificuldades também, por não saberem lidar mesmo. Algumas disciplinas, alguns conteúdos, são mais complicados que outros, como a matéria que o Professor Sérgio ministrou, que era GNE, Geometria não Euclidiana. Foi muita dificuldade, tivemos que criar materiais específicos. O Professor Sérgio veio aqui antes do início do semestre para conversar com a gente, discutir sobre o que poderia ser feito, e conseguimos o material através da marcenaria, um geoplano hiperbólico construído por ele. Foi tudo muito, como se diz, caseiro o que nós fizemos. O Professor Sérgio tem esses materiais ainda, o geoplano que ele construiu é uma tábua redonda, onde ele foi colocando pregos para que Mara tivesse uma noção do que são retas hiperbólicas, e outros conteúdos da disciplina, então o professor traçava tudo com linhas, com um cordão ou um arame por exemplo.”.

“Olha, foi oferecido o curso de braille aqui na Universidade, mas ninguém fez, ninguém chegou a fazer. Até porque a própria Mara não sabia bem o braille, mas exigia que os professores aprendessem, que dessem as coisas para ela em braille. Complicado, era tudo questão de implicância eu acho, pois ela dizia não gostar de ler em braille, e que se pudesse pagaria alguém para ser seu leitor sempre que precisasse. Então eu pensei: se ela não gosta de utilizar o braille como poderia cobrar que as pessoas lhe fornecessem o material em braille? Ela exigia, mas não queria estar dentro daquele processo. Era complicado. Ela exige do outro sendo que não quer dar em troca, não quer utilizar aquilo. Então ela não gosta, não lê em braille, não gosta, ela não faz uso, então, a partir de tudo isso, a Coordenação do curso de Matemática disse que não iria se sacrificar, obrigar o professor a aprender, se a aluna interessada não fosse utilizar. Ela não sabe bem o braille, não gosta de fazer uso, então fica sem importância. A inclusão é complicada, ela tem dois lados, que se não andarem juntos, não funciona.”.

“O Professor Pedro entrou em contato com outra Universidade na época, onde ele disse ter um amigo, também professor daquela Faculdade de Matemática, que havia tido um aluno cego também, e que eles haviam formado esse aluno em Matemática. O Professor Pedro ainda quis trazê-lo aqui, para poder conversar sobre como ele havia, como eles haviam

trabalhado com esse aluno. Mas no final, por falta de recursos na época, não, primeiramente o professor não teve tempo de vir, nem o ex-aluno que havia se formado lá, cego, e depois, em uma segunda oportunidade não havia recurso para trazê-los. Parece que o currículo dos dois cursos de Matemática eram muito diferentes também, então foi uma série de coisas que impediram que isso acontecesse. Mas o Professor Pedro esteve sempre em contato com este amigo da outra Universidade, sempre trocando ideias, informações.”.

“Alguns professores inicialmente vêm conhecer como é trabalhar com a Mara, e depois se empolgam, fazem adaptação de um material, como o Professor Sérgio. Ele estava com muito medo no começo, como iria trabalhar com a Mara? Ele chegou aqui no semestre, antes de iniciar o semestre, nas férias, veio aqui me procurar ‘como é que eu vou fazer?’, ele dizia, ‘Não sei como eu vou fazer.’. Então eu mostrei para ele o geoplano quadrado, e ele foi tendo ideias. Disse-me quanto precisava de material, pedi para cortar na marcenaria aqui na Universidade mesmo, ele veio e pegou comigo. Ele fez o material, e guardou. Eu tinha até falado com ele que eu queria esse material aqui, só que parece que todo material feito para as aulas na Matemática ficam no Laboratório de Ensino, eu deduzo que tenha ficado lá também. Ele fez outros materiais ainda, com formas, e pediu para eu escrever frases, os nomes em braille, para ele pregar, tudo isso ele fez. Agora, se está com ele eu não sei, você pode tentar procurar.”.

“Ele entrou muito empolgado para dar aulas para a Mara. Mas eu estou falando por ele, eu não tenho certeza. No entanto, parecia que ele estava muito empolgado, mas, ele saiu muito decepcionado, muito frustrado, eu fiquei até com pena dele, quando ele chegou aqui, no final da disciplina, e me disse que não havia conseguido ensinar a Mara, apesar de todos os seus esforços. É complicado, pois a Mara não expõe para as pessoas se está conseguindo aprender ou não, se está satisfeita ou não. Parece que ela tem uma dificuldade de elogiar. Então o Professor Sérgio tinha muita vontade, sempre que ele se encontrava comigo ele comentava sobre o trabalho, e estava sempre conversando com o monitor de Mara, e ele atendia o monitor junto com ela e em separado também. Mas no final, quando terminou a disciplina, eu me encontrei com ele um dia e fui conversar ‘e aí professor, como é que foi o trabalho?’. Ele se mostrou muito frustrado, usou palavras assim que, até eu fiquei triste por ele, como que uma pessoa com tanta vontade, não tem o retorno que espera? Ele saiu muito frustrado daquele trabalho, nas palavras dele eu entendi isso, e ele estava mesmo com uma profunda tristeza, pois ele achou que iria conseguir fazer alguma coisa, sabe? Quando você quer fazer, e você não consegue? Você se frustra muito. Então o trabalho do professor é muito

complicado, é preciso saber lidar com essas frustrações também, além de tudo que o professor precisa fazer.”.

“Cada professor por qual ela passava, causava muita polêmica. Para você ter uma ideia, o Professor Marcos foi um dos melhores professores que a Mara já teve, eu acho que o Bento era monitor dela na época. O Professor Marcos foi dar aulas para a Mara, se planejou em tudo antes, como ele sempre fazia, e também conversou com o pessoal do Centro, pediu orientação. Ele comprou um aparelho de MP3 e deu para a Mara, para ela estudar. Ele gravava os textos, ele, professor, gravava os textos em audio e dava para Mara, e mesmo assim, ela teve a capacidade de sair falando mal dele. Então a Mara sempre falou muito mal de todos os professores, e isso foi criando uma certa barreira, tem professores do curso que falam ‘eu não quero trabalhar com ela’. Então fica complicado, como que você vai fazer? Até que ponto a Universidade pode obrigar um professor a pegar determinada turma? Pois a Mara representava uma turma inteira, olhando pela carga horária, e é feito um sorteio, a cada semestre me parece, não sei se é semestral ou anual o curso de Matemática, é feito um sorteio das disciplinas entre os professores, acho que é assim que funciona. É uma democracia.”.

“Então, muitos professores não queriam trabalhar com a Mara, às vezes porque não tinham paciência, e quando um professor parece ser mais paciente, ele acaba sendo requisitado a dar aulas para ela. E inclusive, o então Coordenador da Matemática um dia estava conversando com o pessoal do Centro, um professor super humano, e ele tinha uma preocupação muito grande com a Mara, ele chegava em mim e falava ‘eu estou tão preocupado, pois eu estou deixando a coordenação, mas eu tenho preocupação assim mesmo’. Eu não sei daqui um ano, se alguém vai querer dar aulas para a Mara, nas reuniões de conselho está cada vez mais complicado, muito difícil, ninguém quer pegar. Enfim, aquele professor era, ainda é, uma pessoa humana, muito humana, e a Mara tinha a capacidade de chacoalhar, só falava mal dele, só falava mal. Sei que o pessoal do Centro às vezes discutia com a Mara sobre essas coisas, que não era assim, para ela aprender a não ficar falando mal das pessoas, porque às vezes a incompetência estava nela, e não em todas as outras pessoas do mundo, porque ela tem que mostrar, se ela quer ser reconhecida, não é porque ela é cega não, ela tem que mostrar que é capaz, que ela quer, para as pessoas respeitarem. Não é querer usar da deficiência, isso é uma coisa que ela faz muito, então é muito complicado, não é fácil.”.

“Desde o início do Centro, desde sua fundação, Mara sempre foi muito participativa. Ela se queixava muito também, e ficava inclusive questionando as pessoas ligadas ao Centro sobre suas ações relativas ao curso de Matemática. Lembro-me que o Centro fez um documento, assim que foi inaugurado oficialmente, para todas as Unidades Acadêmicas,

divulgando o trabalho, qual era sua função, dentre outras informações. Um dos objetivos era oferecer uma assessoria pedagógica aos diferentes cursos, quanto aos direitos e quanto à organização pedagógica para atender alunos com deficiência. Então, a Matemática prontamente, assim que recebeu o documento, entrou em contato, porque a situação da Mara estava incomodando muito o curso. Mas o que eles esperavam, pelo que ouvi, e que todos os cursos que procuravam o Centro esperavam também, é que houvesse receitas mágicas, que o Centro fosse até lá e resolvesse o ‘problema’, e não é bem assim. Então o Centro começou a colocar o que precisava ser feito, como precisava ser feito, aí eles ficaram meio apreensivos, porque a responsabilidade era do curso, e não do Centro, ele só indicava alguns caminhos.”.

“Isso é uma fragilidade pedagógica da Universidade, e outra coisa também, é que não podemos deixar a responsabilidade toda para o professor, porque é tanta coisa que tem que ser feita por eles na Universidade que às vezes não sobra tempo mesmo não, é uma sobrecarga a mais que o professor acaba tendo que assumir, não é fácil. Bom seria se os professores pudessem e tivessem tempo e condições de aprender como ensinar por outros caminhos que às vezes não se está preparado. Quando é dito pelos professores que eles não têm condições, não têm tempo, ou mesmo não têm pré-disposição, é uma coisa, agora falar que não é possível é outra coisa que me inquieta muito, essa afirmação que eu ouvi muitas vezes, e que acabou prevalecendo na comunidade acadêmica, essa visão de que não é possível se ensinar algumas partes da matemática para pessoas cegas.”.

“São experiências diferentes, não dá para agrupar tudo, cada pessoa é diferente, então não adianta a gente ficar procurando sempre o material pronto, nós vamos ter que nos relacionar com esses alunos e pensar em como agir com cada sujeito. Mas na universidade não tem material adaptado para pessoas com deficiência porque, é uma das coisas que eu falo sempre, as pessoas passam, então é muito complicado isso, se a gente tivesse mais alunos cegos fazendo Matemática, com certeza teríamos mais materiais na área. Se houvesse a possibilidade de ter mais alunos com deficiência no ensino superior, existiriam mais materiais. Então pensar em material, isso só se entrarem mais alunos, senão para que ter material? Para fazer estoque? É complexo isso.”.

## 12

O narrador se baseia nas experiências para contar – em suas próprias experiências e nas relatadas por outros – e seus ouvintes incorporam as histórias narradas às suas próprias experiências, quando essas os tocam (LARROSA, 2002). Já o romancista, para Benjamin (1987), segrega-se. A origem do romance é o indivíduo isolado. Quem lê um romance, está sozinho, mas quem ouve uma história, ou lê uma história, está em companhia do narrador. Por isso quero tentar narrar uma história, e não escrever um romance. Certamente, por ser minha primeira experiência narrativa, ocorreram no texto narrativo elementos romancistas, por se tratar de características intrínsecas ao ser humano moderno, moderno no sentido em que Bauman (1999) discute, sendo moderno aquele indivíduo que luta por eliminar as ambivalências, essa possibilidade de se conferir a um mesmo objeto ou evento mais de uma categoria, mais de um significado. Sendo assim, minha dissertação é marcada por um esforço em me entregar às ambivalências, ou *multi-valências* das proposições, ao invés de tentar suprimi-las com descrições exacerbadas. Dito isso, não quero criar uma peça de periódico, e sim me valer dos frutos da arte narrativa, dos quais grande parte trata de evitar explicações. “[...] Ele (o leitor) é livre para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que não existe na informação” (BENJAMIN, 1987, p. 202-203).

Benjamin dá um ótimo exemplo do que é uma verdadeira narrativa, uma feita por Heródoto, primeiro narrador grego, onde um rei aprisionado é obrigado a assistir o cortejo de seus vencedores; se contém ao ver sua filha como criada e seu filho sendo executado, mas explode em desespero ao ver um velho e antigo criado na fila dos escravos. Tal episódio gerou, por milênios, centenas de interpretações, e ainda é capaz de fazê-lo. Isso é narrar, deixar em aberto o poder interpretativo, e não encerrar as possibilidades, como o faz a informação que, aliada à descrição, tenta sempre não deixar lacunas. Neste exemplo, um jornalista, pela perspectiva benjaminiana, perguntaria ao rei os motivos que o levaram a chorar, e caso este não pudesse responder, entrevistaria pessoas próximas, até que alcançasse algo que pudesse chamar de uma informação, tentando assim, diluir toda e qualquer ambivalência.

Benjamin parece ter argumentado em favor da narrativa, não somente por uma nostalgia passional de tempos que ele tem saudades, antes, ele parece querer encontrar uma

forma de se poder narrar experiências, de um modo que pudesse salvar o passado, entretanto, sem tentar preencher as lacunas existentes, sem sufocar os silêncios. Mas como seria tal “narração salvadora”, como diz Gagnebin (2009), que resguardaria a forma inacabada do passado, respeitando, ao mesmo tempo, o presente em sua imprevisibilidade? Não acredito que alguém descobrirá um dia essa narração miraculosa, tampouco creio que este tenha sido realmente o objetivo de Benjamin, penso que o importante tenha sido, e ainda seja, a reflexão que se faz diante desse pensamento, de que as narrativas são completas não quando terminam, e sim, quando começam.

**13**

Convido-os agora a conhecer como foi, em mais detalhes, o trabalho de um professor dentro do processo pelo qual Mara passou nos anos em que esteve na Faculdade de Matemática. Trata-se do Professor Adailton, já mencionado anteriormente nesta história que lhes narro. Ele foi professor de Mara pela primeira vez na disciplina de Estágio 1, onde foi feito um trabalho em colaboração com um outro aluno do Professor Adailton, vidente, o Jonathan. Este aluno então desenvolveu um trabalho com a Mara através de um software para pessoas cegas, ou com alguma deficiência visual grave, e tiveram uma importante trajetória juntos naquele semestre. No final do estágio, Mara e Jonathan apresentaram essa experiência para a turma.

O Professor Adailton relatou-me que, quando Mara procurou fazer seu estágio não encontraram escolas preparadas para receber um professor cego, ocasionando uma série de transtornos. “Não havia escola, não tinha como Mara fazer”. Então o estágio dela foi organizado, foi feito na Biblioteca Municipal, ministrando aulas de reforço para alunos com deficiência de uma escola municipal. “Deu-me muito trabalho, eu tive que ir várias vezes à Biblioteca Municipal, conheci muita gente lá. Um episódio que é interessante contar, é que eu fui tanto à Biblioteca Municipal, tanto tempo eu dediquei, que eu fui roubado, fui assaltado na rua, me levaram a carteira, me levaram tudo. Fiquei desesperado, pois havia sido roubado. Fiquei sem nenhum documento. Passados alguns dias a funcionária da Biblioteca Municipal me ligou dizendo que alguém os tinha procurado – penso que viram o telefone da Biblioteca em minha carteira, anotado – falando que meus documentos estavam com alguém, e eu fui buscar o documento com essa pessoa. Esse episódio mostra o quanto a Mara exigiu de mim como professor da disciplina, então o episódio acho que relata.”.

Mara fez seu estágio na Biblioteca Municipal. O Professor Adailton disse ter conhecido leitores de Mara lá, ela tinha uma vivência. Ele conheceu também o material em braille que havia na Biblioteca, e outras coisas “a funcionária da Biblioteca nos apoiou, o Coordenador da Biblioteca nos apoiou muito também, e foi assim que ela fez o estágio”. Mara gravou em fitas cassete suas notas de campo, o que também exigiu muito trabalho por parte do Professor Adailton, para ouvi-las. Algumas com boa qualidade, outras muito ruins. Ainda não havia essa facilidade da gravação digital, então o professor cobrava as notas de campo dessa forma. “E como é que a Mara transcrevia isso? O software não funcionou. Foi uma

experiência onde eu aprendi muito, e também eu vi o quanto a Universidade não tem uma política para isso, o governo não tem política para isso, e nós professores estamos todos despreparados com relação a esse processo, até porque, em minha formação não tive nenhuma grande experiência em trabalhar com alunos cegos. Tive experiência com alunos surdos, alunos com outras deficiências, mas aluno cego eu nunca tinha tido experiência nem durante a trajetória de formação em Educação Matemática, menos ainda deve ter tido um professor que não teve uma formação nessa área, que é da Matemática Pura. Então eu vi que era um grande, senti que era um grande desafio, consegui fazer alguma coisa razoável, mas ainda falta muito a ser conquistado.”.

Adailton comenta também sobre comparações que se costumam fazer quanto às dificuldades de cada disciplina “Estágio é tão difícil quanto disciplinas de matemática pura, como Funções de Variáveis Complexas por exemplo. A Universidade não tem estrutura, o software de acessibilidade para pessoas cegas até hoje é de difícil acesso. A Universidade tinha, ou tem uma impressora braille, então a Mara poderia fazer o trabalho dela e imprimir, mas essa impressora ficava em outro setor da Universidade, e ninguém podia pôr a mão nela exceto o técnico. Eu fui conversar com o pessoal desse outro setor, falei também com as responsáveis pelo Centro, lutei, tentei conseguir, mas nisso eu não tive sucesso. É um outro tipo de dificuldade, mas é tão difícil quanto qualquer outra disciplina. O pessoal do Centro continuou lutando, e pela informação que eu tive parece que conseguiram essa impressora, ou compraram outra, não tenho certeza.”.

“Eu participei de várias reuniões sobre o caso da Mara” continua o Professor Adailton, “aí eu pude perceber o quanto a Universidade está despreparada. Nesse caminho a Universidade criou o Centro. Hoje eu trabalho, desenvolvo trabalhos junto com pessoal do Centro, elaborando projetos com as coordenadoras. Hoje tenho bastante proximidade, várias ações, que na época do Estágio 1 de Mara não eram possíveis pois o Centro ainda estava no início. Então o Centro representa um grande avanço, embora haja ainda muitas coisas por fazer, muitas frentes. Mas hoje nós já trabalhamos de forma integrada, principalmente com alunos surdos. Hoje eu sei trabalhar algumas coisas. Mas para cegos nós ainda não temos nada, e muito pouco se encontra na internet.”.

“O Jonathan procurou tudo na internet, consultou várias fontes, tinha muito pouco material sobre, então não são apenas as disciplinas de matemática que são difíceis, a Prática de Ensino é algo complicadíssimo como eu ia dizendo, porque a Universidade não tem estrutura, as escolas não sabem como receber pessoas cegas, as escolas não querem receber às vezes. Esse é um exemplo de que não é Matemática Pura, Análise Real, é toda a formação

para pessoas com deficiência. Não pense que na Educação seria mais fácil, não pense que a Faculdade de Educação está mais preparada. O deslocamento, por exemplo, é algo muito difícil, pois prática de ensino implica em deslocamento do aluno, em convivência com os outros, então se nós da Universidade não estamos preparados, imagina a escola, como é que uma escola recebe um aluno cego? A escola não quer que se trabalhe, dificulta você trabalhar com alunos surdos porque a escola também não quer receber, tem dificuldade em mostrar as deficiências que ela tem, ou as dificuldades que ela tem de trabalhar com esse aluno, porque explicita, então tem também essa questão, então você meio que esconde o aluno com deficiência, e isso aí em todas as deficiências. A dificuldade do Estágio é comum para todos os alunos, mas quando há um aluno com deficiência que vai para escola é um problema, e quando você vai trabalhar com um aluno na escola também é um problema, você deve saber disso.”.

Outra dificuldade apontada pelo Professor Adailton é a leitura dos textos propostos em aula para alunos cegos. Para escrever o texto ele encontrou solução, a fita cassete. Hoje eles conseguiram uma câmera digital, têm o arquivo digital, mas na época ainda não havia esse recurso “Eu sempre acreditei que a questão da Mara passaria pelos novos recursos das novas tecnologias, das novas formas de comunicação. Hoje você tem curso para aluno cego programar, criar softwares, fazer programação. Então os recursos digitais estão ajudando na interação, na comunicação. Nós estamos avançando. Mas naquela época usar a fita cassete foi muito inovador, foi a solução que nós tivemos. Hoje não, hoje eu usaria o arquivo digital, filmaria, hoje nós fazemos video aula, então nós fazemos outras coisas. E a gente usa muito o ambiente virtual, com todos os alunos, então poderia por a Mara no ambiente virtual em todas as disciplinas do curso, mas essa discussão, mais pela cultura do curso de Matemática do que um problema de deficiência, encontra resistência.”.

“Mas é difícil, eu acho que o curso de Pedagogia em Universidade nenhuma, inclusive na Unesp de Rio Claro, está preparado para trabalhar com aluno cego. Isso eu tenho clareza, porque eu procurei, eu pesquisei, porque nós fomos atrás. No caso da Mara é interessante você entrevistar o Professor Pedro, porque ele tentou pegar o exemplo de um aluno cego em outra Universidade. E foi um caso muito exemplificado, um caso muito tido como emblemático, como sucesso, que eu acho que é um caso que você tem que ir atrás futuramente.”.

“Para finalizar, gostaria de dizer que o mérito da sua pesquisa é guardar esses registros, por exemplo, do uso da fita cassete, do software, de iniciativas isoladas que se vão constituindo no coletivo, na cultura profissional, em construir estratégias para que alguém

tenha alguma coisa para ler no futuro, para pelo menos conhecer algo sobre essas estratégias isoladas ou coletivas desenvolvidas. Como se faz Prática de Ensino com um aluno cego em um curso de Matemática? Acho que essa é uma questão a ser pesquisada no futuro. Há várias estratégias, saberes, essas coisas. Você vai ter que organizar então a sua pesquisa, que tem esse mérito de registrar essa história.”.

**14**

Um tema bastante recorrente, que preocupava representantes de todas as Licenciaturas que tive a oportunidade de conversar, foi o Decreto, já em vigor, do qual trago na íntegra o Art. 3º do Parágrafo II, e em seguida, um comentário do Professor Adailton

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

“Todos os cursos de licenciatura vão ter que contratar um professor para trabalhar com alunos com deficiência auditiva, isso é uma exigência da lei. Eu quero saber onde vamos contratar esse profissional, eu quero ser da banca desse cara, eu duvido que passe um! Isso devido à exigência de formação. Quando eu falo duvido que passe um, quero dizer que a exigência é muito grande, saberes que não existem na formação do professor, nem no mestrado está tendo. No mestrado em Educação das principais universidades do Brasil, no doutorado também, porque eu procurei, fui atrás, não há nenhuma universidade com um grande avanço. Então nós estamos construindo isso com algumas pesquisas iniciais, com algumas iniciativas nós vamos construindo, mas basicamente não temos grandes avanços, então o que falta no país é discutir a questão da profissionalização do professor, a questão da política de formação do professor, não é formação, mas construção do saber coletivo na Universidade, porque oferecer cursos não adianta, falar como é que se trabalha com pessoas cegas e surdas não adianta, é preciso aprender na prática, trabalhando com esse aluno.”.

“Mas naturalmente você pode ter uma teoria, textos, eu li muito, fui atrás, conversei com as pessoas, mas o grande saber ele é gerado na prática, e o que falta na Universidade é um esforço coletivo para se trabalhar com isso, e aí eu tenho esse grande mérito de ter me aproximado das pessoas a partir do caso da Mara, a partir da prática de ensino dela, a partir de outras práticas de ensino, então nós estamos trabalhando, tentando trabalhar com o curso a questão da Matemática, porque na Matemática tem menos material ainda, uma alfabetização matemática, entendeu? Então quer dizer, essa questão é uma questão de pesquisa para o futuro também, e que eu acho que nós da Educação Matemática temos que investir, mas também penso que falta uma política nacional para a formação de professores com este enfoque.”.

**15**

Podemos pensar em uma educação para todos. Sim. Muito embora antes seria interessante que pensássemos sobre que educação é essa que queremos para todos, e quem é este “todos” a que nos referimos. Se eu quero uma educação para todos – neste “eu” deve-se inserir todo o aparato social do qual faço parte e sou representante, ainda que crítico, mas sou membro atuante e conivente – certamente tenho minhas intencionalidades, minhas razões, meus interesses. Se eu vendo livros, preciso de quem os compre, e para isso é preciso que todos saibam ler, o que não significa que todos lerão os mesmos livros e o interpretarão da mesma forma. Este é o sucesso e o ponto frágil da educação para todos. Separar este “todos”, dividir para conquistar.

Sabemos, todavia, que a educação da qual estamos falando, é a educação formal, escolar, ensinada nas instituições legitimadas para tal, com informações ditas importantes sobre o conhecimento humano sendo transmitidas – sim, a palavra que quero usar é exatamente essa, transmitidas – para as futuras gerações de adultos, que terão a função de repetir nossa sociedade. Pensando por este prisma, a escola faz perfeitamente seu papel: cria indivíduos que irão repetir o sistema, garantindo a sua continuidade. Temos essa consciência crítica em nosso grupo, o Épura. Assim como temos consciência de que não somos arautos das boas novas, e que estamos suscetíveis a errar, no entanto, queremos com isso aprender.

Sobre este “todos que queiram” de que falo, Da Veiga (2010), discutindo o livro de Rudolf Steiner, *Filosofia da Liberdade*, edição em português do ano 2000, traz uma interessante discussão sobre algo além de pensar o outro como sendo diferente, e respeitá-lo, introduzida por Steiner em 1893. Seria a ideia de se pensar seguindo o outro, ou seja, ao invés de criar relações internamente com as experiências que eu tenho do outro, com os dizeres desse outro, preciso antes construir a imagem sobre este outro me baseando no fazer dele diretamente, no seu modo de pensar, não pensando sobre, e sim pensar seguindo o. Com isso, segundo Da Veiga (2010), não devemos fazer do outro nosso objeto de reflexão se quisermos entendê-lo em sua individualidade, é necessário sim, que antes de qualquer coisa, nos façamos receptores ativos dos seus pensamentos “Preciso, pois, abdicar na situação comunicativa dos meus pensamentos para observar como o outro desenvolve o seu pensar diferente do meu.” (DA VEIGA, 2010, p.37), pois do contrário, estaríamos olhando apenas para aspectos humanos genéricos, e não para a individualidade do outro – falarei desses aspectos genéricos

e individuais mais a frente – com isso é justo que se dê a Steiner o crédito de ter, muito antes de outros mais reconhecidos hoje, chamado a atenção sobre a necessidade de se refletir sobre discriminações raciais e sociais, exigindo sua superação (DA VEIGA, 2010).

Voltando um pouco no tempo, Da Veiga (2010) explica de onde decorreu esta construção de Steiner: da metodologia científica de Goethe. Steiner conclui sua noção de alteridade baseando-se numa metodologia orientada para as chamadas ciências naturais no século XIX, e embasada pela Matemática. Meu entendimento sobre esse assunto baseia-se na interpretação feita por Da Veiga (2010) da relação entre o artigo de Goethe, intitulado *Der Versuch als Vermittler zwischen Objekt und Subjekt*, e da Filosofia da Liberdade de Rudolf Steiner.

Steiner escolheu Goethe para fazer uma analogia com o conceito de alteridade, pois este teria trabalhado no sentido de desenvolver uma metodologia científica que respeitasse as peculiaridades do objeto estudado “Goethe procura em cada objeto ou assunto os critérios para uma maneira de compreensão conforme as suas características intrínsecas.” (DA VEIGA, 2010, p.25). Goethe também distingue dois modos de saber, o conhecimento como modo natural, e o conhecimento como modo científico. O primeiro seria intrínseco e inevitável a todo ser humano, é ali onde se manifestam os desejos e ascos pessoais, características que levariam o homem a incorrer em muitos enganos trazendo dor e constrangimentos, devido à exposição a que se coloca. O segundo, por não ser natural, demanda um esforço constante do ser humano, sempre sendo aprendido e exercitado, onde é preciso tentar não enxergar os objetos baseado somente em suas preferências pessoais, subjetivas, mas como estes objetos são em si mesmos (DA VEIGA, 2010). O ideal científico seria, então, enxergar as coisas como são, e não conforme o que lhe agrada.

A experiência, para Goethe, continua analisando Da Veiga (2010), é o cerne de toda construção de conhecimento, inclusive do conhecimento científico. E Goethe divide, também em duas formas, a experiência como fenômeno isolado, onde as observações são apenas dados, nada podendo se concluir dali, pois só com o intelecto o homem poderia suprir as lacunas deixadas pelos experimentos, que são discretos, e a razão daria a continuidade matemática necessária para que a construção do conhecimento científico ocorra, onde surgiria então a “experiência superior”, a segunda forma. E para tal intento, Goethe afirma ainda que o rigor matemático, de forma qualitativa, ou seja, um modo de pensar matemático, seria o meio para se alcançar tais “experiências superiores”.

O que Rudolf Steiner fez então, segundo Da Veiga (2010) foi, partindo dessa metodologia científica e inspirado pela ideia de se observar cada objeto em suas

particularidades, proposta nessa metodologia, criar seu próprio pensamento. Em seus estudos antropológicos Steiner fez uma distinção entre as características genéricas e individuais do ser humano, analogamente ao que fez Goethe com os objetos pesquisados. As características humanas genéricas são as que podem ser observadas de forma natural, como sendo comuns a todos os homens, já as particulares, estariam no âmbito da *autoexpressão*, da individualidade, e para entender o outro em suas especificidades, seria preciso não considerá-lo como um objeto a ser analisado, mas, antes, ser um receptor ativo dos pensamentos desse outro. Essa proposta de Steiner teria sido então, para Da Veiga (2010), um importante passo na ampliação da visão de mundo, que possibilitou, em consequência, uma visão mais aprofundada da dignidade humana.

Goethe apresentou uma alternativa aos modelos científicos preponderantes na época como o cartesianismo mecanicista e a visão transcendentalista de Kant, mas não com o intuito de substituir, e sim, de fazer um acréscimo, especialmente no caso de Kant, configurando uma relação diferente da defendida até então entre a intuição e a razão. Mas não tenho a intenção de continuar discutindo tais conceitos neste trabalho, só o que gostaria de destacar é que essa visão inovadora de Goethe teria influenciado muitos cientistas, tal como Steiner, levando-o a pensar um modo de olhar para o outro como um ser único, e não mais como um ser genérico, o que abriu espaço para a discussão de alteridade que hoje continuamos, e isso tudo motivado por uma teoria exata, fora das Ciências Humanas. E essa noção de alteridade é que assumo em minhas práticas.

**16**

O Professor Suzano, contou-me como foi sua experiência trabalhando com Mara, que se segue nos próximos parágrafos “Quando eu recebi o convite, fiquei surpreso, acho que todos ficaram, porque ninguém tinha experiência em trabalhar com deficientes visuais, não havia material pronto, ninguém sabia como lidar com aquela situação. Combinei com ela que nos encontraríamos em minha sala, conversaríamos a respeito da disciplina, e ao longo do trabalho iríamos tentando criar situações para ela entender o que estava sendo exposto. As aulas já eram individuais nessa época. Então foi muito difícil para mim, pois não tinha com quem conversar, trocar experiências, pelo menos não aqui na cidade, não que eu conhecesse.”.

“Mas nós, da Faculdade de Matemática, recebemos bastante apoio do pessoal do Centro, eles deram uma assistência ótima, as dificuldades que tínhamos era só ir até lá e conversar. Forneceram fitas, gravaram livros como o de Cálculo Numérico em audio, onde leitores fizeram esse trabalho voluntariamente. Isso ajudava muito, pois ela podia estudar em casa, quando quisesse, para fixar as ideias. Para ela devia ser difícil estudar também, recordar todas aquelas coisas que eram ditas durante as aulas, é preciso ter muita força de vontade, querer muito levar adiante. E ela estava decidida a fazer isso.”.

“As provas eram sempre orais. Já nas aulas, eu fazia uma apresentação oral para ela, e sempre recapitulava os conteúdos no início de cada encontro, para fixar os conceitos. Essa foi a proposta que nós tentamos desenvolver, esse trabalho de tentar fixar conceitos matemáticos. Eram disciplinas complicadas, como Cálculo Numérico, Equações Diferenciais Ordinárias (EDO), ambas ministradas por mim. Como demonstrar um teorema sem o uso do recurso visual? É complicadíssimo chegar ao formalismo matemático, porque se ela queria continuar o curso e o curso tinha essas disciplinas, ela precisaria ser aprovada nelas. Em algumas coisas ela teve muita dificuldade, e eu tive que insistir para ela aprender o mínimo possível. Se não me engano foi em EDO que ela teve uma maior dificuldade, ela precisou fazer a prova substitutiva, a prova final.”.

“Eu conversei muito com ela no percurso dessa disciplina, pois como ela sentiu essa dificuldade, queria deixar de lado, mas eu disse não, assim não, você vai ter que aprender ao menos os conceitos mínimos. Havia prova oral, como eu disse, sobre o assunto. Eu elaborava as questões, perguntas básicas, para ela tentar apreender o básico da disciplina. Qualquer

aluno que passasse por aquelas disciplinas que eu ministrei teria que ter pelo menos aquele conhecimento, no mínimo, e foi isso que eu cobre dela.”.

“O Cálculo Numérico em especial, depende muito da parte técnica, construir gráficos é essencial, é preciso entender os detalhes, não é só abstração, tem a parte concreta, e essa que é mais difícil para a pessoa cega, pois os conceitos ela entendia bem, a parte mais abstrata, mas se você quer achar a raiz de uma função não linear,  $f(x) = 0$ , como ela iria fazer isso? Um aluno do curso normal tem que esboçar o gráfico da função, ver onde o eixo x é intersectado, e verificar se a função é contínua. Como trabalhar isso com o aluno deficiente visual? Não tem como, ao menos eu não consigo imaginar como. Nesse momento é preciso entender que, o que eu cobrava dela era o procedimento necessário, os teoremas envolvidos, pois a parte de construção ela não conseguiria fazer, ou pelo menos nós não desenvolvemos nenhum material para que isso fosse possível, com o que nós tínhamos aqui não daria.”.

“Certamente é possível desenvolver ferramentas que possibilitem isso, materiais didáticos para pessoas deficientes visuais, mas nós não tínhamos esse recurso e não tínhamos com quem trocar informações, ideias, além do problema do tempo. Geralmente a pessoa cega escolhe uma área onde se estuda mais com leituras, onde essa parte concreta, de você desenvolver figuras, gráficos, e lidar com o desenvolvimento de fórmulas matemáticas, não é necessária, essa parte é mais difícil para quem não enxerga, certamente.”.

“No caso de EDO, qual seria o procedimento para se encontrar uma solução analítica? Você tem que achar uma solução particular, o fator integrante, e assim por diante. Esses conceitos eu queria que ela entendesse, que ela soubesse como resolver uma equação, e não resolvê-la propriamente. Eu falava para ela, ou melhor, lia para ela a equação, e ela tinha que saber se a equação era linear ou não linear, esse tipo de coisa, o mínimo mesmo, para ela então saber passar a informação, e ter contato com os problemas que são específicos da disciplina. Agora a parte de material didático, material concreto para trabalhar com pessoas deficientes visuais, penso que teria que ser feita uma pesquisa como você está fazendo, e também desenvolver materiais específicos. Mas eu não sei se são apenas exceções, casos como o de Mara, não sei se valeria a pena perder esse tempo todo criando materiais para o ensino superior, acho que seria razoável pensar no ensino básico primeiro, ou em escolas especiais, nessa direção penso ser mais interessante.”.

“O braille, isso que faltou aqui, o braille especificamente para a Matemática. Acho que o Centro oferece cursos de braille, não tenho certeza. Mas a Mara, acho que ela tinha um pouco de resistência em aprender o braille, e ela teria que se dedicar bastante para aprender, para ela seria muito importante, isso sim seria importante. Ela ficou cega ao longo do curso,

não sei se você já soube, então ela teria que perder esse tempo, para aprender o braille desde o início, e não deve ser fácil, dominá-lo, não deve ser nada fácil, pois o cego de nascença tem anos e anos de experiência a mais que ela. Penso que para ela ser bem sucedida na profissão que escolheu, ela terá que dominar bem o braille primeiro, porque se ela for ensinar, trabalhar com crianças deficientes visuais, ela terá que dominar o braille, do contrário todo esse esforço não terá sido válido, todo esse esforço que ela fez aqui para aprender matemática. Acho que a ideia é transmitir o que aprendeu, e não ficar só para ela o conhecimento. Trabalhar na área. Imagino que seja esse o objetivo dela. Seria uma ótima opção ela trabalhar com crianças cegas.”.

“Sobre as aulas individuais, algo que foi bastante discutido foi a questão do currículo para ela, era um curso diferente? Não, era o mesmo curso, então a dúvida era: como faríamos no caso das disciplinas? Ela teria que passar pelos mesmos procedimentos que um aluno do curso regular passa, fazendo provas, alcançando um mínimo de nota, precisaria ter o desempenho necessário, estudar, fazer exercícios, pois o diploma seria o mesmo depois. Não tem uma observação dizendo que é um curso para deficiente visual, não, o curso é de Matemática, o mesmo para todos. Antes de entrar no curso de Matemática, muitos alunos não sabem da dificuldade, têm uma ideia errada do que é um curso de Matemática, imaginam que será parecido com o que aprendeu no ensino básico, mas acho que todos os alunos, mesmo os bons, sentem a diferença, é uma dificuldade muito grande entender essa parte de abstração, escrever formalmente matemática, isso é difícil. E qualquer aluno sente essa dificuldade, e nossa preocupação era justamente essa, pois Mara tinha uma limitação a mais, mas precisava ser cobrada do mesmo jeito, não podíamos simplesmente deixar ela passar, por isso eu insistia com ela, cobrava mesmo, pois já que era o mínimo, então aquele mínimo ela teria que saber.”.

“Às vezes ela comentava sobre suas dificuldades, e eu continuava incentivando que ela estudasse mais em casa, com os ledores, e na hora da prova, se eu percebesse que ela não havia entendido, eu reprovava, como qualquer outro aluno. Lembro-me que na última prova de Cálculo Numérico, ela não tinha alcançado o mínimo, então eu a reprovei, mas ela ainda poderia fazer a prova final, depois das férias. Então eu cobre dela novamente aquele conteúdo, porque, tem que ser assim, ela quis enfrentar o curso, então tem que estudar. E no final valeu o esforço, ela conseguiu ser aprovada. Mas eu tive que forçar, pois a estrutura foi criada, um professor para dar aula de uma disciplina específica para um único aluno, só com ela ali, então ela tinha que dar a contrapartida também, tinha que estudar e mostrar que estava valendo a pena essa estrutura toda que foi criada para ela. Então eu fiz questão de exigir mesmo, pois era o mínimo, não era igual a prova que eu aplicava aos alunos que enxergam,

mas os conteúdos matemáticos eram os mesmos, então eu adaptava, ela precisava me dizer quais seriam os procedimentos necessários para se resolver determinado exercício, ou demonstrar certo teorema, mas as contas eu não cobrava.”.

“Uma boa ideia seria isso, um Centro, como o que existe aqui, mas nacional, e esse Centro Nacional ficaria responsável por identificar os casos já existentes, de alunos com deficiência no ensino superior, tentar produzir material didático, e a universidade que precisasse seria atendida por esse Centro Nacional.”.

“Outra coisa que me lembrei agora, é que houve uma tentativa de se utilizar um software de reconhecimento de voz, mas não foi possível utilizá-lo, pois eu trabalhava com softwares para a produção de gráficos, e nesse caso, a voz não resolvia. As aulas de laboratório eram feitas com softwares matemáticos como o Matlab, o Octave, e outros similares, onde eu ensinava a construir gráficos, na disciplina de Cálculo Numérico, e essa parte não consegui passar para a Mara, esse ponto ficou falho, teria que se estudar uma maneira de ensinar essa parte de softwares, de fazer gráficos e resolver problemas de matemática avançados com o uso de softwares para pessoas cegas.”.

Uma professora da Faculdade de Educação também comentou a ideia de se criar um Centro Nacional de Apoio. Lembrando que esta não foi uma ideia do Professor Suzano, foi apenas um tema que surgiu durante nossa conversa, que eu mesmo cheguei a cogitar como sendo uma boa opção “Agora, eu fico pensando; por que um Centro de Apoio Nacional? Acho que a universidade em geral seria o primeiro lugar a não aceitar, porque a universidade preza pela autonomia, pela produção do conhecimento, pela capacidade de enfrentar situações novas. A maior parte dos professores tem resistência em pegar material pronto, por que não teriam nessa situação? Agora, por ser um aluno menos prestigiado é que ele não quer se envolver, não quer dedicar tempo para a produção de material, se fosse outra situação, com certeza não iria querer pegar material pronto.”.

No entanto, o Professor Suzano não concorda, e diz “Eu não poderia me envolver em uma atividade com a qual eu não tenho prática alguma. A ideia do Centro Nacional ajudaria nessa parte, fornecer algum tipo de material para auxiliar os professores. Depois de se adquirir alguma experiência sobre o assunto, este material poderia ser aperfeiçoado, pelos professores das universidades. Toda essa questão não tem nada a ver com o prestígio da aluna. Eu acho que não tem a ver com o fato de a aluna ser cega, pois isso não tem influência sobre a reputação da mesma, ou na consideração que temos por ela. Toda essa questão tem a ver com a falta de preparo dos professores desta Universidade, independentemente do curso, para lidar com alunos deficientes. Nós não fomos treinados para isto. E não sei se todos nós

deveríamos ser treinados para esta situação. Quantos alunos cegos o Curso de Matemática da Universidade já formou, em todos esses anos da existência da Faculdade de Matemática? Vão se envolver com esta questão, somente os professores que efetivamente tenham interesse em trabalhar com este tema.”.

## 17

O Professor Marcos, em muitos depoimentos, foi mencionado como um bom exemplo de trabalho com relação à Mara. Parece ter havido um consenso dentre os que citaram o seu nome de que ele fez um esforço real para incluir a aluna. Contarei agora, através das palavras dele, como foi sua experiência pedagógica “Em 2003, primeiro semestre, isso, em 2003 primeiro semestre, eu dei Álgebra Linear 1 para a turma onde Mara estava matriculada. Nessa época ela ainda estudava na classe regular, junto com todos os outros alunos. Foi a minha primeira experiência com um aluno com necessidade especial dentro do contexto da aula de matemática.”.

“Obviamente, como todos os outros colegas, eu não sabia muito bem como lidar com isso, e por felicidade, a Álgebra Linear não depende muito de esquemas, de desenhos, como a Geometria Plana, a Geometria Espacial, onde você tem que desenhar muito. Felizmente a Álgebra Linear, ela é mais algébrica, como o próprio nome diz, então você desenha pouco. Portanto a minha preocupação em um primeiro momento foi ler, da maneira mais clara possível, aquilo que eu escrevia no quadro, e falar de maneira completa. Quando você está em uma turma normal, o professor muitas vezes não lê, ele mostra, pois já está escrito lá no quadro ‘de acordo com esta proposição, podemos concluir...’, mas não lê o que ele escreve, por quê? Porque todo mundo está vendo. Então, a primeira dificuldade foi essa, eu teria que dar aula diferente, eu não poderia falar ‘olhem para isso, este teorema vai implicar neste outro, que vai possibilitar resolver este exercício’, eu não posso falar isso para um aluno que não está enxergando o que eu estou apontando no quadro, não tem como, então eu tinha que ler tudo, falar tudo, e eu me lembro que uma das coisas que achei problemático – também quero enfatizar que eu estava começando a dar aulas, não tinha tanta experiência – foi que para os outros alunos ficava um pouco entediante eu ler índices, somatórios com  $i$  variando de 1 até  $n$ , de  $a$  elevado a  $n$  menos um. Mas eu tinha que ler tudo isso, os índices todos, e os alunos, ditos normais, eles ficavam um pouco entediados com isso, porque ler demora.”.

“Bom, essa foi logo de cara a primeira dificuldade que eu tive na sala. Eu me lembro que naquela ocasião ela foi bastante participativa, talvez pelo fato de estar voltando para a Universidade naquelas condições, e sem enxergar. Ela perguntava bastante, parava a aula o tempo todo, e perguntava muito, e no meio do semestre eu comecei a auxiliá-la, a gravar os conteúdos em áudio. Em 2003 eu ainda usava aquelas fitas cassetes, então, o que eu fiz?

Dividi todo o conteúdo da Álgebra Linear em três pedaços, três partes, e gravei em casa, na minha casa, no meu som, com microfone, três fitas cassetes de 90 minutos cada. Nessas três fitas cassetes não estava todo o curso de Álgebra Linear, de jeito nenhum, nem cabe, mas o que eu procurei colocar de maneira muito clara foram as definições, os teoremas, os corolários, as observações, sempre do ponto de vista teórico. É obvio que eu não demonstrava um teorema oralmente gravando em uma fita, eu não fazia isso, mas havia uma síntese das definições que a gente usava em sala, os principais resultados das principais observações eu comentava nessas três fitas cassetes, e ela escutava isso em casa, para estudar. Então isso passou a ser um complemento da aula, para que ela não ficasse tão perdida, essa é a palavra, durante as aulas.”.

“Sobre o sistema de avaliação, precisava ser diferente. O que eu acabei fazendo na ocasião foi cobrar oralmente aquilo que estava nas fitas, porque a fita fazia o papel do caderno. Normalmente era isso, porque ela não tinha como escrever, não sabia ainda o braille, e naquela ocasião ela não tinha um monitor, isso foi atribuído depois, então as fitas eram o caderno dela, e as provas eram sobre aquilo que estava nas fitas. Ela vinha em minha sala nos dias específicos e então eu fazia perguntas como ‘Mara, defina para mim o que é uma base de um espaço vetorial’, e ela definia oralmente, e foi feito dessa forma.”.

“Até o meio do semestre, um pouco mais na verdade, ela frequentou todas as aulas, mas no último terço do semestre acabou falhando bastante às aulas, e fez o curso nestes moldes: fitas como cadernos, provas orais sobre as fitas, e prova a parte, separada da turma. Acabou passando, se não me engano com média de 65%. Houve questionamentos por parte de alguns colegas de trabalho, se isso era justo com os outros alunos, justo no seguinte sentido; de que um aluno que conseguisse 60%, ou seja, uma nota abaixo da dela, necessariamente sabia menos do que ela? Provavelmente não. Mas não havia outro jeito, não havia como eu cobrar dela a resolução de um exercício normal, de prova, longo. Ela precisava resolver oralmente o exercício, lembrando que Mara não escrevia nem em braille. Para ela resolver um exercício de Álgebra Linear, com todas as implicações, seria praticamente impossível.”.

“Então, nesse sentido, o curso de Álgebra Linear que ela fez comigo foi menor em conteúdo do que um curso normal, porque não houve esse lado, de resolver longos exercícios. Mas a parte teórica foi vista, ou seja, a ideia do que é Álgebra Linear, quais são as definições e quais são os principais teoremas e suas consequências, isso eu acredito que ficou, pelo menos naquele momento deve ter ficado. E eu julguei que aquilo era suficiente. Então essa foi a minha, esse foi o meu procedimento.”.

“Os outros professores não gravaram, ninguém havia gravado nada até então, até o final de 2003. Eles faziam provas orais com a Mara, e ela assistia às aulas – ouvia, melhor dizendo – e os professores tomavam provas orais dela sem gravar, sem nada. Esse foi um problema. Bom, eu não preciso dizer que isso gerou polêmicas, claro que ela não conseguiu acompanhar a contento as disciplinas, e isso acabou criando um stress que acabou, de um modo geral, se espalhando pela Universidade que a Faculdade de Matemática não estava conduzindo da melhor forma possível as disciplinas, que Mara não poderia sentar junto com todos os alunos, ouvir as aulas, e depois ter uma prova oral na sala do professor, que isso não era bom. E não é. Não é a maneira correta de lidar com a situação, não é essa, a maneira que eu fiz em Álgebra Linear também foi paliativa, também não era a melhor maneira, mas foi o que eu consegui pensar naquele curto espaço de tempo.”

“Com esse impasse, com esse problema, tomou-se uma decisão na Diretoria de Ensino, de que Mara não iria mais ouvir as aulas junto com os outros alunos, ela teria um professor a parte, separado. Esse professor daria aulas especialmente para ela, adaptando-as, e a Pró-reitoria de Graduação ofereceria um monitor para auxiliar esse professor no trabalho com a Mara. Então, a partir desse momento que, se não me falha a memória, foi em 2005, ficou o esquema, professor particular para Mara e um monitor.”

“Nesse novo esquema eu dei aula de Análise 1 para ela, em 2006 segundo semestre. Nesse novo esquema eu fiz o seguinte: já estavam as fitas cassetes obsoletas, e eu passei a gravar digitalmente as aulas, as próprias aulas, que eram em três blocos de duas horas/aula por semana, então eram seis vezes cinquenta minutos por semana em gravações. Havia o horário que ela ia em minha sala, nós fizemos como em uma aula normal, cem minutos, três vezes por semana. Nessa aula eu gravava em mp3 – aquele aparelho mp3 usado para ouvir música, ele grava também a voz – então eu gravei as aulas. E por falar nisso, eu tenho essas aulas todas, eu gravei tudo depois em um CD, se você quiser eu te passo esse CD, eu deixei à disposição do Centro, depois eu te dou uma cópia. Ah, detalhe, havia o meu aparelho de mp3, que eu gravei, e eu comprei um parecido com o meu e emprestei para ela, e no final do semestre eu acabei dando de presente. Então a aula era gravada em dois aparelhos simultaneamente, no meu e no dela. Assim, Mara ouvia em casa quando quisesse estudar. E nós fizemos isso com Análise 1.”

“Mais uma vez, como eram as aulas? Era uma aula normal de Análise 1? Não, não era. Não dava para fazer uma aula normal de Análise 1 com a resolução de um exercício longo que envolve uma série de implicações onde ela teria que resolver tudo mentalmente, isso não foi possível fazer. Mas definições, teoremas, corolários, observações, e um pouco também de

História do Cálculo, História da Matemática, para servir de motivação. Então ficou bastante teórico; definição, teorema, resultados.”.

“Havia exercícios? Só aqueles muito simples, onde era possível para ela fazer mentalmente. Outros mais elaborados não. Então aqui cabe a crítica dos colegas novamente, o curso tem a validade de um curso normal? Não, é menor, mais fraco, mais fraco no sentido de que está faltando a parte em que o aluno teria que fazer aquele monte de exercícios. Isso não teve. Mas por outro lado, não havia outro jeito, lembrando que na ocasião ela ainda não escrevia em braille. Se tudo pudesse ter sido em braille, eu daria uma prova, exercícios, e alguém passaria para o braille e ela leria. Talvez, eu não sei se responder com segurança, talvez tivesse sido mais eficiente, mas não há como eu saber. Na ocasião, como ela não tinha essa habilidade, acabou ocorrendo como eu relatei.”.

“Ela teve dificuldades, e de uma maneira extremamente natural, porque você bem sabe que o curso de Análise 1, para quem é da Licenciatura em Matemática, é o curso mais difícil, é a disciplina mais difícil. Então, se para os alunos que enxergam há uma extrema dificuldade com a disciplina, é muito natural que Mara tivesse ainda mais. E teve. Não foi fácil, não foi mesmo. Ela acabou passando, como eu posso dizer, raspando. Para ser bem sincero eu acabei empurrando um pouco, dei uns pontos a mais. Ela fazia as provas orais, três provas, e acabou ficando com 54% da nota, e eu completei para os 60% exigidos, porque também reprovar um aluno com 54%, e nas condições dela, era meio complicado, acabei fazendo isso. Não sei se foi certo ou errado, mas foi o que aconteceu.”.

“Não sei, eu tenho a consciência tranquila de que eu não a reprovaria com 54% naquelas condições, não acho justo, do ponto de vista pessoal. Depois disso eu não dei mais aulas para ela, essas foram as duas ocasiões em que eu trabalhei com a Mara. Obviamente fiquei acompanhando, como todos aqui acompanham a vida da Mara, que é uma situação totalmente especial. No próximo semestre, 2009 segundo semestre, ela vai fazer História da Matemática, e em 2010 primeiro semestre ela fará mais uma disciplina na área de Educação Matemática e termina. Ou seja, cumpre todos os créditos para o curso de graduação, então ela teoricamente terminará o curso no meio do ano que vem, 2010, sendo que dez disciplinas desse curso foram feitas nesse esquema novo: professor, Mara, monitor.”.

“Eu espero que ela consiga exercer de alguma forma a profissão de professora, ensinar o conhecimento que adquiriu aqui, para alunos, talvez, que tenham o mesmo problema visual que ela. Se ela ainda não domina bem o braille, ela poderia, em minha opinião, se aprimorar, aprender braille com bastante fluência, e tentar exercer a profissão para ensinar matemática para alunos com deficiência visual. Eu não sou um especialista em mercado de trabalho, mas

eu sei que muitas pessoas têm deficiência visual, e essas pessoas muitas vezes se privam de estudar ciências exatas, Física, Química, Matemática, pelo fato de ser uma coisa que em um certo sentido é bastante visual, então eles se apegam mais às ciências humanas, onde não há tanto apelo visual. E uma pessoa que possa, como deficiente visual, ensinar matemática para outro deficiente visual usando o braille, como forma de comunicação, eu acho que é muito interessante e, penso eu, deve haver mercado para isso.”

“Eu não conheço, particularmente, nenhum professor de matemática, formado, que tenha deficiência visual. E desejo, sinceramente, que ela consiga exercer a profissão. Afinal de contas, se nós formos contar desde o primeiro semestre de 1996 até o primeiro semestre de 2010, é um tempo enorme, são mais de 14 anos dedicados ao curso de Matemática, e seria uma pena não exercer essa profissão. A gente começaria a se perguntar então, por que ela está fazendo o curso? Eu espero que dê certo mesmo, mas a crítica construtiva é que eu acho que ela precisa se aperfeiçoar no braille, não é ler mais ou menos não, é ler com fluência, com bastante fluência.”

“Há uma coisa, que a Mara já me falou várias vezes, não tenho problemas em repetir, tenho inclusive isso registrado em uma dessas aulas que eu gravava para ela ‘O pessoal quer que eu leia braille, mas os professores que vão dar aula para mim não leem’, bom, qual que é a minha justificativa? Eu expliquei para ela ‘Mara, o professor de matemática, como qualquer aluno que está aqui, não teve formação específica para lidar com alunos especiais, então você não pode exigir aquilo que não foi oferecido, então os professores não têm condições de aprender braille apenas para ensinar alunos, eventuais alunos cegos, isso não é exigido na carreira, e em um certo sentido é inviável também’. Enfim, e para isso há o monitor, é por isso que existe o Centro aqui na Universidade, onde há uma impressora braille, pessoas capacitadas que podem auxiliar, entre aspas, nessa tradução da linguagem escrita normal para a linguagem braille e vice-versa. Então, não é possível cobrar de um professor que ele saiba braille. Fica essa discussão.”

“O segundo método, com aulas individuais, eu digo com toda a certeza que foi melhor, foi outro tratamento, outra aproximação, foi diferente, muito diferente. Só que esse segundo formato, agora eu vou falar dentro da parte política um pouco, esse segundo formato gerou um ônus muito grande para a Faculdade de Matemática, e é isso que muitos colegas também criticam aqui, porque a decisão, que veio da Pró-reitoria de Graduação, que nós deveríamos arrumar um professor exclusivo para a Mara, não veio acompanhada de uma vaga de professor para isso. Sobrecarregou o departamento. Então o que aconteceu? A carga horária dos professores aumentou, a contra partida por parte da reitoria foi um monitor, esse monitor

veio de fato, foi um a mais, mas o professor não veio, e isso gerou confusão aqui na Faculdade de Matemática. Muitos professores, muitos colegas, se recusaram a dar aulas nessas condições. Internamente, do ponto de vista político, a Faculdade de Matemática tem uma carga horária elevada quando comparada com outros Institutos daqui, e essa decisão causou insatisfação. Então houve um esforço por se fazer o melhor possível para a Mara, apesar das críticas de alguns, e eu espero que isso seja de alguma maneira reconhecido por ela.”.

Para o Professor Marcos, essa segunda metodologia utilizada com a Mara peca em ao menos um sentido: a falta de uma convivência social com os outros alunos do curso “Ela fica isolada, isso é um ponto negativo sim, ela fica isolada realmente. Agora, analisa o que ela ganhou e o que ela perdeu. Em minha opinião, o ganho compensou as perdas, foi melhor, ou ‘menos ruim’.”.

**18**

Lendo o texto de Agamben (2008) comecei a comparar minha escritura inicial da narrativa com o país dos brinquedos, que Pinóquio visitou na fábula contada por Carlo Collodi em 1883. Em princípio, escrevia tudo o que me lembrava, um fluxo descontínuo, misturado com as conversas, as entrevistas que produzi para minha pesquisa. A falta de um ritual, de um rito, ou seja, de uma organização que tornasse meu texto compreensível, compartilhável, fazia do meu texto, de certa forma, um texto infantil. "O país dos brinquedos é um país em que os habitantes se dedicam a celebrar ritos e a manipular objetos e palavras sagradas, das quais, porém, esqueceram o sentido e o escopo." (AGAMBEN, 2008, p.85)

Infantil de algumas formas, positivas e negativas, admitindo que possa dizer isso. Uma delas, que seria positiva, é que inicio a escrita como um jogo, pois não tinha ainda o sentimento sagrado sobre as atividades acadêmicas. O lúdico predominava. Por isso me sentia livre, uma liberdade talvez ilusória, às vezes extrapolada, configurando-se aqui em uma característica negativa dessa infantilidade. Aos poucos – e com estas palavras, mais do que com outras desse texto – ritualizei minha brincadeira, tentando tornar a leitura entendível aos não infantes.

podemos levantar a hipótese de uma relação, ao mesmo tempo de correspondência e de oposição, entre jogo e rito, no sentido de que ambos mantêm um vínculo com o calendário e com o tempo, mas que este vínculo é, nos dois casos, inverso: o rito fixa e estrutura o calendário; o jogo, ao contrário, mesmo que não saibamos ainda como e por que, altera-o e destrói. (AGAMBEN, 2008, p.83-84)

Esta relação, continua Agamben, é menos arbitrária do que possa parecer, visto que muitas pesquisas bem documentadas mostram relações estreitas entre os principais jogos que conhecemos e rituais sagrados. Rito e jogo se mostram como duas convergências ativas na sociedade, que não são capazes, no entanto, de eliminar-se uma a outra, ainda que em alguns momentos uma prevaleça sobre a outra, em proporções variadas. Permitem sempre que subsista um resquício que diferencia a diacronia e a sincronia, sendo a primeira o objetivo a ser alcançado pelo rito, e a segunda, o desígnio ao qual o jogo está fadado. Diacronia e sincronia, jogo e rito.

Por isso em muitos momentos brinco com a ficção, com a composição. Sou aquilo que invento, como diria o cineasta italiano Fellini. Mas essa brincadeira aos poucos se ritualiza, transformando-se em um texto compartilhável. O próprio Agamben refina sua definição do que seriam jogo e rito, e a afirmação de que eles não são independentes entre si, são antes uma amálgama. Ele afirma que jogo e rito não precisam ser considerados como duas máquinas distintas, e sim, uma única, um único sistema binário articulando-se sobre duas camadas, impossíveis de serem isoladas, onde nas relações e distinções entre essas se fundamenta a coesão do sistema em si.

Se o próprio sistema tem este funcionamento, de, ora jogo, ora rito, significa que a própria história, o próprio tempo do homem só pode ser produzido dessa forma, nunca de outra. Não há rito sem jogo, e vice-versa. Por isso, jogando contei uma história, que ritualizei ao racionalizá-la, organizando-a até encontrar um equilíbrio característico dessa relação dialógica. Consequência esta nada irrelevante, como disse Agamben (2008).

Mas qual é, então, a essência do brinquedo? O caráter essencial do brinquedo – o único, se refletirmos bem, que o pode distinguir dos outros objetos – é algo singular, que pode ser captado apenas na dimensão temporal de um "uma vez" e de um "agora não mais" não apenas em um sentido diacrônico, mas também em sentido sincrônico. O brinquedo é aquilo que pertenceu uma vez, e agora não mais, à esfera do sagrado ou à esfera prático-econômica (AGAMBEN, 2008). Por exemplo, o que para minha mãe eram sempre legumes, para mim, tornavam-se às vezes bois e cavalos em minhas brincadeiras de infância, pelo simples fato de inserir em tais legumes alguns palitos, geralmente quatro, que se tornavam patas. Os legumes e os palitos pertenciam à esfera do sagrado ou a prático-econômica, por sua função definida na sociedade, de alimento e ferramenta doméstica respectivamente, mas eram profanados quando eu os transformava em animais e suas pernas, por meio de uma brincadeira. Agamben continua dizendo que o brinquedo então é diferente do monumento, pois este, com o passar do tempo mantém seu significado, tanto o prático quanto o documental, assim como os documentos, que mantêm sua legitimidade dentro de uma cronologia, uma continuidade com o evento anterior. O brinquedo tem uma íntima ligação com o desejo, com a espontaneidade, seria puro Ego.

Sobre a temporalidade, a criança se confunde no jogo, e também no verbo. Na canção de Chico Buarque, *João e Maria*, quando ele canta "agora eu era herói", mostra, penso, este uma vez, e agora não mais, ao mesmo tempo. No seriado Chaves (quem não se lembra do menino que dá nome à famosa série mexicana?) quando ele exclamava, feliz pelo potencial

início de uma brincadeira "Zaz! Então agora eu era o cavaleiro, agora eu era...". Um tempo verbal impossível para o rito, "Agora eu era", mas próprio do jogo.

Estas últimas são as características que aqui chamo de ficcionais, pois não estão ritualizadas, não são inteligíveis pelo outro senão por indícios de um ritual profanado pelo jogo. E que tipo de jogo? Posso por exemplo, fingir estar falando com outra pessoa ao falar por mim mesmo. Fingir não, realmente falar com o outro "eu" ao falar comigo, pois se somos polifônicos, podemos fazer dialogar essas vozes (ORLANDI, 2001). Também posso inserir documentos sagrados – no sentido de que são legitimados, que são dados de minha pesquisa – em um contexto imaginário, inventado. Minha narrativa, embora embasada por depoimentos de outras pessoas, tem cenários ficcionais criados pelas minhas vozes, configurando-se assim a relação dialógica entre rito e jogo a que me refiro.

A composição inicial de minha narrativa, então, antes deste resultado, se mostrava quase puramente como jogo, idealmente, quase toda a sincronia havia sido transformada em diacronia, era o país dos brinquedos, onde o princípio e o fim se confundiam, ou sequer existiam. Entretanto, tinha medo de substituir todo o meu jogo, toda a minha brincadeira, toda a minha infantilidade por um ritual completo, com o espaço diacrônico entre passado e presente totalmente preenchidos, "um eterno presente, ou seja, naquela eternidade imóvel que muitas religiões designam precisamente como morada dos deuses." (AGAMBEN, 2008, p.95). O que busquei então foi um equilíbrio, algum lugar entre o rito e o jogo, isto é, o tempo humano, a História. Nem um texto sem calendário, tampouco um texto com todo o tempo completo e estável.

## 19

O Professor Pedro tentou fazer um histórico sobre sua trajetória enquanto professor de Mara “Meu primeiro contato com ela foi em uma disciplina de Álgebra Linear. Na ocasião eu não sabia que ela era cega, me avisaram depois de uns cinco dias, e foi então que eu passei a tratá-la como um caso especial. Então eu prestava atendimentos em horários específicos para ela, em minha sala, fora do horário da aula normal. Muito embora, com todos os esforços, ela acabou reprovando naquela disciplina.”.

“Eu me lembro de que quando nós, da Faculdade de Matemática, conversamos com a Diretora de Ensino, a Pró-reitora de Graduação, os representantes do Centro, estava também a Diretora da Faculdade, eu também estava na reunião, e outros professores que já haviam trabalhado com ela, nós entendemos que a avaliação com certeza precisaria ser diferenciada. Por exemplo, em uma disciplina como Geometria faz muita falta você não enxergar, você não visualizar, então seriam cobrados requisitos mínimos da disciplina, mínimos.”.

“Lembro-me que em 2005 a reforma curricular do curso de Matemática estava sendo discutida, e em certo momento um representante do Centro propôs que oferecêssemos uma disciplina nessa linha. Pensamos que seria ótimo, mas na Faculdade de Matemática não há ninguém habilitado que pudesse ser o professor dessa disciplina, então qual Unidade Acadêmica da Universidade ofereceria? Não a inserimos porque não havia ninguém que pudesse oferecê-la, ninguém preparado.”.

“Enquanto professor dela eu tentei agir de forma diferente, mas não sabia sequer por onde começar. Ela foi minha primeira aluna com deficiência visual. E alguma coisa precisa ser feita, porque se vierem mais alunos com a mesma condição, não será possível executar o mesmo conjunto de ações que executamos com Mara. Ministrei apenas uma disciplina para ela e, conforme já falei, fui avisado tardiamente. Estava dando aulas pensando que todos os alunos estivessem enxergando minha lousa, e dessa forma, eu apontava coisas no quadro e dizia “*divide aqui*”, “*passa para lá*”, “*estão vendo essa forma aqui? Ela não está adequada*.”. Depois de terem me avisado da presença de um deficiente visual na sala de aula, eu procurei agir diferente, muito embora sem resultados. Ou seja, a falta de preparo para lidar com situações desse tipo tornam impossíveis algumas metas. Parece que ela sequer veio fazer a última prova, acho que desistiu, mesmo com toda atenção que eu estava dando.”.

“Com os outros professores percebo que não foi tão diferente, eu não acompanhei por muito tempo, depois de 2006 fiquei um pouco a parte, mas não percebi nenhum professor trabalhando com facilidade com a Mara. O que eu penso é que tem que se fazer muita pesquisa sobre como ensinar matemática para pessoas cegas. Entretanto, por mais que se faça, tem que haver a vontade e o compromisso de quem está do outro lado também, das pessoas com deficiência, elas precisam fazer a sua parte dentro desse processo.”.

“Acho pouco provável que apenas o audio resolva todos os problemas. Imagine você e eu, ambos sem deficiência, e eu falasse: *“pegue esta equação diferencial e faça uma série de operações, tudo apenas falando”*. Mesmo nós dois, que não temos deficiência, teríamos dificuldade, pois não estamos vendo as operações, temos que imaginá-las, e isso pode levar mais tempo, prejudicando, ou até mesmo comprometendo a compreensão.”.

“O domínio de uma técnica de leitura, como o braille, junto com a produção de textos em braille, ajudaria na superação de uma série de dificuldades. Desconheço, mas o braille possui somente códigos para as letras, ou para símbolos matemáticos também? Ah, então urge a pessoa cega dominar esse código braille para a matemática. O que eu vejo é que talvez não haja interesse econômico em se fazer a translação de textos matemáticos para o braille. Não sei qual é a estatística de quantos deficientes visuais existem cursando Matemática, mas deve ser uma quantidade ínfima. Produzir esse material para vender pode ser caro e não vai vender nada, então acho que não existe interesse por parte de empresas. Se houvesse uma iniciativa, teria que ser iniciativa não empresarial, mas do governo, de produzir esse material e deixar ele disponível nas instituições de ensino. A Matemática é universal, de modo que se poderia pensar em algum material bom, de qualidade, e daí fazer a translação e usá-lo sempre, ou pelo menos por um bom período. O conceito de derivada nunca vai mudar, não é mesmo? Então, da mesma forma, limite é aquilo que você aprendeu no Cálculo 1, derivada idem, integral também, geometria a mesma coisa.”.

“Exceto na parte da modelagem matemática, as coisas clássicas que ensinamos em matemática não dão espaço a muitas subjetividades, de modo que é possível produzir sim um material que esteja, se não todo, mas em grande parte de acordo com as aspirações de uma maioria. Então é possível melhorar o cenário. Se houver um esforço, um pedido da comunidade acadêmica, algum projeto dentro da universidade em geral poderia ser desenvolvido, no qual se produzisse esse material. Aí é questão de o deficiente visual dominar o braille. Material falado em outras áreas é claro que funciona, é um sentimento meu. Por outro lado acho complicado, mesmo para quem não é cego, fazer ou compreender matemática apenas falando ou ouvindo. Isso é tudo que me lembro agora”.

## 20

O Professor Jairo conta que quando soube que Ihe havia sido atribuída a disciplina de Funções com Variáveis Complexas, perguntaram-lhe se ele poderia dar aula para a turma de Mara também, a mesma disciplina, porém outra turma, a turma individual de Mara. A princípio ele disse ter ficado apreensivo “como eu vou ensinar a um deficiente visual a matemática, que é uma linguagem totalmente visual? Como vou passar isso para uma pessoa que não enxerga?”, então a princípio ele ficou preocupado em como fazer isso, até que o Professor Marcos conversou com ele, dizendo que ficasse tranquilo. Contou-lhe experiências de outros colegas da Faculdade de Matemática que já haviam trabalhado com Mara, explicou-lhe como era o procedimento “seria mais uma leitura do conteúdo pelo que entendi, porque não tem como você pedir para ela demonstrar resultados, então era mais como uma leitura, pedir para ela fazer exercícios mais simples, que envolvessem contas bem simples.”.

“Bom, diante disso eu falei que tudo bem, vamos tentar, vamos enfrentar esse desafio. Comecei a dar aulas para ela, nesse estilo; ela ia a minha sala, e eu lia a teoria para ela, pedia para ela repetir o que eu falava, ela repetia, e também usávamos um aparelho de mp3, gravávamos as aulas também, e eu pedia para ela ir ouvindo as aulas em casa, para estudar, e era mais ou menos isso; eu lia um pouco da teoria, da parte mais simples, e ela ia repetindo, fazendo os exercícios mais simplesinhos, então basicamente foi essa a abordagem. Ouça uma parte dessa gravação de uma das aulas, para que possa ter uma ideia de como eram”.

**Jairo:** Bom, então recordando Mara, o que a gente viu na aula passada, a gente entrou na parte de integração, e definimos a integral de uma função, então a gente começou inicialmente com uma função  $f$  definida num intervalo  $ab$ , intervalo real,  $ab$ , tomando valores do  $c^2$ , valores complexos, e definimos o que era a integral. Então você tem  $f$  de  $t$ , onde  $t$  é um número real e a imagem é um número complexo. Aí a gente quer definir o significado da integral de  $f$  de  $t$ , ao longo de um caminho, ao longo de uma curva  $c$ . Então a integral de  $f$  de  $t dt$ , ao longo de  $c$ , um caminho  $c$ . Bom,  $f$  de  $t$ , isto é, uma parte real, uma  $u$  de  $t$  mais uma parte imaginária  $v$  de  $t i$ , então  $f$  de  $t$  é  $u$  de  $t$  mais  $v$  de  $t i$ . Então o que a gente faz? A gente parametriza a curva  $c$ , então a gente pega uma parametrização dessa curva, então a gente

---

<sup>2</sup> Aqui coloco a letra  $c$  minúscula representando o conjunto dos números complexos, propositalmente, para destacar que para quem ouve, mas não enxerga, não há diferença entre o  $c$  do conjunto dos números complexos, e o  $c$  que representa um caminho, ou de qualquer outro  $c$  para qualquer outro tipo de representação. E escrevi por extenso, sem todos os símbolos matemáticos, para que fosse possível imaginar como é ouvir a leitura de um texto matemático, sem acompanhar com os olhos sua simbologia.

escreve  $c$  como sendo uma, uma  $z$  de  $t$ , é uma curva parametrizada  $z$  de  $t$ , parametrização da curva  $c$ ,  $t$  variando no intervalo de  $a$  até  $b$ ,  $t$  variando no intervalo de  $a$  até  $b$ , aí a gente define a integral de  $f$  de  $t dt$  como sendo a integral de  $a$  até  $b$  de  $u$  de  $t$  mais  $i$  integral de  $a$  até  $b$   $v$  de  $t$ , ok? Tá lembrada disso?

**Mara:** Integral da soma?

**Jairo:** Isso, será a integral da parte real, certo? A  $f$  é a  $u$  mais  $iv$  de  $t$ , então vai ser a integral da parte real mais a parte imaginária. Ok?

**Mara:** Hm.

**Jairo:** Bom, isso é para uma  $f$  de  $t$ , certo? A  $f$  partindo do domínio onde ela é um intervalo real  $a b$ . O que a gente quer agora, é a integral de um contorno, na verdade então o que a gente quer, é uma  $f$  de  $z$ , onde o domínio agora da função é o conjunto dos números complexos. Então é uma função de  $C$  em  $c$ , dos complexos nos complexos, então você tem uma  $f$  de  $z$ ,  $z$  número complexo. Então a gente quer definir a integral de  $f$  de  $z$ , ao longo de um contorno  $c$ . Ok? Tá lembrada disso?

**Mara:** Tô.

**Jairo:** Bom. Como que a gente faz para definir a integral da  $f$  de  $z dz$  (...) ao longo de um caminho, ao longo de um contorno  $c$ ? Então temos que a primeira coisa é parametrizar esse contorno, achar uma parametrização para essa curva. Então você tem uma  $z$  de  $t$ , a parametrização para essa curva, onde  $t$  é um parâmetro, certo? Um parâmetro real, que varia em um intervalo real de  $a$  até  $b$ ,  $t$  é um parâmetro variando de  $a$  até  $b$ , maior ou igual a  $a$ , menor ou igual a  $b$ . Então você tem uma parametrização. Para  $t$  igual a  $a$  você tem um ponto inicial da curva, conforme  $t$  vai percorrendo o intervalo de  $a$  até  $b$ , essa parametrização  $z$  de  $t$  te descreve a curva do plano complexo, e para  $t$  igual a  $b$  você tem o ponto final, você tem uma parametrização para sua curva. Bom, aí, temos por definição, que a integral da  $f$  de  $z dz$  ao longo da curva  $C$  como sendo a integral de  $a$  até  $b$ , intervalo de variação do parâmetro  $t$ , da  $f$  aplicada em  $z$  de  $t$  vezes  $z$  linha de  $t dt$ . Isso. Então integral da  $f$  de  $z dz$  ao longo do contorno  $c$ , ao longo de um caminho  $c$ , é igual à integral de  $a$  até  $b$  da  $f$  de  $z$  de  $t$ , a  $f$  aplicada em  $z$  de  $t$ , vezes  $f$  linha de  $t dt$ , ok? Então essa é a definição da integral. Bom, aí a gente deu um exemplo, a gente pegou a  $f$  de  $z$ . Quer relembrar o exemplo?

**A:** Pode ser. (...)

Jairo continua “A dinâmica é totalmente diferente, dar uma aula de matemática para quem está enxergando é uma coisa, e para quem não enxerga é totalmente distinto. Para uma pessoa cega você precisa ler mesmo a matemática para ela, ao contrário, quem está enxergando olha para a lousa e vê as expressões matemáticas, não há necessidade de ficar falando as expressões, lendo. Com a Mara era preciso ler, detalhar tudo, então se ela estivesse no meio de uma sala de aula regular, seria impossível para ela seguir o ritmo, em uma sala de aula o ritmo é diferente, bem mais corrido, e para ela tinha que ser uma coisa bem mais pé no chão, bem mais leve, totalmente diferente. E o livro em braille ou digital de matemática é

difícil de se produzir, como fazer um texto matemático em braille? Todas aquelas fórmulas matemáticas, complicado, agora texto em tinta, escrito normalmente é mais simples. Teria que se pensar em um material próprio de áudio penso eu.”.

Também o Professor Jairo, como muitos outros que entrevistei, trouxe a questão do programa da disciplina. Ele afirma ser impossível cumprir o programa da disciplina em sala de aula regular, ministrando as aulas da maneira como ocorriam para Mara “tanto que com a disciplina que eu ministrei para ela, acho que a gente viu um terço do conteúdo programático, então se fosse para ela estar em uma sala de aula com os demais alunos, teria que ser o triplo da carga horária para cumprir o programa. Portanto, com esta abordagem atual, é impossível.”.

Continuando a conversa com o Professor Jairo, ele comenta também sobre o transtorno causado pelo aumento da carga horária, e faz previsões para o caso de surgirem outros alunos cegos na Faculdade de Matemática “Há este problema com relação à carga horária, pois se tivessem dois alunos cegos, seria uma situação para o Centro resolver, não saberia como proceder, se fossem dois, três alunos deficientes visuais, para nós seria complicado, porque a carga horária da Faculdade de Matemática é elevada, muitos professores têm quatorze, quinze horas aulas, uma carga horária elevada, então você está pegando um professor e disponibilizando para um único aluno, isso ocupa uma parte considerável da carga horária daquele professor, e isso afeta todos os demais. E se houvesse um número maior de alunos cegos, seria um sério problema, que de repente o Centro precisaria agir mais diretamente, não sei, destinando um professor temporário, ou professor substituto só para esses alunos, mas como era um aluno só, a carga horária não alterou tanto, mas é preciso pensar no futuro.”.

“Essa metodologia aplicada com a Mara já não daria certo se houvesse cinco ou seis alunos cegos, talvez tivéssemos que criar uma turma especial, apenas com esses alunos, e um professor capacitado seria o responsável por tal turma. É uma possibilidade. Você não estaria ocupando a carga horária de cinco distintos docentes, você estaria ocupando a carga horária só de um docente que ficaria responsável por aquela turma. O ideal é prever a situação e tentar se preparar para ela, e não esperar acontecer.”.

“Desafio, para mim foi um desafio muito grande, como eu falei no começo. Tive certos problemas com a compatibilidade de horários, e ela é uma pessoa que precisa de muita atenção com respeito à sua saúde. Lembro-me de uma situação onde fiquei desesperado, isso não tem nada a ver com a questão do ensino e da aprendizagem, mas foi uma situação onde eu fiquei com medo, porque ela começou a ter convulsões durante nossa aula, começou a suar, a

tremer, e eu falei ‘meu Deus do céu, e agora, o que eu faço?’, então busquei ajuda com outro professor, o que estava mais próximo, e ele me acalmou, dizendo que era devido à hipoglicemia dela, e que bastava Mara comer algo que melhoraria. Ela comeu uma banana. Ela sempre trazia a banana na bolsa. E voltou ao normal. Mas foi uma situação na qual eu, como professor, não sabia lidar, isso é complicado.”.

**21**

Com a inauguração do Centro, em junho de 2004, algo que já ocorria há algum tempo tornou-se oficial, pois Laís, mesmo quando trabalhava em outro setor, sempre fez esse “meio de campo”, como disse uma das responsáveis pelo Centro, a Professora Jéssica, entre os alunos que têm alguma deficiência dentro da Universidade e os seus respectivos cursos. Com a instalação do Centro, isso foi formalizado, e ela ficou sendo a ponte de contato entre esses alunos. “Mara já era bem conhecida de Laís, e havia estabelecido com ela uma relação afetiva muito forte, e Laís sempre auxiliou Mara no que estava ao seu alcance.”.

A Professora Jéssica disse que as dificuldades de Mara, até uma fase do curso, sua limitação visual, e posteriormente a cegueira, foram sendo contornadas devido a alguns fatores “Primeiro, porque de certa forma, ela foi conseguindo, se ajustando, se integrando, a palavra é essa mesmo. As pessoas liam o conteúdo teórico que ela estava estudando, o qual ela precisava se apropriar, e isso não demandava tanto a visão naquele momento.”.

Continua a Professora Jéssica “O que aconteceu com a Mara? Quando ela precisava fazer Cálculo 3, pois até o Cálculo 2 as coisas avançaram aos trancos. Quando ela estava terminando o Cálculo 2, o professor pediu ajuda ao Centro, ele falou ‘olha, eu não estou conseguindo, eu não sei como fazer’, e já prevendo o Cálculo 3 e o 4. Então, o Centro fez muitas reuniões com a Faculdade de Matemática, com todos os professores, professores que estavam querendo ajudar, e professores que achavam que não tinha jeito. Havia os dois lados. E tentando muito contornar essas dificuldades, o que perceberam? Que a linguagem que Mara precisava se apropriar para dar conta do conteúdo não existia disponível em braille, porque o braille é um código, mas ele tem que ter uma tradução, um sinal equiparado do que a gente chama escrita em tinta, e não havia, não existe ainda para a matemática avançada.”.

“Além disso, existia a necessidade de uma visão espacial, de gráficos, modelos, então eles se depararam com isso, e o que aconteceu? Descobriram que em uma cidade vizinha existe um instituto que atende cegos, com uma experiência muito grande, mais de 25 anos. Foram até lá, procurar recursos, fizeram contatos, e a Laís se reuniu com os outros professores e conversou com eles sobre como usariam os recursos. Compraram todos os programas de computador disponíveis para pessoas cegas, tentaram comprar um teclado adaptado, um teclado falado, mas não conseguiram, a empresa não conseguiu vender para a Universidade, problemas burocráticos, uma pena.”.

“Foram também até outras universidades onde havia casos de alunos cegos que conseguiram se formar em Matemática. Em uma dessas reuniões ocorreu um fato muito engraçado, um professor fez o seguinte comentário ‘Eu liguei para um amigo em outra universidade, e ele me mandou um email dizendo que uma coisa que ajudou muito o aluno cego em sua Instituição, foi o aluno vidente, e eu até fiquei curioso, como é que se mistura religião com educação? Seria algo de espiritismo?’ Então foi explicado a ele que vidente é o contrário de cego. Isso foi muito engraçado.”.

Jéssica falou sobre o conceito de inclusão, e sobre o que pensa relativo às escolhas adaptativas feitas pela Faculdade de Matemática “Inclusão é uma coisa muito importante, e inclusão traz uma ideia de que todos têm que estar juntos, misturados. Eu acho que todo mundo precisa ter um lugar bom no mundo, um lugar onde se sinta respeitado, amado, acolhido, amparado, produtivo, criativo. Isso para mim é o conceito de inclusão. Só que a gente não pode, eu aprendi faz um tempo, não se pode radicalizar com nada, senão a gente deixa até de ser inclusivo.”.

“Nesse sentido, as aulas individuais causam para a Mara uma perda importante, a falta desse contato social é uma perda muito importante. Mas há uma limitação do sistema. Pelas características do curso de Matemática, pela dificuldade que Mara tem, pela necessidade de adaptação que o professor necessita, pela necessidade de uma atenção completa, e pela própria falta de experiência por parte dos professores em trabalhar com alunos cegos, é preciso negociar o que é ‘menos ruim’, o que é preciso perder, porque se a gente for garantir essa parte da interação social com a turma, Mara perde informação, e acabam acontecendo, sendo produzidas posturas discriminatórias também. A turma não é muito solidária.”.

“Por exemplo, nós temos uma aluna no curso de História com uma autonomia fantástica, e o curso de História é altamente verbal, não é como as ciências exatas, e ainda assim ela se sente meio isolada na turma, ela faz essa queixa, não sei esse ano como está, mas ela tinha essa queixa. Então Mara precisou trabalhar com o mal menor. Ela queria muito terminar o curso, para ela era uma questão de honra. Mas para isso, ela precisaria aprender matemática, e naquela situação de sala de aula ela não estava conseguindo. Agora você pode questionar: não poderia ter um outro momento de interação? Poderia. Mas isso faz parte de um outro lado do curso, essa parte social afetiva que o próprio grupo mantém, onde eu acho que há características de um curso de exatas que talvez seja mais difícil manter isso, a pessoa que procura a Matemática, a Física, geralmente é mais introvertida. Na Psicologia eles sempre estão fazendo festas, bazares, saraus. Aliás, brinco com meus alunos que tem mais festa do que trabalho. Então acho que houve sim uma perda, mas acredito que foi um mal menor.”.

## 22

Introduzirei agora, de maneira rápida e sucinta, três conceitos, pela perspectiva da Educação Matemática: equidade, diversidade e justiça social, de forma que este breve apanhado possa dialogar com o restante da dissertação, onde se discute Educação Matemática Inclusiva, e onde tais termos ocorrerem, peço que se lembrem desta curta explanação.

Confesso que em um primeiro momento, as leituras que fiz onde aparecia o conceito de *social justice*, justiça social, me fizeram crer que todos os autores remetiam a uma mesma ideia, ou seja, lutar por direitos iguais para todos. Atweh (2007) discute o conceito acima citado em seu artigo, as diferenças entre correntes, e os dilemas sob os quais foi construído. Ele diz que, ao menos no contexto da Educação Matemática, há uma diferença entre o conceito de justiça social utilizado nos Estados Unidos e na Europa. Nos EUA, justiça social é frequentemente associada com equidade e diversidade, e neste contexto, segundo análise feita por Atweh, equidade seria uma forma de medir se a justiça social está sendo realizada, onde a equidade seria “as equal opportunity, as equal treatment and as equal outcome” (HARTMAN, 2003 *apud* ATWEH, 2007, p.2). Por outro lado, Atweh diz que Burton, do Reino Unido, entende que o conceito de justiça social já inclui o conceito de equidade, não sendo necessário que este último seja um adendo ao primeiro. Portanto, complementa Atweh, a equidade tem sido criticada pela literatura por sua normatização das práticas inclusivas, além disso, por construir o indivíduo como um membro de um único grupo social, e que deseja equidade. Isso é algo problemático “[...] equity measures tend to deal with a single recipient of the benefits and not as a member of a social group that is systematically excluded.” (ATWEH, 2007, p.2).

Outro termo com sua origem na literatura dos EUA, continua Atweh em sua análise, é o conceito de diversidade, que diferentemente do conceito de equidade, que no início se referia a preocupações com relação ao gênero sexual, aquele se referia a uma diversidade cultural e linguística. Plummer, citado por Atweh no mesmo artigo, apresenta um panorama que chamou de “big 8 dimensions of diversity” (ATWEH, 2007, p.2) que seriam, raça, gênero, etnia/nacionalidade, função organizacional, idade, orientação sexual, habilidades físicas/mentais e religião. Dessa forma, a justiça social seria um gerenciamento da diversidade.

Com isso, Atweh (2007) conclui que o discurso da diversidade poderia tornar as diferenças entre esses diferentes grupos como sendo essenciais, ao não considerar mudanças nas construções de tais rótulos no tempo e no espaço.

Similarly, the diversity discourse fails to adequately take into consideration one of the biggest threats to social inequality and exclusion in mathematics education, namely socio-economic background and poverty that are difficult to construct as diversity issues in the same way as cultural differences. (ATWEH, 2007, p. 3)

Isso mostraria, no mínimo, uma contraditória relação entre dois conceitos que caminham juntos dentro de outro conceito, o da justiça social. Por um lado, o projeto de equidade poderia criar o rótulo de que certos grupos são vítimas ou que precisam de assistência especial sempre, enquanto a diversidade promoveria o status do mesmo grupo. Já o discurso da diversidade, por outro lado, almejando fortalecer grupos, estaria vulnerável a diferenças românticas entre grupos, tratando-os como exóticos, enquanto a equidade destaca sua exclusão e sua desvantagem com relação aos outros grupos dominantes, travando assim, uma boa luta política pelos direitos negados. Considerando isso, no restante dessa dissertação quando tais conceitos surgirem, gostaria que o leitor se remetesse aos conceitos aqui apresentados.

## 23

Sônia, colega de Mara, disse tê-la conhecido na disciplina de Álgebra Linear, a mesma em que o Professor Marcos foi o professor “Eu cheguei na sala de aula, com o Professor Marcos, e então Mara entrou na sala, e eu não sabia quem era, pois eu havia acabado de entrar na curso, não sabia nada sobre. Então alguém, não me lembro quem, algum aluno, pegou uma cadeira e colocou na frente para que Mara se sentasse. Eu fiquei surpresa, pois eu já estava vendo que o curso de Matemática não era tão fácil, aí fiquei um pouco assim: nossa, ela é cega, como ela deve, só escutando, aprender? Pois eu tenho dificuldades em apenas escutando interpretar, entender, imagine se fosse com a matemática! Cheguei a comentar com minha mãe que eu tinha uma colega de sala cega, fiquei bastante surpresa realmente.”.

“Depois fiz várias disciplinas com ela, quatro ou cinco. Ela sempre chegava na sala, e alguém puxava uma cadeira para ela se sentar na frente, para ela poder ouvir melhor, ficar mais próxima do professor, e nada mais mudava, o professor continuava na velocidade dele mesmo, não mudava. Mara ficava quietinha no canto como se ela não estivesse ali, e os alunos conversando do mesmo jeito, não ficavam em silêncio para ajudá-la a escutar, não mudava nada. A única coisa que tinha de diferente era que alguém sempre se propunha a colocar a cadeira lá na frente para ela se sentar, agora os professores não mudavam, continuavam do mesmo jeito. Até mesmo o Professor Marcos na época, porque ele sempre foi um professor mais flexível perto dos outros, não sabia como mudar a postura dando aula para todo mundo e a Mara, mas a única diferença que eu via era que Mara fazia algumas perguntas para o Marcos, e para outros professores eu nunca vi ela fazendo perguntas.”.

“Se eu fosse professora, e houvesse na classe, em um grupo todo, um aluno cego no meio, eu acho que precisaria de alguma ajuda, principalmente se eu não tivesse contato com pessoas que pesquisam em Educação Matemática Inclusiva. Eu acho que preferiria, literalmente, dar aula separadamente para ela. Mas penso também que poderia até colocá-la em sala de aula regular, ter aquele momento de estar assistindo a aula com todos, mas ter também um momento separado com o professor da disciplina. Mas isso é muito difícil para o professor, abrir esse horário a mais. Até poderia ser no horário normal de atendimento do professor a todos, mas nesse caso atrapalharia os que fossem lá tirar dúvidas também. Na época em que eu estava na Universidade eu nunca ouvi falar do Centro, só depois que eu já havia saído eu soube de sua existência.”.

**24**

Ouvi depoimentos de vários professores, colegas e funcionários da Universidade sobre práticas pedagógicas empregadas para o ensino de Mara, e também com relação ao surgimento e a influência do Centro na Faculdade de Matemática. Trago agora a fala de Mara, sua visão particular sobre o mesmo tema, seus sentimentos sobre o que ocorreu. “No setor de matrículas, no atendimento ao aluno, trabalhava a Laís. Após dois anos, aproximadamente, passados desde que voltei ao curso de Matemática, Laís despertou aquele interesse, minha situação despertou nela certo interesse em fazer alguma coisa pela pessoa com deficiência, e o fato de ela ter um sobrinho surdo a estimulou ainda mais, motivando-a a fazer alguma coisa para receber a pessoa com deficiência na Universidade. Então ela, juntamente com outras pessoas, fez alguma coisa no sentido de fundar o Centro como um setor de existência própria dentro da Universidade, e houve a inauguração do Centro, e Laís passou do atendimento ao aluno para ser a secretária do Centro. Portanto, por volta de dois anos após a minha volta à Universidade, inaugurou-se o Centro, onde se pesquisa o ensino para pessoas com deficiência, e também existe o atendimento aos alunos com deficiência na Universidade, e também se atende alguns estudantes da comunidade.”.

“Os integrantes do Centro e os professores da Faculdade de Matemática se conheceram, e logo começaram a trabalhar juntos. Não houve, exceto pela experiência, pela prática, uma capacitação de professores para trabalhar com alunos com deficiência. A pessoa que entra na Universidade não tem, até hoje, o atendimento necessário para que ela permaneça. Há sempre aquele atendimento, a parte, que sempre deixa a desejar. Laís é a principal pessoa do Centro, e a segunda, a Professora Rosana, e em terceiro lugar estão os usuários, as pessoas que mais precisam do Centro funcionando bem. Por exemplo, a Professora Jéssica, o contato dela com a pessoa com deficiência fica mais na parte mental, que é diferente da pessoa que tem a deficiência auditiva, física, física no sentido de membros, alguma ausência de membros, ou motora. Porque a deficiência trabalhada por ela é mais a mental, então ela se dedica mais a esta parcela específica, onde se concentram suas pesquisas também.”.

“No sentido de cobrança, não houve nenhuma por parte do Centro, porque a procura ao curso de Matemática foi feita pela Laís, e ela, por ser uma funcionária da Universidade, por ser uma técnica administrativa, buscou mais que eu me adaptasse ao curso, adaptar a pessoa à

Instituição, e não adaptar a Instituição à pessoa, então ela tem essa postura conciliatória, e por isso penso que não foi feita cobrança nenhuma no sentido de que a Faculdade de Matemática oferecesse recursos para que eu estudasse, não foi perguntado nada, não foi feito nada nesse sentido.”.

“Por exemplo, na primeira reunião que houve na Faculdade de Matemática, Láís se adequou aos professores que estavam presentes nessa reunião. Eu não sei se ela participou, ou se foi só a Professora Jéssica, mas ela ajudou a organizar a reunião. O certo seria eu ter gravado essa primeira reunião, porque o que eu me lembro, muito bem, ah isso eu não me esqueço, principalmente pelo que ela falou, é da presença de duas pessoas em específico, mas que prefiro não dizer os seus nomes, mas foram as pessoas que disseram que eu era teimosa por querer continuar no curso, que eu deveria aceitar a proposta e mudar de curso, que eu era uma burra velha e teimosa, disse eu não vou esquecer nunca.”.

Quando perguntada sobre o que mudou na Faculdade de Matemática no decorrer do processo, Mara responde “Nada. Para ser bem sincera mesmo, nada. Se nada for uma palavra muito forte, vamos dizer assim que uns 10% mudaram ao meu favor. Respeitar eu acho que não, mas acatavam as decisões da Pró-reitoria de Graduação, então eles, da Faculdade de Matemática, iam disfarçando.”.

Para Mara, a metodologia “menos inadequada” foi a de atendimento individual. Entretanto, ela salienta que a sala do professor não era uma sala adequada de aula para ela “não é uma sala de aula, aquilo ali não é um lugar adequado para que eu estude, mas continua assim até hoje, até hoje não mudou nada, não temos salas adaptadas para esse fim, para um atendimento da pessoa com deficiência, até hoje não tem, não se investiu nessa parte, é outra forma de percebermos que o curso não quer a pessoa com deficiência. Aliás, o curso não, os administradores do curso, que até hoje não fizeram a sala adaptada, nada nesse sentido, nem capacitação de professores tem.”.

Sobre o braille, Mara mostrou-se pessimista, devido à suposta dificuldade de se aplicá-lo à matemática “Bom, houve uma tentativa, por parte do Professor Josias, uma pequena apostila em braille com alguns símbolos de Cálculo, derivada, integral, limite, mas muito pouco, umas três folhas apenas, e uma tabela, muito pouco trabalhada no sentido adaptativo, então foi muito pouco investido em braille. Eu penso que é preciso conversar muito sobre isso, muito diálogo, experiência, muita pesquisa, porque o caso de não vidência, o caso de cegueira, o mais adequado, o mais prático, é o contato verbal com os conteúdos em minha opinião, com o estudo da matemática. O raciocínio é o principal. Ouvir e falar, falar e ouvir, parece ser o que leva a pessoa a não ter a necessidade de registrar as coisas, principalmente a

usar melhor a mente, a usar melhor a capacidade racional, a pensar mais. Parece que vem dessa forma de memorização, memorização matemática, essa forma de raciocínio lógico principalmente partindo do raciocínio matemático.”

“Já, já usei computador sim. Foi, ah, foi engraçado, foi engraçado e um pouco decepcionante, porque o investimento no sentido adaptativo é muito pequeno, pois o mundo, o mundo de pessoas sem deficiências, para o mercado é mais interessante, para o sistema ele é mais interessante, ou seja, o sistema, de humanidade não tem nada, o sistema não busca inclusão, ele busca exclusão, o mercado busca exclusão, excluir a pessoa que apresenta alguma deficiência, seja mental, seja física, seja visual, seja auditiva, seja, qualquer a deficiência, o mercado busca excluir essa pessoa, então, a base do mercado hoje em dia é a máquina, e a pessoa que tem deficiência está muito pouco recebida pela máquina, então não temos muitos investimentos na área adaptativa, vamos dizer assim.”

“Portanto, não me ajudou muito o computador, mas eu vi algumas possibilidades, o pouco que se investiu em programas, softwares adaptados, por exemplo, o DOSVOX, desenvolvido na UFRJ, esse software que lê tudo o que há no computador para a pessoa cega poder interagir. Há ainda integrado a ele a calculadora vocal, que é muito fraca em relação à calculadora convencional para a pessoa vidente. Sobre essa calculadora vocal, eu tenho dúvidas até hoje, que ninguém soube me responder, que é sobre a inexistência de teclas que seriam interessantes. Nunca vi, aliás, uma calculadora vocal científica, por exemplo, somente a mais simples, com as operações básicas.”

“E há outro aspecto: a questão da facilitação. A calculadora, por ser uma máquina, ela vem facilitando, e aquilo acaba nos projetando a ideia de facilitação. Então, se vemos uma calculadora no programa DOSVOX, a gente já quer ver uma calculadora que faça as coisas por nós, o que vai contra a nossa capacidade de raciocínio, de memorização. Então, inventaram a calculadora para que parássemos de pensar um pouco. E nestes programas um pouco adaptados, no sentido da pessoa com deficiência visual, por exemplo, investe-se pouco, e isso é bom ou isso é ruim? Eu não sei. Há também o teclado falado; você aperta uma tecla e é falado aquilo que você teclou, aquilo que você digitou, aquilo que você escreveu, aquela letra. Então há várias coisas que ajudam no DOSVOX, mas ainda é preciso investir muito nesses programas adaptados, por exemplo, no sintetizador de voz, o DOSVOX é um deles, o *VirtualVision* também, dentre outros, só que fica essa coisa remetida à máquina.”

“O braille é pouco trabalhado aqui na Universidade. O Centro trabalha com pouco braille. A busca, a procura, ela não é muito grande, talvez isso também interfira. A sobrecarga do próprio Centro também, isso interfere muito no andamento de cursos oferecidos pela

Instituição, como o curso de LIBRAS, por exemplo, para as pessoas surdas, para as pessoas que trabalham com a surdez. Os cursos de braille não são apenas para pessoas com deficiência visual, ou seja, aquele curso, aquela utilidade, ela é para todos.”.

“A pessoa começa a pensar que o trabalho é só aquilo que vai ao encontro dela. Não. O trabalho tem que ser visto como algo que vai ao encontro de todos, a ocupação é o termo mais correto, e não estar trabalhando para ganharmos dinheiro apenas, o negócio é estarmos ocupados, porque, se eu estou ocupado ensinando LIBRAS a uma criança, eu faço a utilização de um intérprete, eu digo as coisas para a criança e a pessoa intérprete vai passando para a criança que é surda. Isso acontece em relação ao braille também. Se eu ensino braille para uma criança, eu preciso de um intérprete, para pegar alguma coisa que está escrito convencionalmente, escrito em tinta, escrito a lápis, escrito a caneta, escrito a máquina, e vai passando para mim para eu ensinar à criança, ou eu posso pegar do braille, ler, e passar para a criança aquela coisa, ou seja, um professor, uma pessoa educadora que não tenha a necessidade de intérpretes, entendeu? Isso que eu acho que seja o mais correto. O intérprete é sempre importante para o trabalho com a educação, principalmente de crianças, mas um professor que não precisasse de intérprete, seria melhor.”.

“No caso do braille, precisa ser mais conversado, mais trabalhado, para motivar, estimular a linguagem braille, pois ela sendo universal, não exclui as pessoas videntes do trabalho com o braille, porque a pessoa pode trabalhar com o braille se ela estiver visando o trabalho com a inclusão. A exclusão não instrumentaliza as pessoas, conseqüentemente essas pessoas, cegas e videntes, buscam aquilo que não as fazem necessitar do braille, isso eu acho que acontece muito na Matemática.”.

O braille matemático, vamos dizer assim, que ele esteja um pouco além, um pouco além da minha capacidade. Eu por exemplo conheço, aprendi pouco braille, então, eu leio braille, mas, a prática do braille ela deve ser feita por um maior número de pessoas. Se você não tem o contato com o braille é porque você tem mais contato com pessoas que não utilizam o braille, que não praticam o braille, então pelo fato de eu estar em contato com pessoas videntes, o contato com o braille é sempre desestimulado, pois a Instituição, a Universidade não trabalha com o braille, e eu vou ficando meio que marginalizada ao braille, em relação ao braille. Sim, eu acho importante aprendê-lo, necessário sim, com certeza. Mas como o braille é pouco trabalhado aqui, e além disso, para o meu caso, outras práticas estão sendo melhores que o braille, como o uso do áudio, digamos que não seja a primeira necessidade aprender essa linguagem, principalmente para mim, que tenho a memória visual, o braille matemático torna-se menos urgente.

A disciplina Funções com Variáveis Complexas eu fiz com o Professor Jairo, e o monitor era o Bento. O Jairo foi bastante amigo, compreensivo, ele estava sendo bastante amigável em relação à disposição de instrumentos que facilitavam um pouco esse contato com a disciplina. Ele gravava as aulas, e também o trabalho de monitoria do Bento, sou muito grato, pois poucas pessoas têm essa boa vontade para gravar em casa essas coisas para a gente, e também fora da monitoria ele fez isso, desde que o conheci sempre me deu muita força. Eu tive prova com o Jairo, e essa prova foi muito pouco semelhante às provas com outros professores que trabalharam da mesma forma, com aulas individuais. A disciplina exigia bastante trabalho monitorizado, a gente fazia bastante leitura, necessárias mesmo na disciplina, e as necessidades institucionais, elas sempre existiram, até nas disciplinas que foram menos ruins, houve falta de adaptação institucional da Faculdade de Matemática, mas está sendo um processo de construção lento, da percepção da necessidade adaptativa, da necessidade de recursos para a matemática.”.

## 25

Penso que somente o saber escolar não é suficiente para que uma pessoa tenha mais sucesso em qualquer vertente de sua vida, seja profissional, política ou emocional. Este saber deve vir acompanhado de algo mais, algo como o *empowerment*, ou seja, dar poder ao indivíduo, ou a um grupo, seja como uma ferramenta em si, ou como um facilitador desse ganho de poder (ERNEST, 2002). Isso sim poderia criar condições para que uma pessoa tenha mais sucesso em sua vida. Este é o mesmo conceito de Freire (1986), onde ele diz que este empoderamento não é no sentido individualista, onde uma pessoa recebe de outra algum tipo de favorecimento, seja por mérito ou não. É sim no sentido de acionar a potencialidade criativa da pessoa, intensificando capacidades individuais, com o intuito de, através de ações transformadoras possibilitadas pelo empoderamento alcançado, ações estas que todos somos aptos a executar, transformar, mudar a sociedade em que vivemos pensando em um bem comum. Mas o saber escolar, especificamente a matemática escolar, é apenas um dos três domínios do *empowerment* proposto por Paul Ernest, quais sejam, o saber escolar, o social e o epistemológico.

O saber matemático escolar tem duas perspectivas complementares segundo Ernest (2002), a cognitiva e a semiótica. A perspectiva cognitiva diz respeito à aquisição das habilidades demandadas pela técnica matemática, como o entendimento de suas estruturas e estratégias para a resolução de problemas “the successfully empowered learner should demonstrate an appropriate range of mathematical capabilities such as performing algorithms and procedures, computing solutions to exercises, solving problems, and so on.” (ERNEST, 2002, p.2). Já a perspectiva semiótica trata do desenvolvimento do poder sobre os signos matemáticos, como diz Paul Ernest, que são os textos matemáticos dentro do seu contexto social. Adentrando nessa perspectiva, ela incluiria a habilidade de ler textos matemáticos, compreendendo seus propósitos e objetivos, dentro de vários contextos, de forma mais acentuada, no contexto escolar, e ainda, transformar estes textos apresentados como lições, como tarefas, em representações mais amigáveis, aplicando transformações textuais e simbólicas. Essas habilidades seriam mais no sentido de entender e resolver problemas matemáticos. Há também a habilidade de propor, levantar problemas matemáticos, escrevê-los, e ainda, conseguir ler textos matemáticos criticamente, ler uma demonstração e enxergar suas consequências, sempre respeitando as normas vigentes sobre o contexto social.

From a cognitive perspectives the focus is on what goes on in the mind of the individual, with external behaviors as secondary manifestations. From a semiotic perspective the external representations and texts and their social functions and earnings come first, with the individual learner's sense-making, interpretations and symbolic responses acquired from and developed through participation in the social and cultural context in which texts and tasks are always embedded. (ERNEST, 2002, p.3)

Nessas duas perspectivas, cognitiva e semiótica, o *empowerment* matemático consiste no poder sobre a linguagem, os símbolos, conhecimentos e habilidades matemáticas, e à aptidão de aplicar tais capacidades ao contexto escolar, e também, em menor medida, fora desse contexto.

Restam ainda os domínios, social e epistemológico. Para alcançar o social, o cidadão precisaria, após ter o domínio técnico da matemática, saber como usá-la criticamente, fortalecendo sua vida e a sua comunidade. Sem utopias. Daí um dos motivos pelo qual a matemática deve ser crítica, uma educação matemática crítica gera então, *empowerment* social. Mas não é tão simples. De forma conservadora e utilitária, o conhecimento matemático poderia dar ao cidadão o poder de fortalecer suas chances na vida, seja no mercado de trabalho ou em aspectos sociais, e para isso são necessárias certificações legitimadas para que os portões da vida social sejam abertos, onde os *'gatekeepers'* são as pessoas com este poder de certificação, e utilizam o saber matemático como um filtro para selecionar pessoas que ocuparão cargos de destaque na sociedade, e embora tais reflexos apareçam principalmente nos cargos científicos, se estendem muito além, e isso tem importantes implicações para a *equidade* (ERNEST, 2002). Esse autor vai mais à direção da inequidade entre homens e mulheres no texto que ora me refiro. Ainda dentro do domínio social do *empowerment* matemático, há a questão que agora retomo, de se construir cidadãos matematicamente críticos, ou seja, pessoas matematicamente alfabetizadas, capazes de exercer críticas independentes com o apoio do conhecimento matemático de que dispõe, analisando e refletindo sobre o uso da matemática da mídia de massa, no mercado, política, propaganda, etc. (ERNEST, 2002).

O terceiro domínio deste *empowerment* que venho apresentando, é o epistemológico. Aqui se trata de um crescimento pessoal, um aumento na confiança de se usar a matemática, e não apenas isso “but also a personal sense of power over the creation and validation of knowledge.” (ERNEST, 2002, p.9). É outro nível de *empowerment*, pessoal, onde o indivíduo não mais crê que o conhecimento é sempre e totalmente construído fora dele, exclusivamente

por autoridades externas, aqui ele se sente parte do processo de construção desse conhecimento, fortalecendo-se como cidadão e como profissional.

Um trabalho que traz uma discussão semelhante, mas pela ótica de Skovsmose (2006), é a dissertação de mestrado de Biotto (2008), onde ele busca o conceito de *matemacia*, cunhado por Ole Skovsmose, como sendo um conjunto de competências divididas entre as dimensões técnica e sociopolítica, que possibilitariam, analogamente ao que faz Ernest em sua fala, um empoderamento do indivíduo, que por sua vez, também se remete à ideia de Paulo Freire.

Parte deste empoderamento discutido por Ernest pela perspectiva freireana é contemplado, ou pelo menos faz parte do discurso e do currículo escolar. O aspecto cognitivo, e o técnico, estes são minimamente apreciados. O restante está longe de ser instituído, oferecido para todos. Já para as pessoas com alguma deficiência, esse empoderamento não ocorre sequer no aspecto cognitivo, por isso tem um caráter de urgência, para que essas pessoas, extremamente excluídas, tornem-se apenas tão excluídas quanto todas as outras, e então tenham os mesmos objetivos de luta e de demanda. Talvez seja reducionista dizer que todos terão os mesmos objetivos, mas o que quero mostrar com essa colocação é que, fazendo uma analogia, uma pessoa que tem fome, não pode discutir sobre a qualidade da comida que lhe é oferecida.

Continuando. Pensemos a questão das pessoas com deficiência como uma classe que urge por um empoderamento. Penso ser uma violência colocar as pessoas com deficiência como sendo uma classe, pois, o que uma pessoa cega tem em comum com uma pessoa tetraplégica, nesse contexto, é apenas a falta de algo, e não suas possibilidades “Não dá para saber quando paraplégicos, tetraplégicos, surdos, cegos e pessoas com deficiência mental passaram a ser colocados na mesma categoria” (RIBAS, 2007, p.12), mas o fato é que o fazemos. Colocamos como iguais indivíduos idiossincráticos, baseados em um único critério: a falta. Provavelmente, problematiza Ribas (2007), isso se deve às instituições que surgiram no final do século XIX, que confinavam as pessoas com alguma deficiência em espaços comuns. Isso ainda ocorre. Em alguns lugares ainda se confinam pessoas por se pensar que não têm capacidade de viver em sociedade. O mesmo autor que agora conversei, traz também algo que poderíamos chamar de a legitimação internacional da classificação das pessoas com deficiências como um grupo homogêneo, quase um proselitismo de tal ideia, que foi a *Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes*, aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em 1975, cujo artigo I se segue:

O termo pessoas deficientes refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida social normal, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais. (ONU, 1975)

Isso conota a ideia de falta de poder que se construiu com relação a este “grupo” de pessoas com deficiência, e por isso defendo que o *empowerment* é um importante conceito, em específico no caso da Matemática, pois como discutido até aqui, essa tem um importante papel para a busca de uma *equidade* social.

Continuando, Ribas esclarece que a ONU, em 1981, revê este conceito, e tenta observar que as pessoas com deficiência não formam um bloco monofônico, começando a reconhecer que, pelo contrário, há *diversidade*. E ao final da década de 1990 a Organização Mundial de Saúde lança sua classificação oficial, *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*, com o intuito de garantir o reconhecimento a tal *diversidade* (RIBAS, 2007).

A discussão sobre os termos foi sempre muito evidente. Até que ponto tais discussões são produtivas? Penso que sim, são importantes, quando a mudança de um conceito afeta comportamentos, políticas públicas principalmente. Se, ao deixarmos de enxergar as pessoas com deficiência como sendo um grupo homogêneo, começarmos com isso a tratá-las da forma como têm direito, então, a discussão terá sido realmente produtiva. No entanto, se eu apenas aplico a mudança conceitual em discursos imateriais, que é como eu chamo discursos que não resultam em, ou que não são em si, ações transformadoras, no sentido freireano, neste caso, atendo-me à crítica de que estas seriam então, discussões inúteis. Lembrando que a palavra age sim, a palavra transforma, portanto, discutir termos, usos da palavra, não são atividades passivas, pelo contrário, mas minha crítica é quanto a usar a palavra para fazer parecer ser, um desenxabido parecer estar agindo.

Ribas continua sua explanação sobre a trajetória dos termos adotados no tratamento do que hoje são chamadas pessoas com deficiência. Ele conta que ainda na década de 1990, a ONU recomendou que a expressão pessoas deficientes fosse abandonada, alterando-se para pessoas portadoras de deficiência, que foi a expressão vigente até o final da década, quando então foi substituída por pessoas com deficiência. Nessa época, segundo Ribas, começou-se a observar o uso da palavra d/eficientes, dando a conotação de que pessoas com deficiência poderiam sim, ser eficientes.

O mesmo autor relata que também na década de 1990 surgiu uma outra expressão, portadores de necessidade especiais, a qual englobaria em seu rótulo, por sua extrema

amplitude, doentes, idosos, viciados, adolescentes grávidas, mendigos, menores abandonados, “carentes de toda ordem e excluídos de toda sorte” (RIBAS, 2007, p.14). Novamente, pessoas com alguma *falta* são colocadas em um mesmo grupo, por isso houve resistência em usá-la, inclusive por João Ribas.

De forma muito coerente e interessante, Ribas afirma ainda que tais rótulos prevaleceram em parte devido às próprias pessoas classificadas como pessoas com deficiência “utilizamo-nos por muito tempo dessa rubrica porque achávamos que ela nos ajudaria a alcançar posições sociais nunca antes alcançadas” (RIBAS, 2007, p. 15), eles acreditavam que era preciso se juntar em um único grupo, para mostrar que eram capazes, competentes, aptos e diferentes. Daí surge uma incoerência necessária para aquele momento histórico: a exigência de serem tratados antes como indivíduos, e não como deficientes, mas para essa conquista, fazia-se necessário a utilização da bandeira das pessoas com deficiência, unidas.

É fato que a semelhança é de importância fundamental para a humanidade, a partir dela se construiu todo um aparato de reprodutibilidade, o que permite a sobrevivência da cultura no tempo e no espaço. Para Benjamin (2008), a natureza produz semelhanças, mas é o homem que tem a capacidade suprema de engendrará-las, e talvez não haja sequer um aspecto humano que não tenha sido baseado na questão mimética. Mas então, como conseguir enxergar as pessoas com deficiência como iguais às pessoas sem deficiência? A política do semelhante deve dar lugar à política da diferença? Não enxergaremos ninguém como *um igual*, pois ninguém o é de fato. Mas assumir que o outro é diferente, de certa forma, é negar uma visão divina predominante no ocidente de que somos todos "imagem e semelhança" de um ser superior, em função da ideia de que somos todos diferentes, e assim devemos existir.

Mais delicado ainda. Penso que não precisamos também, nem devemos, respeitar a todos. Pois como poderia uma pessoa com uma educação ocidental, dotada de inteligência e emoções, respeitar um seu "semelhante", agora “diferente”, que acredita que a pena de morte para as mulheres adúlteras é o único modo de se manter uma civilidade, se este seu “diferente”, antes “semelhante”, tenta aplicar tal entendimento em sua comunidade? E ao contrário, como pode uma comunidade onde todos acreditam que o corpo, principalmente o corpo feminino, não deve ser exposto de forma vulgar, pois isso acarretaria em uma distorção da moral culminando com o fim daquela comunidade, respeitar e compreender a indústria pornográfica, caso esta tente se instalar em sua cultura? Sim, somos todos diferentes, e talvez a melhor forma de conviver seja administrando nossos preconceitos, gerenciando tais diferenças, por mais que isso possa parecer maquiavélico.

Justiça social. Não é possível viver sem tomar uma posição com relação ao discurso de respeito total ao outro, ser totalmente indiferente em relação ao que o outro faz é humanamente impossível, exceto em casos de psicopatia talvez. Há algumas coisas em que acredito, e outras, mesmo não acreditando convivo em paz, mas o limite é quando algo totalmente oposto ao que luto começa a ocorrer em minha comunidade, ameaçando meu ideal de mundo justo. Nesse caso, preciso responder ou me esconder, não acredito na imparcialidade. Eu não fico imparcial diante de preconceitos raciais dentro da minha comunidade, principalmente aqueles que tentam racionalizar tal preconceito, pois os passionais são ainda compreensíveis, mas os racionais são de uma violência incrível, pois se lança mão do conhecimento da humanidade, o qual as pessoas subjugadas também contribuíram para a sua construção – *empowerment* – com a intenção de se justificar que essas mesmas pessoas são menos capazes, pelo simples fato de terem a cor da pele diferente por exemplo.

Portanto, não posso respeitar qualquer preconceito quanto a qualquer diferença física, como por exemplo, as que chamamos de deficiências. Essa é minha posição com relação ao discurso de respeito à diferença, que acredito ser fundamental para se discutir a educação inclusiva. E entendo que este meu discurso é de uma ambiguidade necessária, assim como mostrei anteriormente, a ambiguidade existente, e penso que necessária, entre os conceitos de equidade e diversidade dentro da ideia de justiça social.

## 26

Foi bastante recorrente o discurso de surpresa por parte dos entrevistados quando se deparavam com habilidades apresentadas por Mara, as quais não se espera que uma pessoa cega tenha. E em contrapartida, falas onde são afirmados limites intransponíveis por um deficiente visual. Neste recorte, trago dizeres que me remeteram a essa impressão, aleatórios, sem uma conexão textual direta, cuja ligação se dá apenas pelo fato de estarem inseridos em uma das categorias presentes em meu roteiro de entrevista: *sobre as possibilidades*.

“Outro episódio de que me lembro, foi de algumas vezes em que eu estudei com ela na biblioteca. Eu ficava espantado com o modo como ela estudava. Alguém lia o enunciado do problema, e Mara resolvia de cabeça, até integrais triplas, equações diferenciais, tudo mentalmente, e te dava o resultado que às vezes eu levava uma ou duas horas escrevendo para resolver.”.

“Sobre o argumento de que uma pessoa com deficiência visual teria menos condições de aprender matemática, eu ouvi muitos professores da Faculdade de Matemática afirmando isso, e penso que advenha de um receio por parte deles de não conseguirem ensinar um aluno com essa necessidade especial, e me parece que falta a eles também conhecimentos da área de História da Matemática, pois esta nos conta que já houve vários casos de sucesso de matemáticos cegos.”.

“A limitação de Mara, na verdade, é que ela não consegue ver, apenas isso. Ela não consegue ver um gráfico, uma expressão, uma fórmula. Mas consegue entender, basta que a linguagem seja adaptada. Há pouco material em braille para matemática mais avançada, em audio também não conheço nada, o que sempre fez com que Mara precisasse de alguma pessoa para ler o material regular para ela.”.

“Agora, o que eu vejo de Mara, é que abstração matemática ela tem bastante, inclusive nas disciplinas onde o pessoal tem mais dificuldade ela consegue se sair bem, mas ela é parada na barreira do visual, do material não adaptado, e da falta de compreensão por parte de muitos professores e de abertura para discutir outros métodos de ensino e avaliação.”.

“Uma preocupação muito grande que a Universidade tem é que a Mara vai sair daqui com um diploma, mas ela não será uma profissional, porque ela não quer exercer a profissão dela, ela não exerce, nunca quis participar de um projeto científico, nunca quis exercer a profissão dela. Às vezes ela se mete em trabalhos voluntários dando aulas de português,

porque que ela não vai dar aulas de matemática, para poder exercitar? Não é? É uma preocupação, os professores pensam, ‘ela vai sair da Universidade com um diploma, onde vai estar escrito que é licenciada, mas ela não está preparada para o mercado de trabalho, pois ela vai exercer a profissão como? Como é que ela vai para uma sala de aula, o que ela vai fazer, não é mesmo?’”.

“Sempre ouvi que ela nunca quis trabalhar isso nela, olhar o interior, ‘o que eu posso, o que eu quero’. Acho que na verdade, ela não sabe o que quer, então, me disseram que uma vez tentaram ajudar, a encaminhando para uma psicóloga, assim que perdeu a visão. Foi oferecida a oportunidade de se fazer uma terapia, mas parece que ela saiu por aí falando que a Universidade estava a chamando de louca. Ela não compreendia, e rejeitou essa ajuda.”.

“Preocupa-me muito um aspecto, e acho que preocupa a todos da Universidade. Quando Mara se formar, o que ela irá fazer? Alguns pensam, algo triste de se falar, que ela nunca vai se formar. Pessoas. Não interessa quem falou. Mas minha preocupação é em outro sentido, o que a Mara vai fazer quando se formar? Existe espaço para professores cegos no mercado? Falta uma tremenda política de inclusão nesse país, inclusão social. Existem iniciativas locais, do Centro, da Prefeitura, da Universidade, mas não existe uma política de inclusão, de formação de professores, tanto para a Universidade quanto para os níveis básicos.”.

“Sabe-se da história de matemáticos que não eram cegos e a partir de um certo momento perderam a visão, mas que continuaram produzindo matemática, então não é uma coisa impossível. Mas me lembro também que certa vez uma pessoa envolvida com Educação Especial disse que em alguns tipos de deficiência as pessoas têm que saber conviver com ela, aceitar as limitações. Por exemplo, se eu não tenho um braço, mas quero ganhar a medalha de ouro na natação, eu posso até tentar, mas eu não vou estar disputando em igualdade. Então eu acho que a gente precisa aprender a lidar com as nossas limitações. Eu, mesmo não tendo deficiência nenhuma, vejo que em algumas partes da Matemática, que eu até admiro, tenho menos capacidade de produzir do que em outras, e não me sinto pior por causa disso.”.

“Sei lá, é ruim dizer isso, mas se você fosse empresário, dono de um cursinho, de uma escola, ou de uma universidade, será que você contrataria uma professora de matemática cheia de restrições? É ruim falar isso, mas quem pensa do ponto de vista empresarial vai julgar dessa forma. Nesse sentido, foram oferecidas outras oportunidades para ela, mas ela não quis, o que nos entristeceu, porque ela deu uma explicação pouco convincente, disse que por estar próxima do final do curso, ficaria na Matemática mesmo.”.

“Eu acho que agora Mara está em uma fase mais ajustada. Em que sentido? De coisas que ela está tentando fazer, o próprio curso de Matemática está tentando garantir que essa moça saia com o mínimo de competência, mas eu não sei viu, me preocupa muito. Uma das coisas que a gente discutiu muito com a Mara foi sobre o que ela fará depois de se formar, que tipo de emprego irá procurar. Isso continua me preocupando, porque um concurso público, imagina, você enfrentar uma sala de 6ª série, com 40 alunos, sendo cego, com as condições que temos hoje nas escolas? Mesmo que fosse tudo no maior silêncio, a Mara não tem domínio de uma técnica para expor, por exemplo, um conhecimento. Ela vai por isso na lousa? Que *feedback* ela vai ter do que está escrevendo? Nós também temos recursos limitados quando se pensa nessa ação docente. Como cego, dar aula para uma 5ª série? Eu acredito que sim, se houvesse recursos adequados. Que recurso didático, pedagógico ela precisaria? Seria necessário uma organização da sala de aula que vai além da própria condição de professora cega. São salas super populosas, apertadas, com muito ruído. Você chega em uma escola pública, um ruído imenso em volta de uma sala. Como é que uma professora que demanda muito o recurso auditivo vai poder ter uma interação adequada com os alunos? É uma preocupação.”.

“Na verdade, acredito que nós, da Universidade, temos uma dívida com a Mara, porque nós não a atendemos adequadamente, até para esclarecê-la. Eu vejo em todos os cursos alunos que chegam ao final e não têm condições de exercer a profissão, e no entanto as faculdades acabam soltando esses alunos no mercado, porque eles chegaram ao final e fizeram tudo. Acaba-se por comprometer todo um sistema por omissão, por incompetência, e com a Mara a Universidade tem essa dívida, porque era para ela ter sido melhor atendida, alertada, inclusive limitada, pois a Mara tem a falsa ideia de que é capaz de fazer um curso com regularidade, mas ela não é, não é.”.

“Isso que estou falando, vem antes dela ficar cega. Se você entra em um curso de Matemática, e não passa do primeiro período, por dificuldades com os conteúdos, e em seguida acontece algo, e você segue pelo 1º, 2º, 3º, o 5º, e então, no 7º período alguém fala para você que não, que você não tem condições de continuar, a coisa fica complicada. Falando genericamente, penso que as pessoas com deficiência são pessoas extremamente estigmatizadas, segregadas, mal atendidas, aliás, não precisa nem ser deficiente, no Brasil uma pessoa um pouco menos assertiva, já é excluída.”.

“Há um risco. Pois uma coisa é você lutar pelos seus direitos, e outra é você exigir uma proteção, um protecionismo desnecessário, que vai atrapalhar o seu desenvolvimento. Por exemplo, aquele argumento, daquela aluna do curso de Letras, exposto pelo Professor

Marcos. Ela questionava o fato de não ter também aulas individuais. Isso é porque ela não tem essa necessidade, simples. Algumas pessoas usam rampa, porque eu não tenho rampa? Porque você sobe escadas. Mas se no curso de Letras houver necessidade de uma atenção mais individualizada, ela terá esse direito, mas não se pode exigir que seja permitido cursar Letras em 10, 15 anos, como aconteceu com a Mara, isso onera muito a Universidade. E o nível de dificuldade é diferente também, as dificuldades são outras. Então eu acho que há essa hipercorreção: ou eu sou excluído, ou então eu quero uma atenção, uma proteção exacerbada, o que também é ruim. A pessoa tem que ter aquilo que lhe é de direito, ela tem que ser amparada, ajudada, mas não pode ser desqualificada enquanto pessoa. Se você tem condições de andar, então você vai andar. A Mara pode fazer muitas coisas, mas nem tudo o que ela quer fazer ela pode, assim como ninguém pode.”

“Tomara que este estudo que você está fazendo leve-nos a pensar nas questões levantadas, pois eu acho que no caso da Mara nós temos duas questões: uma questão macro que é essa da inclusão, de trazer o outro, da participação, uma coisa que precisa ser discutida. E tem a questão da técnica pedagógica. Uma coisa é eu ser capaz de dar aulas para um aluno cego, outra coisa é eu ser capaz de formar um aluno cego para dar aulas. Não temos tecnologia, penso ser preciso desenvolver essa tecnologia, nós temos alunos de 1ª a 4ª séries que trabalham com matemática fundamental, e seria importante uma professora cega envolvida nesse processo, daria conta muito bem, que é a instância do pedagogo. Agora eu não sei se para um aluno cego, de 5ª a 8ª séries, se um professor cego seria adequado. Eu não sei. Se esse professor fosse de História, de Geografia, a construção do recurso pedagógico poderia ser mais fácil, agora eu não sei, um professor cego, ensinando matemática para um outro aluno cego, com as condições atuais das escolas no Brasil, é mais difícil.”

## 27

Tem-se discutido muito os conceitos de igualdade, alteridade, diferença, e outros concernentes a busca por uma Educação Inclusiva. Pinheiro (2010) diz que há um clamor urgente dentro dessas discussões para que se insira, através do processo de educação, a tolerância na formação dos cidadãos. Como construir essa igualdade almejada, baseado nas diferenças? Para Pinheiro (2010), esta igualdade seria a princípio política e legal, ou seja, os mesmos direitos e deveres deveriam ser garantidos a todos, e mais tarde os mesmos parâmetros poderiam ser adotados na educação. Mas uniformizar as reações de cada um é algo impossível. O ideal *robepierriano* se mantém, mas será necessária a mesma violência daquela revolução para que este seja alcançado? Precisaremos de guilhotinas em praças públicas, para então oferecer um mundo igual para os que não forem enforcados ou decapitados? Como fazer para tolerar, inclusive, o intolerante? Para mim, este é o maior desafio.

Agora, sobre os direitos serem iguais, de um ponto de vista legalista, no Brasil, segundo Ribas, apesar de terem ocorrido avanços com o Decreto nº 5.296, de 2004, este ainda se sustenta no diagnóstico médico, ou seja, apenas na questão biogenética, não leva em conta aspectos sócio-culturais, não relativiza a deficiência, simplesmente rotula, diferentemente do texto da OMS, Organização Mundial de Saúde, a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, que como maior mérito tem o fato de perceber que deficiência é um tema que só pode ser discutido transversalmente, ou seja, precisa levar em conta a situação sócio-econômica da pessoa, seu momento histórico, sua cultura, sexo, idade, e mais. Nosso grupo, Épura, tem estudado a legislação brasileira específica para a Educação Especial, e discutido o tema. Mas o momento agora talvez seja outro, a exequibilidade de tal legislação talvez não tenha sido suficientemente discutida. Reformular algumas leis para que estas reflitam nas políticas públicas é sim importante, mas também é importante discutir a execução da legislação vigente em paralelo.

Igualdade plena não será alcançada, correndo o risco de parecer raso, diria que é quase um pressuposto biológico que onde há uma sociedade, há hierarquias, desde as sociedades mais caóticas, como as humanas, até as mais organizadas, como a das abelhas, mas o ser humano é o único que tem um discurso, um comportamento visando uma igualdade. No caso das sociedades humanas, a igualdade apregoada é a de oportunidades, e não a de sucessos,

aqui se encontra o imbróglio. Em um contexto capitalista, é totalmente aceitável que duas pessoas cujos direitos são estritamente os mesmos, garantidos por um Estado de Direito, ou seja, essa situação jurídica onde todos respondem igualmente perante as normas, desde o indivíduo até o poder público, uma tenha sucesso e a outra fracasse. Diria que isto então é a *justiça social* no ideal capitalista, uma espécie de lei de ação e reação, bastante coerente com o sistema. Mas não é o bastante. Não são necessárias teorias *legitimadoras* para que eu possa dizer, parafraseando o popular A Revolução dos Bichos, de George Orwell, que todos os homens são iguais, mas que alguns são mais iguais que os outros. Com essa curta argumentação, concluo dizendo que, a luta é, também, por tornar os homens mais iguais uns aos outros perante o Estado de Direito, e não simplesmente uns perante os outros, no entanto, a luta é, ainda mais, por tornar os homens mais iguais uns aos outros perante seus sucessos, principalmente. E como se faz isso? Aprendendo com a História. Como as mulheres ganharam o direito ao voto? Como os negros acabaram (!) com a segregação nos EUA e em outros países? Como ocorreu o fim (!) do *apartheid*? Como as pessoas com deficiências conseguiram começar (!) a ser ouvidas? Foram avanços conseguidos com muitas lutas.

Justo. Também sabemos que o mundo não é, e não será justo. O conceito de justiça precisa que a injustiça exista. Penso que o homem precisa da injustiça para que tenha o regozijo de situações justas, ou ao menos para que possa viver em busca de tal ideal. Em um mundo justo, em paz, não faria sentido pesquisas, tampouco a academia. A paz estagna. A guerra pode ser sem violência física, uma guerra de saberes, de poderes políticos, o que não significa que será uma guerra menos injusta, ou menos cruel.

Diante de tudo isso, por que educação para todos? Por que nos preocuparmos com isso? Nossa posição é a de encontrar brechas dentro deste sistema consolidado, cuja mudança é improvável, e se possível, pensamos estar ainda muito longe. Um horizonte que sempre vemos, mas não alcançamos, logo, queremos nos fixar em um ponto deste horizonte, e buscá-lo, tendo este ponto aumentado em nossa visão a cada passo, e em seguida, fixarmos novamente em outro ponto no novo horizonte que se abrirá, e assim, atingindo alguns objetivos isolados, sem a pretensão de mudar todo um sistema antes de aplicar qualquer nova ideia. Como os sonhos possíveis de Freire (1991), onde uma situação limite pode sim ser modificada, diante de atitudes críticas.

Este conceito, sonhos possíveis, faz-me lembrar do artigo de Penteadó & Skovsmose (2009), onde falam sobre como é não realístico que a educação possa resolver todos os problemas, como o problema da pobreza, por exemplo. Ainda assim, por este, a pobreza, ser um desafio a ser superado em busca de uma inclusão social, deve ser discutido no contexto

educacional, lembrando-se sempre que educação, e, por conseguinte, a inclusão, não se tratam de conceitos apenas filosóficos, mas também, são conceitos de ordem extremamente prática. É preciso agir.

Mas como decidir o que fazer? O que é o bem? O que é justo? Platão, Aristóteles e seus seguidores já se embrenharam em tais discussões, e a moda agora é que não existe uma verdade – campo onde Nietzsche, dentre outros, batalha – que não posso dizer o que é o bem, tampouco dizer o que é o bem para o outro, ou seja, generalizá-lo. Digo moda, pois em uma curta viagem no tempo, podemos enxergar como o poder da verdade e da não verdade troca de lugar.

Quando Agostinho (Santo Agostinho) – antes de se tornar católico ele foi um respeitado advogado do Fórum Cartaginês, então parte do império romano – se voltou contra a prática da doutrina do Direito Romano para buscar a verdade, pois havia constatado que em tal prática seus advogados defendiam que a verdade era aquilo que o júri acreditava, e que esta permanecia ao lado do melhor orador, ele foi considerado um revolucionário. Já hoje, quando Nietzsche nos diz que a verdade não existe, que o fato por si só já é uma interpretação, ficamos, em um primeiro momento, estupefatos, e o chamamos de revolucionário também. Mas logo a adolescência passa, e nos habituamos às teorias. Agora, o próximo revolucionário deverá defender *a verdade*? Eu também não acredito em *a verdade*, mas prefiro uma posição agnóstica – analogamente ao sentido em que o biólogo inglês, T. H. Huxley, utilizou o termo agnóstico, formulado em uma reunião da Sociedade Metafísica, em 1876, para definir as pessoas que acreditam que a questão sobre a existência ou não de um poder superior nunca poderia ser resolvida<sup>3</sup>.

Entro neste assunto, pois como escrevi anteriormente, as discussões de termos dentro da Educação Especial são fervorosas, e em alguns casos, improdutivas. A retórica à moda greco-romana ainda é bastante popular. O melhor orador vence. Mas vence o que? Seja para defender a verdade ou a inexistência dela. Por isso defendo as ações de nosso grupo, acompanhadas sim de discussões teóricas sobre termos, conceitos e reflexões sobre tais. Penso que verdades existem, e a ausência delas também. Não há um determinismo. É um paradoxo a ser vivido, e não solucionado. Agnosticismo.

Inclusão, integração, normalização. Pouco importa. Mas é importante. Ao contrário do que dizia o professor de direito de Santo Agostinho, Macrobius, em Cartago, “são só palavras,

---

<sup>3</sup> As bases de tal teoria já haviam sido fundamentadas por Kant e Hume no século anterior, apenas o termo se deve a Huxley.

e não fatos”, mas também, concordando agora com o infame professor, “são fatos, não só palavras”. Ambiguidade necessária. Por isso as ações concomitantes aos estudos teóricos são imprescindíveis, em meu modo de pensar a pesquisa, tal como D’Ambrosio (1997) há muito já defende. Talvez um dia eu perceba que são tais colocações ingênuas, precipitadas, daquelas próprias desse mal que agora sofro e do qual só o tempo poderá me curar; a juventude.

## 28

Tentarei fazer agora um apanhado geral, um resumo das decisões e das ações realizadas pela Universidade, a fim de garantir que Mara tivesse condições de se formar, trazendo detalhes dos desdobramentos que cada decisão acarretou, sempre baseado nos depoimentos que o leitor está tendo a oportunidade de conhecer, e em alguns momentos, através das próprias falas desses entrevistados.

Quando esgotou o prazo normal para a conclusão do curso de Mara, ela entrou com um pedido de dilação de prazo, e foi concedido a ela o período máximo previsto no regimento da Faculdade de Matemática, três anos. E quando ela estava a um ano do final deste prazo, começou a “murmurar por aí”, nas palavras de um entrevistado, “pela Universidade, fazendo movimentos, falando que a Universidade não estava preocupada com sua situação, que ela iria jubilar, perder o curso, e isso sem antes a Universidade ter se posicionado, antes de ir à coordenação, expondo sua preocupação, Mara começou a fazer agitos nos Diretórios Acadêmicos das faculdades, no Diretório Central dos Estudantes da Universidade, até na Escola de Aplicação da Universidade.”.

Ocorreram situações em que pessoas da comunidade, fora da Universidade, cobravam dos funcionários da Universidade uma postura mais justa, por terem ouvido a versão de Mara pelas ruas. Então pessoas iam atrás da Coordenação da Faculdade de Matemática procurar saber sobre a situação de Mara, se isso era verdade “e as pessoas da Universidade sempre comentavam que não, que em nenhum momento havia sido dito que não seria concedido um prazo a mais para que Mara continuasse estudando, até porque, sendo ela uma aluna especial, a legislação a amparava.”. Porém, por ela estar no início do prazo de dilação, isso ainda não havia sido discutido, ela não havia ido à coordenação falar dessa preocupação.

A partir disso, começou-se a discussão. Levou-se esse problema até Direção da Faculdade de Matemática, que por sua vez, levou o assunto até a Diretoria de Ensino. Começou-se então a estudar a situação de Mara, seu histórico foi analisado, e constatou-se que ela estava tendo dificuldades fazendo três, quatro disciplinas por semestre, e não conseguia passar, pela dificuldade do curso mesmo. “Então foi conversado, houve várias reuniões para tentar encontrar alguma alternativa, para depois então chamá-la. Essa opção se deveu ao fato dela ser tão polêmica, estar causando tantos problemas sempre que chegava a uma reunião. Ela sempre teve dificuldades em aceitar opiniões, e às vezes não trazia uma

contraproposta, e isso causava certo transtorno, e as reuniões não rendiam.”. Afirma um dos entrevistados.

Primeiramente sentou-se a coordenação do Centro, a diretora da Faculdade de Matemática, o Coordenador do curso, uma representante da Diretoria de Ensino, alguns professores, e conversaram sobre a situação, sobre as dificuldades que vinham enfrentando. O que eles poderiam fazer? O que a Universidade poderia fazer dentro da legislação, dentro da legalidade? Porque apesar do governo criar as leis para beneficiar, para facilitar para as pessoas com deficiência, as instituições também têm a legislação que as rege, e às vezes as duas não se encaixam. Se você vai fazer uma coisa, fere outra, então por isso é preciso ter muito cuidado, muito critério.

“Então se conseguiu encontrar, depois de muitas pesquisas, a legislação que garantisse adaptações curriculares ou alguma medida especial para algum aluno especial. Então Mara foi a primeira a ser beneficiada com alguma medida especial na Universidade. Tudo dentro da legalidade. Tanto de acordo com a lei superior do país, quanto com a legislação que versa sobre os direitos das pessoas com deficiência. E internamente, a Universidade foi procurando brechas onde caberiam recursos, para poder entrar e encaixar. Tudo foi construído a partir do zero.”

Uma professora da Diretoria de Ensino buscou em outras instituições recursos que os alunos lançavam mão para poder aprender. Então, em um primeiro momento, ficou acertado o seguinte: a melhor maneira para a Mara, para ela ter qualidade em seu aprendizado, tranquilidade para estudar, e para os profissionais poderem ter mais tempo, disponibilidade para atendê-la com qualidade, seria ela fazer uma disciplina por semestre. Até porque Mara estava tendo muitas crises de hipoglicemia, duas, três crises por semana, a situação dela estava delicada.

Depois de tudo isso, de ouvir professores, a Coordenação do curso de Matemática começou a executar o que havia sido decidido. Estendeu-se o prazo dela, para a conclusão do curso, desde que ela fizesse uma disciplina por semestre. Criou-se uma turma no curso estritamente para Mara, então o professor ocuparia a carga horária completa necessária para uma turma regular de uma disciplina do curso, para atender exclusivamente a aluna Mara. Alguns entrevistados afirmam que seria como retirar a vaga de 30 alunos para poder atender apenas uma aluna. Houve uma grande luta para se conseguir isso, pois o gasto da Universidade para que a Faculdade de Matemática tivesse um professor para dar aula para uma única aluna, era imenso, proporcionalmente, e ainda foi designada uma vaga de monitoria, com bolsa para o monitor, exclusivamente para Mara. Essa foi, segundo os

entrevistados, uma das sugestões que surgiram em uma das reuniões. Outras sugestões ninguém se lembrou, ninguém soube falar sobre, mas os representantes da Universidade afirmaram que esta seria a proposta onde eles mais poderiam ajudar Mara.

Após terem construído tal proposta, chamaram Mara para uma reunião, onde também estavam presentes representantes do Centro, a Pró-reitora de Graduação, a Diretora de Ensino, o Coordenador do curso, além da própria Mara, e foi colocado para ela o que haviam discutido, o que julgavam ser mais viável para todos, e mais exequível para a Instituição também. Pois a Universidade afirma que precisava atendê-la, porém, era necessário pensar na Instituição também. No começo Mara não gostou, começou a brigar, pensando que a Universidade a estaria restringindo ao propor que ela fizesse apenas uma disciplina por semestre, sempre repetiu que a Universidade queria resolver o seu problema. Após uma negociação, decidiram fazer uma experiência; Mara ficaria um semestre neste formato, e depois voltariam a conversar. Ao final do semestre Mara não colocou nenhuma objeção, e daquele ponto em diante ela passou a fazer uma disciplina por semestre, com um professor exclusivo, uma turma exclusiva, e um monitor individual que a atendia em horários pré-estabelecidos, além dos ledores que o Centro agendava para fazer leituras extras.

Conversando com Laís, a secretária do Centro, ela diz o seguinte “Quando Mara começou a utilizar esse sistema, de uma disciplina por semestre, ela ainda estava no período de dilação normal, dê uma olhada nessa ata

#### ATA DA REUNIÃO PARA DELIBERAÇÃO DE QUESTÕES RELACIONADAS A ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS (DILAÇÃO DE PRAZO EM REGIME ESPECIAL).

Em reunião realizada aos onze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e seis, às nove horas, na Sala de Reuniões da Pró-Reitoria de Graduação, situada na...

“Isso não é importante. Continua aqui.”.

e a aluna do curso de Matemática Mara. A reunião transcorreu na seguinte ordem: **1. Avaliação do currículo escolar da aluna Mara** – foi verificado o baixo rendimento escolar da aluna. No segundo semestre de 2005 a aluna cursava 4 (quatro) disciplinas, sendo 3 (três) disciplinas do curso de Matemática e uma do curso de Filosofia. **2. Exposição das possibilidades de adaptação curricular** – Foi proposto à aluna cursar apenas uma disciplina por semestre em regime semestral ou cursar duas disciplinas por ano em regime anual, o que seria complicado devido o curso possuir o regime semestral. Mediante a possibilidade de aceitação da proposta em cursar uma disciplina por semestre, foi exposto que o tempo de integralização não seria suficiente, devido faltarem 10 (dez) disciplinas para conclusão do curso. Foram ressaltadas pelo Coordenador do curso, as dificuldades em disponibilizar um professor para atendimento exclusivo de um aluno, ficando acordado entre as partes que no

segundo semestre de 2005 a aluna fará o cancelamento de 03 disciplinas, cursará apenas uma disciplina por semestre, com atendimento especial de um professor e um monitor. Havendo sucesso, será solicitado no Conselho de Graduação, no primeiro semestre de 2008 uma dilação de prazo, em caráter especial, para que o planejamento acima proposto seja levado a termo. A aluna deverá ter dedicação ao curso, com frequência a todas as aulas, exceto em casos especiais devidamente comprovados. A Universidade oferecerá condições, professor, monitor, prazo especial. Foi exposto pelo coordenador do curso de Matemática a necessidade de capacitação dos profissionais do curso quanto ao atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, especificamente a deficiência visual e a matemática. Questionado pela aluna o método de avaliação aplicado pela Universidade, foi informado à mesma que a Universidade possui um projeto para reforma do método avaliativo da Instituição que se encontra em discussão, sendo adotado no momento, o método convencional (provas). Nada mais tendo a tratar...

“Então, foi isso. E a reunião terminou às 11 horas da manhã, como você viu no final da ata. Essa foi a última reunião que nós fizemos com ela.”.

“Não, não houve ata, porque essa outra reunião, anterior a esta relatada na ata, foi meio que informal, para discutir, foi uma conversa, porque estávamos buscando possibilidades, criando as propostas, foi onde avaliamos questões curriculares, questões de legislação interna, legislação superior, para encontrar possibilidades.”.

Mara teria ficado com raiva quando soube que essa outra reunião havia sido realizada sem a sua presença, alegando que estavam decidindo coisas sem falar com ela, e alguns entrevistados pensam que este foi o motivo que a levou a falar no Conselho de Graduação que a Faculdade de Matemática não estava a atendendo satisfatoriamente. Foi-me novamente sugerido que eu buscasse a “pasta de Mara”, como todos se referiam, onde fica registrado todo seu histórico acadêmico, não só no que toca as questões de avaliação, mas a todas as questões legais. Entretanto, isso não foi possível.

As críticas à proposta impetrada naturalmente surgiram, como a desta professora “Uma das coisas que eu questioneei, não fui a favor na época e continuo não sendo, foi a de retirá-la do convívio com os outros alunos, dela ter um professor específico. Porque eu acho que a Mara tem um único limitador, que é a cegueira, mas ela está aprendendo a conviver com isso muito bem, está fazendo o curso, essa condição não a impede de estudar, e por ela ter sido vidente durante muitos anos, isso é mais um facilitador para ela aprender matemática.”.

“Mas não se tem muita paciência com ela, e achou-se melhor dar aulas individualmente, então isso é atendimento individualizado, não é aula, o direito dela é de estar na sala de aula como todo mundo, e eu acho que ao querer garantir a inclusão, foi feita uma exclusão. Ampliar o tempo desse jeito e fazer com que ela curse uma disciplina apenas por semestre. Mara não era a favor disso, mas ela também não foi ouvida nessa questão. Criou-se

um curso paralelo para ela, Mara tem um professor para dar aulas apenas para ela, e ela não gostou muito disso, ao menos não na época. Se é um professor que não tem muita empatia, então fica ainda mais difícil a relação entre os dois. Mara perdeu os amigos, agora ela não tem mais colegas na sala de aula, não sei se ela te relatou isso, mas um dia ela me reclamou, que não tinha mais colegas. Estava sozinha.”.

Outras críticas se seguem “O que eu defendia era que o professor que tivesse Mara em sua distribuição de aulas, tivesse sua carga didática aumentada, mas era importante ela conviver com os outros alunos. Mas eu fui voto vencido, e acho que mais por uma questão burocrática, resolveu-se criar uma turma para Mara, e então contar nessa outra turma a carga didática do professor, como eu havia proposto no início. Por exemplo, Mara fez prática de ensino com uma professora, sozinha, então foi uma turma única. Isso é bom e é ruim. Bom por ter mais tempo, mais atenção, tranquilidade, e ruim porque tira o convívio social de Mara com os outros alunos. Tira-se a oportunidade dos outros alunos de ter um aluno cego na turma, porque o importante com Mara em Prática de Ensino 1, mesmo tendo sido muito trabalhoso, foi a convivência dos alunos com ela, onde perceberam aquela problemática de forma única, tiveram uma oportunidade de formação muito importante, porque viram os recursos pedagógicos existentes e possíveis de se aplicar, na informática, conheceram a estratégia de gravação, conheceram as dificuldades de um aluno cego, viram que Mara tem uma memória muito boa, faz contas de cabeça muito mais rápido do que eles, dentre outras coisas.”.

“Então os alunos perceberam algumas habilidades que Mara tem e suas deficiências também, e eu penso que aquela turma sofreu um processo de reflexão importante, até porque o seminário de Mara foi sobre esse tema. Então quando há um aluno que faz estágio com alunos com deficiência, os outros têm a oportunidade de conhecer. E quando você tem um aluno com deficiência na turma, também é outra forma deles aprenderem esse processo convivendo com isso. Então Mara foi muito importante no Estágio 1, mas infelizmente ela fez os outros estágios sozinha.”.

“Penso que fizemos o que deveria ser feito. Lembro-me de omissões por parte de Mara, ela sempre se colocando como vítima, dizendo que ninguém fazia nada por ela, e isso desanimava muito a Faculdade de Matemática.”.

Um professor deu detalhes sobre a questão da legalidade do processo de se expandir de tal forma a dilação do prazo para Mara se formar, de no máximo 7 anos, para os mais de 14 que ela acabou utilizando “Como estava fora do regimento, encontrou-se um meio, em função da deficiência de Mara, sendo um caso excepcional, de conceder uma dilação dessa

magnitude. Porém, antes de abrir tal precedente, houve uma série de considerações, sobre o porquê e o como aquilo seria feito fora do regimento da Universidade, e ainda assim, de forma legal. Foi levada ao Conselho de Graduação essa demanda, e não sei quais as implicações disso, mas o que eu sei é que foi aprovado. O que eu penso é que a Universidade resolveu enfrentar as consequências disso, se houvesse alguma implicação negativa, ela preferiria pagar esse preço do que um outro, que seria buscar toda uma estrutura para manter Mara na sala de aula regular. E a Universidade tinha medo, pois isso abriria um precedente. E se chegarem aqui 10 pessoas com deficiência visual? Nesse caso a Universidade não conseguiria fazer a mesma coisa que fez para um aluno para tantos outros assim. Foi especial. É que a Matemática é um pouquinho diferente, nas humanas eu acho que seria mais fácil lidar com a mesma situação.”.

A versão de Mara “Ficou decidido que se eu não terminasse o curso em cinco anos, que era o prazo que eu ainda tinha dentro do regimento, ficaria prorrogado até o tempo que eu precisasse, isso ficou bem registrado, e que também eu fizesse somente uma disciplina por semestre. Nenhuma a mais. Ficou meio como uma obrigação minha aceitar essa proposta, com o argumento de que era o melhor para mim, que seria mais adequado para que eu conseguisse me formar. Eu não tive muita participação de voz, eu fui mais ouvinte do que falante na reunião, e eles não tendo a deficiência, achavam mais fácil falar, não achavam fácil ouvir, isso é que me deixou decepcionada, decepcionada não, mas me deixou um pouco revoltada, mais ainda naquela outra reunião, onde propuseram que eu mudasse de curso, nessa segunda até que eu fui um pouquinho ouvida, vamos dizer que um pouco, eu não fui muito ouvida não, não fui ajudada não, havia pessoas que pareciam estar fazendo um combate psicológico comigo. Eu não entendo. Pois algumas pessoas que estavam nessa reunião não disseram aquilo que pensavam realmente, disseram aquilo que o curso pensava. Parece que ocorreu um combate entre uma estudante querendo continuar o curso, e o curso querendo que ela não continuasse, o curso propondo que ela saísse dali, e ela insistindo em ficar. Acho que não tenho nada mais a dizer.”.

Gostaria de esclarecer que, embora o texto possa passar, em alguns momentos, a impressão de estar sendo repetitivo, redundante, eu diria que não houve qualquer repetição. O que eu trouxe foram perspectivas de pessoas diferentes, com diferenças às vezes tão sutis, que podem passar despercebidas em uma primeira leitura, mas diante da minha imersão nos dados que produzi e que compuseram essa dissertação, o fosso que separa cada fala sobre um mesmo assunto é imenso, e certamente ocorrerão leituras totalmente distintas da minha, mas o que quero dizer é que, um espelho redondo, é diferente de um espelho quadrado.

E gostaria de finalizar com as palavras da Professora Rosana “Agora eu acho que foi ruim, essa decisão foi ruim para as duas partes. Penso que foi ruim para a Universidade, para o curso de Matemática, e foi ruim para a Mara, porque ninguém cresceu. Perdeu-se a oportunidade de se pesquisar, de aprofundar, de aprender como ensinar matemática para as pessoas cegas, e Mara ainda acabou perdendo a convivência, e outras oportunidades. Então acredito que não foi uma decisão muito acertada separá-la da turma. Mas parece ter sido a decisão possível naquele momento, e temos que respeitar o momento histórico das pessoas que estavam envolvidas.”.

## 29

Minha relação com a fotografia sempre foi muito próxima. Meu pai, retratista social, trabalhou por mais de 25 anos nessa profissão, onde ele retratava os moradores em suas casas, pela cidade, ou em seu estúdio. Registrava nascimentos, mortes, casamentos, aniversários, festas escolares. Alegrias e tristezas. Documentava.

Acho importante destacar antes, a diferença que eu faço, e sempre fiz, entre um retrato e uma fotografia. O retrato seria algo análogo à descrição, uma abordagem naturalista da produção de imagens, onde se procura ser o mais fiel possível à cena a ser retratada, é uma imagem que busca pela *verdade*. Já a fotografia é livre, é a perspectiva do fotógrafo que conta, é um narrar por imagens, se torna quase uma brincadeira.

Continuando, esses documentos que meu pai produzia, eram documentos que ele não via como sendo dele, eram documentos pessoais dos quais ele era apenas quem guardava. E por isso havia um ritual anual de destruição, que me marcou muito, pois participei dele por mais de uma década, onde as fotografias que não haviam sido vendidas eram queimadas. Ali, eu sentia que parte da história de minha cidade estava sendo destruída pelas chamas, mas entendia a necessidade disso. Muitas daquelas imagens poderiam tornar caótica a cidade, caso fossem a público, e ser o guardião de algo que trazia tamanha responsabilidade social não era uma tarefa fácil. Então, queimá-las era dar lugar ao novo, sem guardar qualquer registro, sem pensar. Ele apenas queimava.

Mas hoje, tenho na fotografia uma ferramenta para narrar histórias por meio de imagens. A fotografia é para mim uma forma de *experienciar* as cenas que se mostram a mim. Tornei assim algumas de minhas experiências partilháveis por meio dessas imagens.

E acredito ter feito algo semelhante ao que meu pai fazia durante a composição desta narrativa, em alguns momentos, pois me vi em situações onde precisava queimar alguns documentos os quais eu não tinha o direito de considerá-los meus, de publicá-los, divulgá-los, e com os que me foram presenteados, eu narrei.

Contudo, além de queimar, também precisava voltar à minha narrativa, contar o que senti, o que vi. Precisava fotografar. Escrever. E Benjamin vai me ajudar nisso também. Sobre a fotografia, Benjamin diz:

Apesar de toda a perícia do fotógrafo e de tudo que existe de planejado em seu comportamento, o observador sente a necessidade irresistível de procurar nessa imagem a pequena centelha do acaso, do aqui e agora, com a qual a realidade chamuscou a imagem, de procurar o lugar imperceptível em que o futuro se aninha ainda hoje em minutos únicos, há muito extintos, e com tanta eloquência que podemos descobri-lo olhando para trás. A natureza que fala à câmera não é a mesma que fala ao olhar; é outra, especialmente porque substitui a um espaço trabalhado conscientemente pelo homem, um espaço que ele percorre inconscientemente. (BENJAMIN, 1996, p. 94)

Sendo assim, posso dizer que vou produzir um álbum de fotografias da experiência, minha e dos entrevistados, mas ninguém verá tais imagens através de meus olhos, portanto, verá sempre algo diferente, nem mais nem menos. Neste caminho, ou neste descaminho, a fotografia é um tipo de narrativa também, por isso faço essa metáfora, essa analogia entre meu texto narrativo e um álbum de fotografias. Talvez de forma amadora, ou melhor, diletante, para não incorrer no tom pejorativo que a palavra “amador” carrega pois, “no fundo, o amador que volta para casa com inúmeras fotografias não é mais sério que o caçador, regressando do campo com massas de animais abatidos que só têm valor para o comerciante.” (BENJAMIN, 1996, p.104), por isso meu trabalho pode talvez parecer diletante a princípio, como as fotografias de um amador. No entanto, creio que para outros pesquisadores, professores, cidadãos, tais fotografias poderão servir como base para o início de uma atividade, outra pesquisa, uma prática diferente, ou mesmo apenas uma reflexão.

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Infância e História: destruição da experiência e origem da história**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ATWEH, Bill. **What Is This Thing Called Social Justice And What Does It Have To Do With Us In The Context Of Globalisation?** Philosophy of Mathematics Education Journal, Exeter, v.1, n.21, set, 2007. Disponível em: <http://people.exeter.ac.uk/PErnest/pome20/index.htm>. Acessado em: 20 de set. de 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BENJAMIN, Walter. **Walter Benjamin Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política**. 3ª Edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BIOTTO, Denival Filho. **O Desenvolvimento da Matemacia no Trabalho com Projetos**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista – Unesp, Rio Claro, 2008.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004. Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano CLXI, n. 45, 8 de mar., 2004.

BRASIL. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Parte que versa sobre a Educação Especial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/constituicao.pdf>. Visitado em: 15/09/08.

BROWNE, Melinda. **Mathematical Identities of Boys in Special Education: a case study**. Philosophy of Mathematics Education Journal, Exeter, v.1, n.20, jun, 2007. Disponível em: <http://people.exeter.ac.uk/PErnest/pome20/index.htm>. Acessado em: 20 de set. de 2010.

CALORE, A. C. O. **A Etnomatemática e a Deficiência Visual: um caminho para a inclusão cultural**. In: IX ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 2007, Belo Horizonte, MG. Anais..., Belo Horizonte, MG.

CAPOTE, Truman. **A sangue frio**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

CHAVES. Produção: Roberto Gómez Bolaños e Enrique Segoviano. México. Televisa, 1980. 1 filme (30 min), son., color. (Série de Televisão Humorística Mexicana)

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Educação Matemática: da teoria à prática**. 2ª edição. Campinas: Papirus, 1997 (Coleção Perspectivas em Educação Matemática).

DA VEIGA, Marcelo. Cada Homem é um Problema! Considerações Sobre a Compreensão do Outro com Base no Enfoque Científico de Goethe. In: GRÉRIOS, Ettiène; STOLTZ, Tania (Org.). **Educação e Alteridade**. São Carlos: Editora da UFSCar, 2010.

DOGVILLE. Direção: Lars Von Trier. Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia, Reino Unido, França, Alemanha e Holanda: Imovision, 2003. 1 filme (178 min.), son., color.

ERNEST, Paul. **Empowerment In Mathematics Education**. Philosophy of Mathematics Education Journal, n. 15, mar, 2002. Disponível em: <http://people.exeter.ac.uk/PErnest/pome15/empowerment.htm>. Acessado em: 12 de set. de 2010.

FERNANDES, S.H. A. A. & HEALY, L. **As Concepções de Alunos Cegos para os Conceitos de Área e Perímetro**. In: IX ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 2007, Belo Horizonte, MG. Anais..., Belo Horizonte, MG.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez. 1991.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GAGNEBIN, J. M. **História e Narração em W. Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

GHIRALDELLI, Paulo Jr. (org.). **Infância, Escola e Modernidade**. Curitiba: Editora da UFPR, 1995.

HOLLANDA, Chico Buarque; BOAL, Augusto. **Mulheres de Atenas**. Interpretação de Chico Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Phonogram/Philips, 1976, 1 disco sonoro.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Tradução: Afonso Bertagioni. São Paulo: Brasil Editora, 1959.

LARROSA, Jorge Bondía. **Notas sobre a experiência e o saber da experiência**. Revista Brasileira de Educação, Campinas, n. 19, p.20-28, Jan/Fev/Mar/Abr, 2002.

LIRIO, S. B. **A Tecnologia Informática como Auxílio no Ensino de Geometria para Deficientes Visuais**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista – Unesp, Rio Claro, 2006.

LISPECTOR, Clarice. **A Paixão Segundo G. H.** 15ª Edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

LUKCÁCS, Georg. **Ensaio sobre literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1965.

MAGRITTE, René François Ghislain. **La trahison des images**. Fotografia digital da pintura por autor desconhecido. Disponível em: <http://www.culturabrasil.pro.br/magritte.htm>. Visitado em: 05 de set. de 2010.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Genealogia da moral: uma polêmica**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

OLIVEIRA, Severino; HOLLANDA, Chico Buarque. **João e Maria**. Interpretação de Chico Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: RCA, 1989, 2 discos sonoros.

ONU. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. Resolução aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em 09/12/75. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec\\_def.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf). Visitado em: 20/09/08.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e fundamentos**. 3ª Edição, Campinas: Pontes, 2001.

ORWELL, George. **A Revolução dos Bichos**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2007.

PENTEADO, Miriam Godoy. SKOVSMOSE, Ole. **How to drag with a worn-out mouse? Searching for social justice through collaboration**. Journal of Mathematics Teacher Education, v. 12, n.3, p. 217-230, SpringerLink, 2009.

PINHEIRO, Celso de Moraes. Tolerância e Respeito à Alteridade em uma Educação democrática. In: GRÉRIOS, Ettiène; STOLTZ, Tania (Org.). **Educação e Alteridade**. São Carlos: Editora da UFSCar, 2010.

RIBAS, João. **Preconceitos contra as pessoas com deficiência**. São Paulo: Cortez. 2007.

RODRIGUES, Thiago Donda. **A Etnomatemática no Contexto do Ensino Inclusivo: Possibilidades e Desafios**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista – Unesp, Rio Claro, 2008.

SANT'AGOSTINO. Direção: Christian Duguay. Itália, Alemanha, Polônia: LuxVide, 2009. 1 filme (142 min.), son., color.

SKOVSMOSE, Ole. **Educação matemática crítica: a questão da democracia**. Campinas: Papirus, 2001. (Coleção Perspectivas em Educação Matemática)

SOUZA, R. N. S. **Soroban: Potencializando A Construção De Nosso Sistema De Numeração E De Vias Para Inclusão De Alunos Com Necessidades Visuais**. In: IX ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 2007, Belo Horizonte, MG. Anais..., Belo Horizonte, MG.

TANTI, Mariella. **Teaching Mathematics to a Blind Student - a case study**. Philosophy of Mathematics Education Journal, Exeter, v.1, n.20, jun, 2007. Disponível em: <http://people.exeter.ac.uk/PErnest/pome20/index.htm>. Acessado em: 20 de set. de 2010.

VIANNA, Claudia Segadas; et al. **O Ensino de Simetria para Deficientes Visuais**. In: IX ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 2007, Belo Horizonte, MG. Anais..., Belo Horizonte, MG.

VIEIRA, S. S. & SILVA, F. H. S. **Flexibilizando a Geometria na Educação Inclusiva dos Deficientes Visuais: uma proposta de atividades**. In: IX ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 2007, Belo Horizonte, MG. Anais..., Belo Horizonte, MG.